

# e-hum

Revista Científica das Áreas de Humanidades  
do Centro Universitário de Belo Horizonte

ISSN 1984-767X

Belo Horizonte, vol. 14, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2021 - [www.https://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index](http://www.https://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index)

**Dossiê:**

**“Educação, Trabalho e Cidadania”.**





## Editor Responsável

*Prof. Dr. Rangel Cerceau Netto*

## Conselho Editorial

*Prof. Dr. Loque Arcanjo Júnior*

### Conselho Consultivo

*Alexandra do Nascimento Passos*

Centro Universitário UNA

*Alexandre Bonafim Felizardo*

Universidade Estadual de Goiás - UEG

*Aline Magalhães Pinto*

Pontifícia Universidade Católica - PUC-RJ

*Daniel Barbo*

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

*Eliane Garcindo de Sá*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

**Fabricio Vinhas Manini Angelo**

Universidade Estadual de Goiás - UEG

*Jairo Venício Carvalhais Oliveira*

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/FALE

*Jonis Freire*

Universidade Federal Fluminense - UFF

*Jorge Luiz Prata de Sousa*

Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO

*Júlio César Meira*

Universidade Estadual de Goiás - UEG

*Lana Mara de Castro Síman*

Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG

e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/FAE

*Lucília Regina de Souza Machado*

Centro Universitário UNA

*Margareth Vetis Zaganelli*

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

*Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira*

Universidade Federal de Alagoas - UFA

*Maria de Deus Manso*

Universidade de Évora, Portugal

*Rafael Sumozas Garcia-Pardo*

Universidad de Castilla-La Mancha - UCLM, Espanha

*Renato Silva Dias*

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

*Sérgio Henriques Zandoná Freitas*

Universidade FUMEC

*Vanicléia Silva Santos*

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

*Wânia Maria de Araújo*

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

*Wellington de Oliveira*

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha

e Mucuri - UFVJM

### Centro Universitário de Belo Horizonte

Vice-Presidência Acadêmica:

Reitor:

*Rafael Luiz Ciccarini Nunes*

Diretoria de Campus e Acadêmica

Diretores: *Eduardo Oliveira França*

Pesquisa e Extensão

Coordenador:

Diagramação

*Rangel Cerceau Netto*

Contato:

**ehum**

**Revista da Pós-Graduação UNIBH**

Av. Prof. Mário Werneck, 1685 – Campus Estoril

e-mail: [ehum.revista@gmail.com](mailto:ehum.revista@gmail.com) / [ehum@unibh.br](mailto:ehum@unibh.br)

home page: <http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index>



# Sumário

Editorial Dossiê: Educação, Trabalho e Cidadania (V.14,N.2)	
Editorial Dossier: Education, Work and Citizenship (V.14,N.2).....	05

## Artigos Livres

Relações Brasil e Estados Unidos: A Aliança para o Progresso na Tribuna da Imprensa eno jornal Novos Rumos (1960-1963)	
Braziland United States relations: The Alliance for Progress in the Tribuna da Imprensa and in the Novos Rumos newspaper (1960-1963) .....	07

A Problemática do Distanciamento Social e a Situação do Sujeito Subalterno na Perspectiva Decolonial The Problem of Social Distancing and the Situation of the Subaltern Subject in the Decolonial .....	22
---	----

Diretrizes para Reabilitação do Complexo Arquitetônico da Casa do Barão do Rio Branco-Campus UERJ/Petrópolis	
Guidelines for Rehabilitation of the Architectural Complex of Casa do Barão do Rio Branco- UERJ/Petrópolis Campus.....	30

## Dossiês:

Práticas e Conhecimentos Higiênicos – Sanitários de Manipuladores no Processo de Preparo dos Alimentos em restaurantes	
--	--

Hygienic Practices and Knowledge - Handlers' Toilets in the Food Preparation Process in Restaurants .....	41
---	----

Para Além do Canteiro de Obras: Saberes de Prudência e Desenvolvimento Local Beyond the Construction Site: Knowledge of Prudence and Local Development .....	65
---	----

Patrimônio Líquido: Requalificação do Reservatório da Quintada Boa Vista Water Equity: Requalification of Quinta da Boa Vista Reservoir	
Equidad: Mejora del embalse de Quinta da Boa Vista .....	86

Pausa para Entrevista: os motoristas da Uber têm o que falar Interview Break: Uber Drivers Have Things to Talk About.....	104
--	-----



## Agradecimento aos pareceristas:

eu agradeço aos pareceristas que colocaram seus conhecimentos a serviço da avaliação dos artigos acadêmicos submetidos ao nosso Conselho Editorial. A participação voluntária de autores, conselho consultivo e avaliadores foi essencial para a reavaliação de nossos procedimentos de editoração. Agradecemos a todos os colaboradores que foram determinantes para a qualidade dos artigos veiculados em nossa Revista.

*Alexandra do Nascimento Passos* (UNA)

*Aurea Regina Guimarães Tomasi* (UNA)

*Claúdio Monteiro Duarte* (UFMG)

*Fabricio Vinhas Manini Angelo* (UEG)

*Igor Bruno Cavalcante dos Santos* (UFOP)

*Hilton César de Oliveira* (UFMG)

*Loque Arcanjo Júnior* (UEMG)

*Luis Filipe Arreguy Soares* (UNIBH)

*Marco Antonio Silva* (PBH/UNIBH)

*Matilde Meire Miranda Cadete* (UNA)

*Rangel Cerceau Netto* (UNA)

*Vitória Régia Izaú* (UEMG)

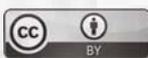
ção, Trabalho e Cidadania"





## Editorial

É com grande satisfação que chegamos a 27ª edição do periódico E-Hum do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH. Ainda vivendo os tempos de pandêmica estamos superando os desafios com muita resiliência. Nesta edição, apresentamos um número bem diversificado que envolve relações internacionais, patrimônio cultural e estudos sobre os impactos sociais da Covid 19, além das práticas educacionais relacionadas às análises sociológicas do Dossiê “educação, trabalho e cidadania”. Na seção artigos livres Luiz Henrique Sena Malaquias apresenta um estudo sobre as relações do Brasil com os Estados Unidos durante o período do Governo de João Goulart. O texto analisa a polarização e o período de instabilidade que antecederam o Golpe Civil Militar ocorrido no Brasil, no momento em que a doutrina “aliança para o progresso” influenciava as relações internacionais como ferramenta política de controle do governo Goulart. Para isso, o autor utiliza-se da metodologia de pesquisa em periódicos, sobretudo, na análise do jornal conservador Tribuna da Imprensa de Carlos Lacerda e do Jornal Novos Rumos do Partido Comunista Brasileiro. A segunda contribuição de Lucas Pires de Oliveira observa criticamente os impactos da Pandemia de Covid 19 na sociedade brasileira pós-moderna. Utilizando-se de uma abordagem teórica “decolonial”. Lucas problematiza os impactos do coronavírus na sociedade brasileira, sobretudo na análise da recepção dos discursos que ecoam em setores da população brasileira no que tange a necessidade do distanciamento social e do desenvolvimento econômico. A terceira contribuição de Maria das Graças Ferreira e Salvínia Batista da Silva trata-se de relato de experiência que busca problematizar o projeto de intervenção para recuperar, preservar e restaurar o patrimônio arquitetônico do complexo do Barão do Rio Branco em Petrópolis- RJ. O artigo demonstra a necessidade de desenvolver ações multidisciplinares e integradas para estabelecer diretrizes e formar profissionais no intuito de estabelecer soluções técnicas para os problemas inerentes à preservação e o restauro do patrimônio. Nesta edição também contamos com o Dossiê: Educação, Trabalho e Cidadania organizado pelos professores Alexandra Passos do Nascimento e Rangel Cerceau Netto. O Dossiê reúne estudos que tenham como temáticas as interfaces entre trabalho, educação e cidadania com vistas a ampliação dos debates que contemplem potencialidades e experiências emancipatórias. Em um contexto neoliberal, marcado pelas transformações no mundo do trabalho, as condições de vida dos trabalhadores se tornam cada vez mais precárias. A necessidade de analisar de modo crítico as relações entre os avanços tecnológicos e as condições desiguais de acesso aos direitos básicos como educação e trabalho constitui a temática norteadora desse dossiê. A educação concebida como atividade mútua de reconhecimento das experiências e singularidade dos sujeitos permite compreender e atuar para modificar contextos que limitam a construção de uma sociedade democrática. Propõe-se, nesta edição, abrir espaço para os diálogos entre educação, trabalho e cidadania, com o objetivo de construir avanços nos debates sobre o contexto social e político. A primeira contribuição do Dossiê é de Larissa Lorrane Diniz Silva e Matilde Meire Miranda Cadete cujo objetivo é analisar práticas laborais dos manipuladores de alimentos em restaurantes do município de Belo Horizonte, MG. Através de pesquisa semiestruturada, o estudo busca analisar os requisitos higiênico-sanitários para promoção da saúde tendo em vista a contaminação dos alimentos pela manipulação inadequada, o que permite problematizar o papel da organização empregatícia no preparo, manutenção e limpeza dos alimentos nas áreas de recebimento de matéria-prima e de descarte do lixo. A segunda contribuição das pesquisadoras Elenice Maria Oliveira Antunes e Alexandra Passos do Nascimento retratam o universo dos trabalhadores da Construção Civil. Por meio de entrevistas semiestruturadas as pesquisadoras buscam analisar as experiências e os saberes acumulados para diminuição dos acidentes no setor. O estudo analisa a formação crítica dos trabalhadores durante a prática laboral e o “saber fazer” deste profissional como fonte de conhecimentos relevantes e eficaz.



zes para a diminuição da incidência de sinistro. A terceira contribuição de Fanny Pontes de Macedo e Patrícia Regina Chaves Drach busca analisar o reservatório da Quinta da Boa Vista na cidade do Rio de Janeiro e propor a criação de um museu da água neste mesmo espaço. A ideia de patrimonialização hídrica, formalizada no estudo deste projeto de intervenção, retoma as possibilidades de preservação e uso que resultaram nas possibilidades de criação de um equipamento cultural cujo sistema de abastecimento é composto de aquedutos, reservatórios e chafarizes, essenciais para o entendimento sobre o caminho e acesso às águas da cidade do Rio de Janeiro. Para finalizar a contribuição das pesquisadoras Madalena Barbosa de Oliveira Cezário e Wânia Maria de Araújo retratam a precarização das relações de trabalho nos relatos dos motoristas da Uber em Belo Horizonte- MG. Assim, o artigo busca analisar criticamente a geração de renda desta atividade em detrimento das condições da relação laboral sem garantias trabalhista. A partir de entrevistas semiestruturadas as pesquisadoras extraíram dados que indicaram a insegurança no trabalho em jornadas extenuantes, às vezes sem intervalo, sem férias e com rebaixamento da remuneração, embora a atividade seja revestida de alta relevância por atender às necessidades imediatas dos trabalhadores que, em sua maioria, encaram como ‘bico’ e trabalho transitório.

Por fim vale lembrar que o Dossiê buscou a partir das relações de trabalho analisar pesquisas que refletem as circunstâncias e modos nas quais as relações laborais são constantemente verificadas. Esperamos que os leitores desfrutem das análises realizadas por esses estudiosos que se dedicam a temáticas necessárias a dignidade humana como as atividades de trabalho, educação e cidadania.

## Educação, Trabalho e Cidadania”.

 <http://orcid.org/0000-0001-8013-7645>

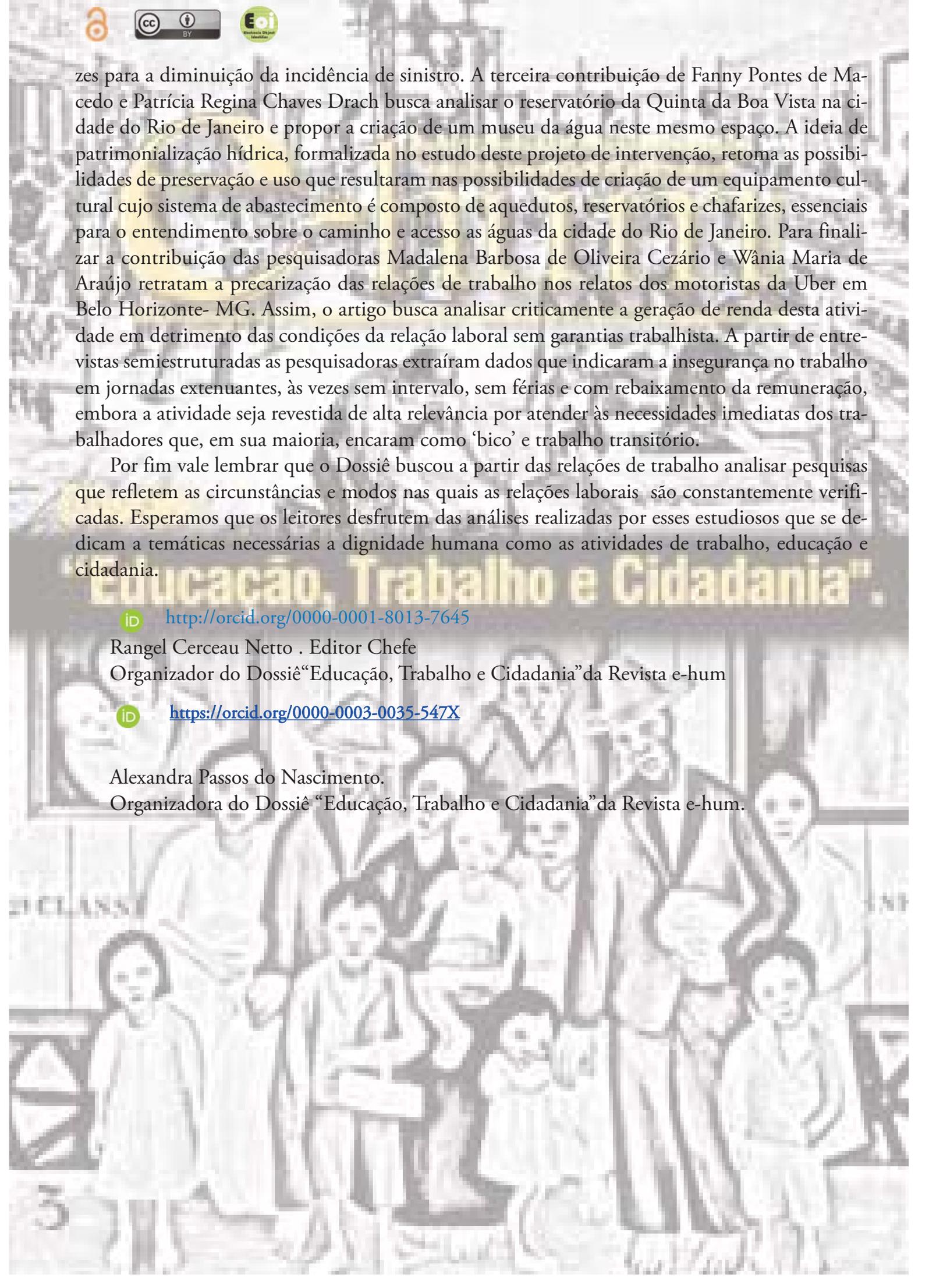
Rangel Cerceau Netto . Editor Chefe

Organizador do Dossiê “Educação, Trabalho e Cidadania” da Revista e-hum

 <https://orcid.org/0000-0003-0035-547X>

Alexandra Passos do Nascimento.

Organizadora do Dossiê “Educação, Trabalho e Cidadania” da Revista e-hum.



# Relações Brasil e Estados Unidos: A Aliança para o Progresso na Tribuna da Imprensa e no jornal Novos Rumos (1960-1963)

## Braziland United States relations: The Alliance for Progress in the Tribuna da Imprensa and in the Novos Rumos news paper (1960-1963)



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v14i2.3373>

*Luiz Henrique Sena Malaquias*

Graduado em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – Uni BH

email: [luiz-sena8@hotmail.com](mailto:luiz-sena8@hotmail.com)



Recebido em: 30/08/2021 – Aceito em 20/12/2021

**Resumo:** O presente artigo traça parte do histórico de relações entre Brasil e Estados Unidos para que o leitor tenha melhor compreensão sobre o momento em que a Aliança para o Progresso chegou ao país. Uma contextualização da sociedade brasileira durante o governo de João Goulart também está presente, expondo a instabilidade e polarização do período. O trabalho ainda contempla uma discussão sobre os fatores que levaram os jornais Tribuna da Imprensa e Novos Rumos a adotarem posturas distintas perante a Aliança para o Progresso, bem como suas contribuições para a construção da imagem do plano.

**Palavras Chaves:** História do Brasil. Aliança para o Progresso. Tribuna da Imprensa. Novos Rumos.

**Abstract:** This article traces part of the history of relations between Brazil and the United States so that the reader has a better understanding of the moment when the Alliance for Progress arrived in the country. A contextualization of Brazilian society during João Goulart's government is also present, exposing the instability and polarization of the period. The work also includes a discussion on the factors that led the newspapers Tribuna da Imprensa and Novos Rumos to adopt different positions towards the Alliance for Progress, as well as their contributions to the construction of the plan's image.

**Keywords:** History of Brazil. Alliance for Progress. Tribuna da Imprensa. Novos Rumos

## Introdução

A ditadura civil militar<sup>1</sup> e seus entornos são um tabu que a sociedade brasileira ainda não enfrentou. Os momentos que antecederam ao golpe foram marcados pelos interesses dos Estados Unidos na política brasileira e suas diversas intervenções no país por meio de ações como o programa Peace Corps e a Aliança para o Progresso.

A Aliança foi um plano de ajuda econômica para América Latina que surgiu como resposta à expansão econômica soviética e à Revolução Cubana (LOUREIRO, 2020) mas rapidamente se transformou em ferramenta política para desestabilizar o governo do petebista João Goulart ao oferecer altas quantias de dinheiro para governadores opositores ao presidente. Os empréstimos e doações deveriam ser utilizados em obras de grande impacto que ajudassem a promover políticos anticomunistas e pró-

<sup>1</sup>Termo cunhado por Daniel Aarão Reis. O historiador ressalta a importância dos civis nas marchas de apoio ao regime e nos quadros políticos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido governista. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/pr-osa/post/a-ditadura-civil-militar-438355.html>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

EUA para o pleito eleitoral de 1965. Se juntarmos a isso a posição da grande imprensa da época, esmagadoramente conservadora, oportunista e por consequência facilmente manipulável devido à necessidade de obter recursos (FICO, 2008), é possível realizar um trabalho para analisar a papel da imprensa na construção da imagem da Aliança para o Progresso.

## As Relações entre Brasil e Estado Unidos

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos tornaram-se mais frequentes com a implantação da Primeira República, podemos encontrar uma das explicações para essa aproximação no livro *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil* (1990). Ao comentar sobre as diferentes inspirações de modelo republicano o historiador José Murilo de Carvalho menciona que uma parcela do grupo que iria levar adiante a nova forma de governo, se inspirava nos moldes estadunidenses.

Já a obra *Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades* (2009) da professora Mônica Hirst, comenta que a aproximação entre os países também se deu por conta de uma leitura do cenário internacional feita pelo Barão do Rio Branco. O diplomata brasileiro que ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912, via os Estados Unidos como uma futura potência que desbancaria a hegemonia de algumas nações do chamado “velho mundo”. A importância do Barão do Rio Branco e dessa fase da política externa brasileira foi tão grande que na mesma obra a autora acrescenta:

Deve-se lembrar que a Primeira República corresponde a um momento crucial na história diplomática brasileira. As premissas essenciais instituídas durante esse período estabeleceram os alicerces da política externa brasileira contemporânea: a opção pelo multilateralismo, o pacifismo e a busca por status na sociedade internacional. (HIRST, 2009, p. 21).

Desde 2018 o atual governo vem alterando as diretrizes mencionadas, modificando de forma significativa a atuação do Brasil no cenário internacional. Mas voltando à relação Brasil - Estados Unidos durante a Primeira República, é necessário ressaltar que embora tenham ocorrido algumas discordâncias entre os dois países, os laços não possuíram tantos entraves como veio a ocorrer a partir das décadas de 30/40.

Durante os governos de Getúlio Vargas (Provisório, Constitucional e Estado Novo) ocorreram algumas tensões com os Estados Unidos, afinal o gaúcho era admirador do fascismo europeu e mantinha relações próximas com a Alemanha devido à ideologia, mas também por conta de parcerias que julgava serem benéficas para o país. Dessa forma, o rompimento com a Alemanha aconteceu somente em 1942 por meio de um acordo secreto:

Os “Acordos de Washington” previam o empréstimo de US\$ 100 milhões para o projeto siderúrgico brasileiro e um crédito de US\$ 200 milhões para a aquisição de material bélico com base na lei norte-americana de empréstimos e arrendamentos (HIRST, 2009, p. 30).

Getúlio Vargas também promoveu mudanças ideológicas na sua base de apoio interna e enviou homens da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália, ainda assim essas ações não se mostraram suficientes para garantir o apoio de Roosevelt no pós guerra. Os tempos e intenções haviam mudado, segundo Hirst (2009, p.33) “Para Washington, tornara-se prioritário desvencilhar-se de regimes não-democráticos na América Latina.”

<sup>2</sup>Adoção de negociações diplomáticas e outras formas de cooperações pacíficas com a América Latina para estabelecer a hegemonia dos Estados Unidos na região, deixando de lado as práticas de intervenções diretas.

Também é pertinente esclarecer que as negociações sofriam mudanças conforme o cenário dos Estados Unidos se alterava. Tal como aconteceu com vitória de Franklin D. Roosevelt que a partir de 1932 gerou transformações na esfera interna e externa, sendo a “Política de boa vizinhança”<sup>2</sup> uma das guinadas de rumo mais conhecidas, o mesmo ocorreu com a eleição do republicano e ex general Dwight D. Eisenhower. O presidente em questão foi contrário à parceria desenvolvimentista que o governo brasileiro tanto ambicionava, e as negociações que já eram arrastadas chegaram ao fim em 1954, sem que se chegasse a um acordo.

Por conta das idas e vindas entre os dois Estados, o governo Juscelino Kubitschek diversificou suas relações ao dialogar e se associar a alguns países e empresas europeias, ao mesmo tempo buscava a manutenção dos laços com os Estados Unidos. Em contrapartida ocorreu um rompimento com o FMI e uma má relação com o Banco Mundial. A junção de todos os fatores gerou problemas para o Brasil, conforme Hirts (2009, p.42) “Além de um pesado *déficit* público, a economia brasileira registrava uma tendência inflacionária ascendente.” Sendo essa uma ingrata herança que Jânio Quadros e João Goulart receberam do governo JK.

Um último e importante elo das relações Brasil e Estados Unidos nos anos 1960 foi o representante máximo dos estadunidenses no Brasil. Lincoln Gordon ficou marcado na história brasileira pela sua atuação no país entre 1961 e 1966. O embaixador foi favorável ao golpe dos militares e levou suas observações sobre o Brasil diretamente ao presidente Kennedy e posteriormente a Lyndon B. Johnson. Gordon informou constantemente aos seus superiores que o Brasil corria sério risco de se tornar comunista face à proximidade de João Goulart com as esquerdas. Foi o então embaixador que aprovou os financiamentos de campanha à oposição, arquitetou a Operação Brother Sam e convenceu o Departamento de Estado e o presidente a colocarem-na em prática.

Com relação à Aliança para o Progresso Gordon ignorou por mais de uma vez as reclamações de Goulart quanto ao financiamento direto aos estados e teve participação na criação de um assunto que será discutido e explicado na parte final do trabalho, o catálogo ideológico para governadores.

## O Governo João Goulart

Os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) diversificaram ainda mais a política externa brasileira, e a falta de “alinhamento total” aos Estados Unidos fez com que ambos, mas principalmente Goulart, não gozasse de grande prestígio com os governos de John F. Kennedy e seu sucessor, Lyndon B. Johnson. Uma das novas políticas que desagradou à potência ao norte do continente ficou conhecida como PEI (Política Externa Independente) e consistiu em agir conforme os próprios interesses do Brasil, deixando de lado o alinhamento direto aos Estados Unidos e promovendo uma aproximação com os países subdesenvolvidos de todos os cantos do globo, incluindo América Latina.

Esse estreitamento diplomático foi visto pelos Estados Unidos como desrespeito e ameaça, pois a falta de alinhamento do Brasil também era acompanhada de uma intenção de espírito de liderança regional e quiçá global,<sup>3</sup> que poderia atrapalhar os planos que o país (EUA) tinha para essas nações.

## A Posse

Dentre os objetivos deste trabalho está o de identificar nos jornais notícias relacionadas à construção da imagem da Aliança para o Progresso, por isso se faz necessário um maior aprofundamento no governo de Jango. Dessa forma é possível obter um

<sup>3</sup>MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente, 1950-1988. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 91.

melhor entendimento sobre os fatores que levaram ao descontentamento de alguns setores da sociedade brasileira a ponto de os Estados Unidos ajudarem esses mesmos grupos a depor o presidente em exercício, mas principalmente financiar programas de auxílio econômico à América Latina. Essa contextualização é de extrema importância, afinal somente um movimento de assistencialismo não alcança um desfecho da dimensão daquele que aconteceu em 1964:

Em outras palavras, não basta conspirar, mesmo que com o apoio de potências estrangeiras. É preciso encontrar uma ampla base social para levar a conspiração adiante. Foi o que ocorreu em março de 1964. (FERREIRA, 2004, p. 183).

O governo de Goulart viveu fortes turbulências antes mesmo de assumir. Grupos conservadores e em partes de orientação militar, mostraram desde cedo seu descontentamento com a possibilidade de Jango assumir o poder. O gaúcho foi constantemente associado ao socialismo e ao comunismo, sendo essa uma acusação que se manteve na imprensa até à sua deposição, principalmente por meio de caricaturas.<sup>4</sup>

Como resposta aos atos dos grupos de direita, o governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola,<sup>5</sup> organizou um movimento conhecido como “Campanha da Legalidade” que teve como objetivo defender a posse do vice João Goulart. Em um texto disponível no site da FGV- CPDOC, Celso Castro comenta que o governador do Rio Grande do Sul conseguiu o apoio de José Machado Lopes, comandante do III Exército e outros oficiais-generais que se encontravam espalhados pelo país. O mesmo escrito acrescenta que a situação se resolveu com a adoção de um sistema parlamentarista, dessa forma Jango pôde assumir a presidência no dia 7 de setembro de 1961, mas dentro de um sistema político que lhe dava poderes reduzidos, dificultando a implementação das reformas temidas pelos grupos já denominados.

## As Esquerdas

As esquerdas dos anos 1960 estavam longe de serem um conjunto homogêneo. Inicialmente se uniram na Frente Parlamentar Nacionalista, um movimento criado por Brizola para dar suporte às reformas do presidente João Goulart no âmbito do parlamentarismo provisório. Mas com o fim do novo sistema político em janeiro de 1963, ocorreu uma fragmentação, por isso Leonel Brizola criou um novo grupo que aglutinava as principais forças de esquerda da época, a Frente De Mobilização Popular (FMP). O movimento apoiava Goulart, mas também o pressionava a iniciar de forma rápida as reformas de base, com foco principal para a reforma agrária.

Por outro lado, havia facções da mesma vertente ideológica com pensamentos distintos. De acordo com Ferreira (2004) movimentos de esquerda de menor expressão pretendiam romper com Jango por considerarem-no um traidor e conciliador a serviço das classes dominantes e do sistema internacional face à demora em executar as demandas do povo como as reformas de base. Jorge Ferreira ainda acrescenta que a Frente De Mobilização Popular considerava o Partido Comunista Brasileiro (PCB) demasiado brando. O “partidão” optou por adotar a defesa do socialismo por vias pacíficas e democráticas, ao contrário do movimento liderado por Brizola que se tornava cada vez mais radical ao incorporar a imagem de revolucionários.

## O Embate

Os atores políticos presentes dos anos iniciais da Aliança para o Progresso no Bra-

<sup>4</sup>Esse aspecto é mostrado e discutido por Rodrigo Patto Sá Motta no livro *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

<sup>5</sup>O político nascido no Rio Grande do Sul ocupou cargos de deputado, prefeito e governador em seu estado natal, mais tarde também foi deputado e governador pelo Rio de Janeiro. Durante o final dos anos 1950 e início de 1960 Lionel Brizola era o líder da esquerda que exigia reformas nos país.

silenciosamente em meio a uma enorme polarização, o que impedia o diálogo entre as diferentes ideologias. O presidente João Goulart foi o grande prejudicado com todo esse cenário, afinal o gaúcho nunca gozou de grande prestígio com a direita brasileira e também passou a se ver pressionado por alguns grupos de esquerda, fazendo com que o seu governo ficasse completamente isolado em meio às desconfianças e embates ideológicos.

Enquanto as esquerdas se sentiam confiantes para a implementação das mudanças desejadas, a direita se preparava para impedir a revolução almejada pelo aspecto político contrário. Com a ajuda da imprensa, conservadores e empresários causaram pânico na população ao exagerar e até mesmo inventar notícias sobre ações de violência e desordem protagonizadas pelo “grupo dos onze”<sup>6</sup> idealizado por Brizola e rechaçado pelo PCB. Os grupos de direita mais inclinados a romper com a democracia eram os já citados conservadores pertencentes à elite política e empresarial, e isso ocorria por um motivo simples, mas impactante. Segundo o já mencionado, Ferreira (2004, p.200) “A todos, no entanto, causava pânico a implementação de reformas que, distribuindo melhor a renda, retirassem deles privilégios seculares.”

O chefe do executivo via-se em um beco sem saída, era criticado pelas diferentes vertentes internamente e acuado pelos Estados Unidos que rejeitavam a (re)aproximação com o Brasil. Como já comentado, a opção de confronto tomada pelos grupos políticos não ajudava Goulart, só lhe restava o populismo, e foi exatamente o que ele fez. Com a participação de Brizola, Jango se lançou nos braços do povo. A estratégia para defender o cargo passava pela vontade da população e a pressão que ela poderia fazer ao congresso e à classe política no geral.

O plano deu certo, pressionado, o congresso fez concessões e João Goulart ganhou caminho aberto para fazer as mudanças que há muito eram desejadas por ele e por seus apoiantes. Mas ao contrário de 1961 quando a esquerda pedia obediência à constituição, o que ocorreu em 1964 não era tão constitucional, tampouco democrático. Estava formado o cenário perfeito para que a conspiração fosse efetivada. Ainda assim não deveremos ser ingênuos quanto às intenções dos golpistas, suas ações eram norteadas pela manutenção de privilégios, e não por um apego incondicional à democracia. Afinal:

Como conclui Argelina Figueiredo, a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender os seus interesses. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, até mesmo com o sacrifício da democracia. (FERREIRA, 2004, p. 209).

O presidente também tinha um plano para se proteger de um golpe, mas também de simples discordâncias com a oposição. Tratava-se de algo conhecido como “dispositivo” um movimento composto por oficiais fieis a Jango que acabou por não ser eficiente como se esperava:

os oficiais do “dispositivo” praticamente enxotaram o presidente, do Rio para Brasília, de Brasília para Porto Alegre e de Porto Alegre para o diabo que o carregasse, desde que fosse para longe de suas biografias. Faziam isso em derradeira tentativa de buscar a qualquer preço um acordo que lhes salvasse as dragonas. (GASPARI, 2002, p.114).

Assim era o cenário interno do Brasil durante o período pré golpe, regado a descontentamento, polarização e desconfiança, formando a conjuntura ideal para uma interferência externa via um plano como a Aliança para o Progresso. Plano esse que ajudou a fortalecer as atuações e os discursos de uma parcela da sociedade que passou a se ver munida de argumentos e financiamento para legitimar sua já mencionada inclinação histórica em

<sup>6</sup>Movimento popular criado por Leonel Brizola que tinha como objetivo defender as reformas de base e monitorar grupos possivelmente golpistas para que pudessem agir a tempo.

romper com a democracia.

## Os Jornais

Para a realização deste trabalho foram realizadas algumas pesquisas sobre a Aliança para o Progresso e os resultados mostraram que no geral o plano foi um fracasso em termos de obras e de desenvolvimento da região. Mas por outro lado, a Aliança cumpriu com o seu objetivo político de alavancar a popularidade de governadores da oposição e auxiliar na desestabilização da política brasileira. Dessa forma os jornais foram utilizados para analisarmos a repercussão das obras e principalmente como o tema era construído pela imprensa de acordo com dois veículos de comunicação de ideologias opostas.

## Tribuna da Imprensa

O primeiro jornal analisado foi a *Tribuna da Imprensa*, uma publicação carioca fundada pelo jornalista Carlos Lacerda em 27 de dezembro de 1949 após o próprio ser afastado do *Correio da Manhã* por tecer críticas a um amigo do dono do jornal<sup>7</sup> Lacerda utilizava o periódico para difundir suas ideias e posições, e desde sempre se caracterizou como um veículo de oposição, fruto das duras críticas que fez a Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek e até mesmo Jânio Quadros. O jornal foi vendido por Carlos Lacerda nos meses finais de 1961 e voltou a mudar de dono em 1962. O proprietário passou a ser Hélio Fernandes, com quem Lacerda tinha boa relação, ao ponto de continuar influenciando o editorial político da publicação.<sup>8</sup>

A *Tribuna da Imprensa* tinha forte inclinação conservadora e apontava grupos de esquerda como um mal a ser combatido. Por outro lado, havia devoção aos militares, ao ponto de o jornal ter defendido uma intervenção desse grupo em 1955,<sup>9</sup> nove anos antes do Golpe de 1964 do qual Carlos Lacerda e própria *Tribuna da Imprensa* tardiamente se arrependeram de apoiar.

Em novembro de 1960 surgiu a primeira menção à Aliança para o Progresso na *Tribuna da Imprensa*. A reportagem foi destaque na capa do jornal acompanhada de um título poderoso e otimista, “Kennedy promete usinas e escolas à América Latina”. O texto é praticamente uma exposição sem questionamentos das declarações de G. Mennen Williams, então governador do estado de Michigan que estava no Rio de Janeiro e revelou à imprensa quais seriam os pilares da política externa do presidente John F. Kennedy para a América Latina.

O governador esclareceu que havia valores a serem seguidos, e por isso o auxílio econômico seria oferecido somente a países com governos democráticos, uma vez que o plano não contemplava ditaduras. A declaração e a matéria envelheceram mal, afinal o dinheiro da Aliança para o Progresso e de outros planos de ajuda foram utilizados para financiar a oposição nas eleições de 1962 e melhorar a imagem de governadores anti Goulart. Williams também prometeu que o projeto iria respeitar e se adaptar às particularidades de cada país, o que acabou por não acontecer, gerando críticas no futuro.

No mês de abril do ano seguinte a *Tribuna da Imprensa* publicou uma (extensa) matéria intitulada “Dillon explica o plano dos EUA para combater subdesenvolvimento na América”. O texto relata o discurso de Douglas Dillon, secretário do Tesouro dos Estados Unidos durante a 2ª Assembleia do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Questionado sobre os objetivos da Aliança, Dillon explicou que a intenção era gerar “crescimento, estabilidade e igualdade social para o cidadão”. Juntamente com esse discurso também existem menções ao fortalecimento da democracia e investimentos estrangeiros do chamado mundo livre, mas o

<sup>7</sup>Sobre Tribuna da Imprensa ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV.

<sup>8</sup>Ibidem.

<sup>9</sup>Ibidem.

tempo mostrou que os Estados Unidos estavam muito mais preocupados com o segundo item do que com o primeiro.

No dia 15 de maio de 1961, surgiu na sexta página da *Tribuna da Imprensa* uma pequena matéria com o seguinte título: “Ministro de Fidel ataca Plano Kennedy”. Essa foi uma das primeiras vezes em que o jornal abriu espaço para a repercussão de críticas à Aliança para o Progresso, o exemplo citado foi fruto das declarações feitas por Alberto Mora, ministro do Comércio Exterior de Cuba. Nas rádios e televisões da ilha o ministro ridicularizou as cifras da Aliança, segundo ele Cuba nunca havia recebido menos do que duzentos e cinquenta milhões em créditos de países do bloco socialista, valor proporcionalmente superior aos quinhentos/seiscentos milhões de dólares que a Aliança para Progresso tinha para investir em toda a América Latina. Alberto Mora acrescentou que o plano era uma simples tentativa de comprar governos locais e que o socialismo seria o único caminho para o desenvolvimento na região.

É interessante observar que apesar do título da matéria se encontrar em letras relativamente grandes, o conteúdo em si é pequeno e situado no lado esquerdo da parte de baixo da página, recebendo um protagonismo muito menor do que as reportagens que anunciaram o plano ou deram espaço para que ele fosse explicado. Segundo Ana Maria de Almeida Camargo, é necessário ter cuidado ao se trabalhar com jornais porque:

corremos o grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade (CAMARGO, 1971 conforme LUCA, 2008, p. 117)

Ainda assim a diferença de espaço reservado para as críticas face aquele disponível para explicação e exaltação ao plano, passam a impressão de que o antigo jornal de Carlos Lacera era favorável ao discurso da Aliança para o Progresso e às obras que iam sendo erguidas com financiamento do plano.

Mais adiante, em 1963, as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos atingiram níveis críticos, sendo essa uma consequência de desafetos que vinham sendo construídos desde meados do ano anterior (LOUREIRO, 2020). Em janeiro de 1963 a *Tribuna da Imprensa* apresentou a seus leitores a primeira reportagem do ano que estava diretamente ligada a melhorias de infraestrutura do estado com dinheiro do plano de ajuda estrangeira. O título escolhido foi: “Favelas são o problema do diretor de esgotos”. A matéria abordou a poluição que afetava as praias da zona sul da Guanabara, e ainda contou com declarações do Diretor de Esgotos do estado. Ele argumentou que a ausência de garagens para os moradores da área nobre lavarem seus carros e as favelas da região, acabavam por poluir as praias e outras nascentes, bem como o lançamento inadequado dos esgotos ao mar.

Por fim o diretor Seroa da Mota explicou que a solução passaria pela construção de um Interceptor Oceânico que já estava em andamento e ficaria pronto em 1966 graças ao financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O encaminhamento dos esgotos para locais adequados por meio de um emissário submarino que sairia do papel com dinheiro da Aliança para o Progresso também foi mencionado. Esse tipo de obra e notícia era exatamente o que a Aliança queria vender, uma imagem de projeto que auxiliava no bem estar dos brasileiros, o que não era tão bem visto pelo *Novos Rumos* como veremos mais adiante.

No dia 20 de janeiro o diário estampou em suas páginas uma reportagem intitulada “Mauro não falou mal da Aliança” com foco principal em esclarecer uma polêmica em que Mauro

<sup>10</sup>GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.192.

Borges, governador do Goiás havia se envolvido. Ao contrário dos rumores que corria, o político negou em entrevista que tinha descrédito na Aliança para o Progresso e também desmentiu ter declarado que os Estados Unidos iam reduzir a ajuda ao seu estado por ter feito negócio com a Tchecoslováquia.

É interessante observar como essas declarações foram reproduzidas no Rio de Janeiro, seria esse e mais um indício que o jornal era um defensor do plano? Mauro era um político mais à esquerda, sendo um dos que defendeu a posse de João Goulart em 1961<sup>10</sup> e mais se revoltou com o caráter ideológico adotado pela Aliança para o Progresso, tendo inclusive sido taxado como “esquerdista ultranacionalista” pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.<sup>11</sup> Em um relatório o governador chegou a ser elogiado por Lincoln Gordon, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil afirmou que Mauro era entusiasmado e trabalhava em um plano de desenvolvimento estadual consistente e realista (LOUREIRO, 2020) ainda assim o político do cerrado continuou sendo ignorado, até que:

Após frustradas tentativas de obtenção de ajuda via Washington, evidências apontam que, a partir de abril de 1963, o governador goiano teria se tomado mais receptivo a receber recursos da União Soviética e de países da Europa Oriental. De acordo com um relatório da seção da Embaixada norte americana em Brasília datado de maio de 1963, havia “rumores recorrentes de empréstimos e assistência técnica a serem fornecidos para o estado de Goiás por países da Cortina de Ferro”. (LOUREIRO, 2020, p.154).

As reclamações e ações do governador goiano acabaram surtindo efeito, e em maio de 1963 o estado de Goiás foi contemplado com verba para melhorar seu abastecimento de água e em dezembro recebeu mais empréstimos para fins educacionais, culminando em um agradecimento público por parte de Mauro Borges (LOUREIRO, 2020). Aparentemente a *Tribuna da Imprensa* quis apaziguar as antigas desavenças entre o governador e a Aliança, em prol de perpetuar uma boa imagem para o plano, caso contrário não faria sentido dar tamanho espaço para os esclarecimentos de um governador de outro estado que tinha fama de “esquerdista”.

Nos meses de janeiro, março e maio, o diário publicou as seguintes manchetes: “Eletrobrás diz onde quer verba da Aliança”, “Governo da GB recebe 2 bilhões da Aliança”, “GB terá mais escolas para acabar com o 3º turno”, “Lacerda e Aliança: mais escolas à GB” e “COCEA tem 52 milhões para fazer mercados”.<sup>12</sup> Todas essas notícias tinham em comum o foco em Carlos Lacerda, no estado da Guanabara e algumas de suas autoridades, como por exemplo o Secretário da Educação, Flexa Riberio, que foi responsável por dar declarações ao jornal sobre o projeto de educação. As manchetes mencionadas buscaram realçar a parceria do estado com a Aliança para o Progresso, visando melhorias para os cidadãos locais em âmbitos diversos. De melhorias em setores de energia e educação, passando ainda por investimento em indústrias e geração de empregos.

Neste contexto é muito importante discutir a publicidade nos jornais, porque ela (publicidade) segundo Luca (2008, p. 123), “no que diz respeito à imprensa periódica, transformou-se na sua principal fonte de recursos.” Esse fator pode indicar os comportamentos e interesses de qualquer veículo de mídia. Dito isso é de extrema importância mencionar que a *Tribuna da Imprensa* possuía propagandas variadas, haviam anúncios de agências de carros, empresas de transporte rodoviários, bancos, hotéis, várias lojas e produtos comerciais, bem como publicidade do governo do estado da Guanabara. São visíveis os anúncios da loteria local, passando por concursos, editais para

<sup>11</sup>Em maio de 1962 a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil produziu em conjunto com os consulados do país espalhados pelo Brasil, um catálogo ideológico para que os Estados Unidos tivessem melhor conhecimento sobre quais os políticos que deveriam apoiar na eleição de 1962 e também fornecer maior quantidade de empréstimos e doações por meio de planos de ajuda externa como a Aliança para o Progresso. Para mais informações ver: LOUREIRO, Felipe Pereira. A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo: Unesp, 2020. P.118.

<sup>12</sup>COCEA é a sigla para Companhia Central de Abastecimento do Estado da Guanabara

<sup>13</sup>UDN é a sigla para União Democrática Nacional.

a construção de supermercados e até uma curiosa e suspeita publicidade que incentivava a população a se reunir com o Amaral Netto, na época deputado federal pela UDN<sup>13</sup>, o mesmo partido do governador Carlos Lacerda.

Se juntarmos a isso a já citada influência que Lacerda tinha no editorial do jornal devido à sua proximidade com o proprietário, podemos afirmar que o periódico estava fazendo no início da década de 1960 o que ele havia criticado alguns anos antes. No ano de 1951 a *Tribuna da Imprensa* acusou o governo Getúlio Vargas de ter interesses suspeitos no jornal *Última Hora*:

O fundador e então proprietário da *Última Hora*, Samuel Wainer, seria, na opinião da *Tribuna da Imprensa*, um “aventureiro” financiado para “arruinar economicamente, pela desproporção dos recursos de que dispõe, a imprensa normalmente financiada pelos condutos legítimos (publicidade, assinatura e venda avulsa, e não os financiamentos espúrios nem as recomendações palacianas)”. (LEAL, <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>).

No sentido contrário à idolatria promovida a Carlos Lacerda, o jornal se apresentava avesso a Miguel Arraes, o governador havia sido eleito em Pernambuco no ano de 1962 e nunca gozou de grande prestígio na *Tribuna da Imprensa* e em outros veículos de maior expressão, sua proximidade com comunistas e socialistas causava calafrios nos setores mais conservadores. Entre janeiro e junho existem pelo menos duas reportagens ligadas à Aliança para o Progresso com caráter anti Arraes.

A primeira intitulada “Arrais fixa hoje sua posição: Esquerdista” repercutiu o pleito eleitoral de outubro do ano anterior e acusou o governador de Pernambuco de recusar a ajuda da Aliança para o Progresso para o desenvolvimento do seu estado. O jornal afirmou que o político havia optado pelo caminho da esquerda revolucionária como Leonel Brizola e focou na simpatia que Arrais tinha pelos comunistas e sua aversão à Aliança para o Progresso, ignorando por completo que:

Apesar disso, é importante salientar que Brizola e Arraes não se recusaram, pelo menos publicamente, a receber fundos da Aliança por intermédio do governo federal brasileiro. Em outras palavras: caso a ajuda econômica de Washington respeitasse os caminhos legais, contando o processo de negociação e aprovação de projetos para os estados com participação direta de Brasília (ou de agências submetidas ao governo federal, como a Sudene e a Cocap), Rio Grande do Sul e Pernambuco teoricamente não se oporiam ao recebimento de recursos. (LOUREIRO, 2020, p.167).

Ainda assim esse fato não era surpreendente, afinal alguns indícios mostram a proximidade da *Tribuna da Imprensa* com grupos mais conservadores e a Aliança para o Progresso. A própria direção do plano era contrária à concessão de verba para Rio Grande do Sul e Pernambuco devido à postura anti americana de seus governantes (LOUREIRO, 2020).

A segunda crítica ao governador denunciou uma reunião da vanguarda nacionalista na casa de Lionel Brizola, detalhando que durante o encontro Miguel Arraes e outros convidados fizeram denúncias sobre a interferência dos Estados Unidos no Brasil por meio da Aliança para o Progresso e os voluntários de paz<sup>14</sup>. O próprio programa de paz também foi mencionado outras vezes no jornal como na reportagem deno-

<sup>14</sup>Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 3077, 20 de junho de 1963, 2ª página.

minada “Paz leva leite a dois milhões de nordestinos” onde se ressaltou a importância do apoio da Aliança para o sucesso do plano de doação de alimentos.

Apesar dos ataques a Miguel Arraes, a *Tribuna da Imprensa* divulgou muitas notícias relacionadas a obras e ações da Aliança para o Progresso no Nordeste, afinal os números socioeconômicos e o aumento da mobilização por parte da sociedade na região preocupavam o governo estadunidense, e Pernambuco era visto como um possível ponto de partida para movimentos revolucionários (LOUREIRO, 2020). Assim sendo, fazia muito sentido um órgão defensor do plano divulgar as melhorias que ele (plano) estava implantando nessa região que causava tantas preocupações. As melhorias em questão estavam relacionadas à construção de fábricas para a criação de emprego e doações para projetos de educação e saúde pública, bem próximo ao que se noticiava sobre ações no próprio estado da Guanabara.

Todo esse contexto de proteção e exaltação da Aliança para o Progresso por parte da *Tribuna da Imprensa* não pode ser definido como manipulação, porque ela (manipulação) consiste na tentativa de criar um questionamento por meio de algo artificial (BECKER, 2003), ou o que hoje chamamos de *Fake News*. De acordo com o autor, as ações superficiais são bem sucedidas somente quando estão acompanhadas de alguma forma por tendências reais e neste caso todas as notícias partem de fatos, por vezes com menor ou maior distorção, por isso, “condicionamento” é o melhor termo para definir a estratégia da *Tribuna da Imprensa*:

O “condicionamento”, por sua vez, deve ser analisado nos dois níveis, do curto e do longo prazo. O primeiro pode ser antes de tudo o resultado da propaganda. Os regimes totalitários fizeram disso uma especialidade, embora não seja certo que a propaganda, conscientemente organizada de maneira obsessiva, atinja sempre os fins visados. (BECKER, 2003, p. 193).

Embora a propaganda em questão não seja feita por um Estado totalitário e sim por um jornal em prol dos interesses de uma potência estrangeira no Brasil, as estratégias possuem paralelos semelhantes.

No meio de toda essa propaganda condicionada, surgiu nas páginas do jornal uma notícia intitulada “Participação maior de trabalhadores” que abordou uma recomendação feita Almino Affonso aos governos dos Estados Membros da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho. O ministro sugeriu à Aliança para o Progresso a inclusão de trabalhadores urbanos e rurais nos órgãos de planejamento urbano e social, bem como o fornecimento de auxílios e reformas estruturais necessárias. Isso dá a entender que era baixo o número de trabalhadores da classe popular engajados com o plano e que o tema era mais uma de muitas divisões presente na sociedade da época.

Mas para não cair na armadilha mencionada por Ana Maria de Almeida Camargo, já citada anteriormente, é necessário fazer uma exposição e análise sobre as críticas à Aliança para o Progresso que apareceram em algumas páginas da *Tribuna da Imprensa*. O diário repercutiu as declarações de Clare Luce, ex embaixadora dos Estados Unidos na Itália e de autoridades que anteriormente estiveram ligadas ao plano. A primeira teceu críticas à elite da América Latina e à instabilidade da região como um todo que assim dificultava o sucesso da Aliança para o Progresso<sup>15</sup>. Em outra reportagem nomeada “Aliança vai fracassar” as já mencionadas autoridades apontaram como um dos motivos para o fracasso do plano, a insistência dos Estados Unidos em tratar a América do Sul como região e não como países separados.

Mas a matéria de maior destaque aconteceu com Paul Sweezy. *Tribuna da Imprensa* fez uma entrevista com o economista marxista e a publicou com o título “Fracasso da Aliança trará intervenção”. Durante a conversa o professor afirmou que o plano de ajuda econômica seria um fra-

<sup>15</sup>Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 2957, 25 de janeiro de 1963, 2ª página

casso porque os Estados Unidos não iriam abrir mão do seu “império” na região, desse modo o conflito interno do Brasil teria tendencia em aumentar, e com isso os ianques poderiam fazer uma intervenção armada com um pedido de ajuda forjado. Sweezy ainda acrescentou que seu raciocínio era válido para qualquer país latino americano.

O futuro revelou que as críticas e previsões de Paul Sweezy estavam assustadoramente corretas. Os Estados Unidos jamais abriram mão do controle que tinham na região e a Aliança rapidamente se tornou uma ferramenta política com direito a catálogo ideológico dos governadores, como já foi mencionado e explicado anteriormente. A intervenção armada não aconteceu no Brasil, mas por pouco, uma vez que a Operação Brother Sam foi abortada quando já estava a caminho da costa brasileira, pronta para intervir caso João Goulart, seus aliados e o povo decidissem reagir contra os golpistas em 1964.

Essa e as outras críticas anteriores são declarações de terceiros, e não textos editoriais do jornal. Foram pouquíssimas as matérias que se atreveram a questionar a Aliança para o Progresso, ainda assim suas críticas eram relacionadas às burocracias do plano que acabavam por atrasar o repasse de verbas e consequentemente a efetividade das melhorias projetadas.<sup>16</sup> Até onde foi visto, reclamações e acusações de interferência externa não foram presentes nos textos editoriais da *Tribuna da Imprensa* ao longo de 1963.

## Novos Rumos

Já o *Novos Rumos* era o oposto do conservadorismo do primeiro jornal analisado, o semanário era utilizado para enaltecer a luta comunista e atacar a oposição, tal como já havia sido feito por outros jornais que no passado pertenceram ao Partido Comunista Brasileiro. O *Novos Rumos* foi criado em janeiro de 1959 na esteira da renovação política do PCB que buscava aumentar a aceitação e crescimento do partido perante a sociedade.<sup>17</sup>

O jornal pertencia à Editora Aliança do Brasil Ltda e tinha sede no Rio de Janeiro, embora também houvessem filiais nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Com colaboradores conhecidos dos comunistas brasileiros, o semanário chegou a ter tiragens de sessenta mil exemplares, mas o jornal precisava de financiamento do Partido Comunista Brasileiro para se sustentar, assim como verba adquirida por meio de publicidade que geralmente era voltada para livros e revistas soviéticas.<sup>18</sup>

No *Novos Rumos* o governador Carlos Lacerda não era visto como aliado e muito menos era exaltado como acontecia na *Tribuna da Imprensa*. No periódico comunista o ex jornalista era ferozmente criticado, e os elogios iam para Miguel Arraes, então governador de Pernambuco que na época era fortemente combatido justamente pela *Tribuna da Imprensa*, o motivo, sua já apresentada proximidade com os comunistas e a esquerda em geral, bem como seu posicionamento anti Estados Unidos e aversão à Aliança para o Progresso. Já com Goulart a relação não era tão boa, o jornal era crítico da política de conciliação do presidente e clamava por um rompimento com o PSD porque acreditava que só assim as reformas de base sairiam do papel.<sup>19</sup>

Antes de apresentar os recortes e a análise de alguns trechos do *Novos Rumos*, é necessário explicar o motivo da utilização de mais de um periódico, bem como a razão de serem tão distintos em seus editoriais. Quando se trabalha com a imprensa visando a compreensão de como ela abordava um determinado assunto, é fundamental utilizar lentes que enxergam os acontecimentos de forma distinta, porque:

<sup>16</sup>Indo na contra mão da esquerda e do próprio governo que apontava para a ilegalidade das negociações diretas entre a Aliança para o Progresso e alguns estados. Por conta disso o presidente João Goulart tentou centralizar as negociações de ajuda externa. LOUREIRO, Felipe Pereira. A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo: Unesp, 2020. p.176.

<sup>17</sup> FERREIRA, Jorge. *Novos Rumos: jornal do Partido Comunista Brasileiro*. Locus: Revista De História, [S. l.], v. 19, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20743>>. Acesso em: 3 fev. 2021.

<sup>18</sup>Ibidem.

<sup>19</sup>Ibidem

Num país onde a imprensa é livre, todos os aspectos da opinião pública têm chance de se refletir nos jornais: uma análise bem feita, isto é, que faz uma seleção judiciosa, que utiliza uma imprensa tão variada quanto possível, constitui portanto uma abordagem qualitativa da opinião pública que não se deve desprezar. (BECKER, 2003, p. 196).

Dessa forma é possível observar as diferentes visões dos jornais sobre o processo de construção da imagem da Aliança para o Progresso. Para isso é essencial a análise e comparação de mais de um periódico.

No ano de 1961 o *Novos Rumos* criticou a relação que os Estados Unidos criaram entre a Aliança para o Progresso e Cuba. Em um espaço descrito como *Nota Internacional* foi possível ler uma matéria com o título “Chantagem Com a Miséria do Povo”. A reportagem fez menção a um discurso do presidente John F. Kennedy, onde ele citava a Aliança para o Progresso ligada a uma narrativa anti Cuba. O jornal criticou com veemência a insinuação de boicote e agressão ao regime cubano por parte dos outros países latinos como uma condicionante ao auxílio de desenvolvimento. Desde cedo o semanário comunista torceu o nariz ao plano econômico pois desconfiava de suas reais intenções e assim como aconteceu com as críticas de Paul Sweezy, o tempo mostrou que as ressalvas do *Novos Rumos* para com a Aliança para o Progresso tinham fundamento.

Meses depois uma matéria intitulada “Missão de Stevenson: Cruzada contra Cuba” abordou a visita do embaixador dos Estados Unidos na ONU a países da América do Sul. O jornal afirmou que a visita era essencialmente para costurar alianças que permitissem ações contra Cuba. É pertinente comentar que a narrativa do *Novos Rumos* sobre a preocupação e articulação dos Estados Unidos para atacar o regime cubano tinha embasamento histórico. Afinal os estadunidenses pressionavam os países da América Latina e principalmente o Brasil, para que adotassem ações de hostilidade contra a ilha, mas a proposta já havia sido negada com “polidez e firmeza”<sup>20</sup> pelo antecessor de João Goulart.

O semanário ainda acrescentou que o alinhamento direto com os Estados Unidos era visto com bons olhos na grande imprensa, citando a *Tribuna da Imprensa* como exemplo. Mas ao final o texto afirmou que essas políticas não eram bem vistas pelo povo e que a população não devia se deixar enganar por empréstimos e créditos provenientes de planos como a Aliança para o Progresso. A impopularidade das políticas em questão com o povo, conversa diretamente com uma já mencionada declaração de Almino Affonso que fora estampada na *Tribuna da Imprensa*.

Em uma coluna lateral onde o espaço era reservado para opiniões do público, surgiu uma pequena carta com o título “Os irmãos”, onde um leitor criticou a propaganda que uma religiosa havia feito à Aliança para o Progresso e a forma como os estadunidenses tratavam o Brasil. No caso, como uma nação incapaz de resolver seus problemas. Essa notícia ajuda a constatar que o público dos dois jornais era distinto, e esse fator também é importante quando se trabalha com análises de periódicos (LUCA, 2008).

A ironia também foi uma linguagem constante quando o *Novos Rumos* abordava qualquer assunto ligado à Aliança para o Progresso. Esse artifício acabava ridicularizando as ações ligadas ao plano, sendo essa mais uma postura antagônica à adotada pela *Tribuna da Imprensa*. Na reportagem “Dois anos de Fracasso” o semanário comunista denunciou a ausência de crescimento do país, o excesso de verba destinado ao governador Carlos Lacerda bem como o descaso com o Nordeste. O texto finalizou definindo a Aliança para o Progresso como um plano de construção de latrinas, algo que já havia sido dito por Che Guevara e fazia certo sentido. De acordo com Loureiro (2020) o auxílio para aperfeiçoamento de infraestruturas de saneamento estava dentro dos itens propostos pela Aliança para o Progresso.

Na mesma linha, o semanário comunista divulgou em novembro de 1963 um texto que repercutiu uma notícia de Belo Horizonte, de onde chegou a informação que

<sup>20</sup>CABRAL, Castilho. Tempos de Jânio e outros tempos. IN: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente, 1950-1988. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.89.

<sup>21</sup>Novos Rumos. Rio de Janeiro, 247, 15 a 21 de novembro de 1963, 4ª página.

o plano de ajuda externa havia doado à Guarda Civil de Minas Gerais dois megafones e cinquenta e nove algemas do mesmo modelo utilizado pelos agentes do FBI. O *Novos Rumos* ainda especulou o quão grato e emocionado o governo mineiro teria ficado com essa bondosa doação que “tudo” tinha a ver com o combate ao subdesenvolvimento na América Latina.<sup>21</sup> Neste caso em específico o jornal ainda utilizou como recurso uma ilustração para reforçar a posição do seu texto, sendo essa uma novidade introduzida no Brasil por Manuel de Araújo Porto – Alegre em 1837 (LUCA, 2008). O sucesso foi grande e:

A importância conferida aos grafismos cômicos por alguns jornais fez com que comesçassem a ser publicados em destaque, às vezes na primeira página. A simbiose entre caricatura e imprensa diária foi profunda, a ponto de parecer pobre e incompleto um jornal que não contasse com pelo menos um desenhista de humor. (MOTTA, 2006, p.19).

A utilização de charges também facilitava na difusão e compreensão da mensagem por parte dos analfabetos (MOTTA, 2006) o que era de extrema importância para um jornal que tinha como um de seus objetivos lutar pela classe operária, um dos grupos com maior déficit de letramento da época devido às dificuldades econômicas que enfrentavam.

Outra diferença entre *Novos Rumos* e *Tribuna da Imprensa* era a relação com o governador do estado da Guanabara que já foi rapidamente mencionada por aqui. No jornal de orientação comunista Carlos Lacerda era um inimigo político que segundo Ferreira (2015, p. 218) era acusado de “corrupção administrativa, violência policial, golpismo político e gastos excessivos com publicidade governamental”. Logo o *Novos Rumos* conseguiu facilmente articular essas denúncias com a Aliança para o Progresso. A matéria “Orçamento da Guanabara Para a Campanha Política” acusou o governador de não cumprir as promessas de campanha e de receber um “salário” para trair o país tendo a Aliança para o Progresso como intermediária.

Na reportagem “Entreguismo e Paranoia” o jornal criticou a entrevista de Lacerda publicada na revista *O Cruzeiro* onde governador lembrou seu encontro com Kennedy em março de 1963. O *Novos Rumos* buscou realçar a submissão de Lacerda aos Estados Unidos e sua disposição para ajudar os estadunidenses a construírem uma boa imagem da Aliança perante a opinião pública.

Por outro lado, o jornal abria espaço para críticas ao plano, e a mais contundente foi feita precisamente por Miguel Arraes, político desprezado pela *Tribuna da Imprensa*. Em uma matéria extensa denominada “Arraes denuncia a “Aliança”” o jornal repercutiu os dados de um relatório apresentado pelo governador em uma reunião do Conselho diretor da SUDENE.<sup>22</sup> O pernambucano realçou que o caráter original da Aliança para o Progresso não estava sendo cumprido, assim como os critérios técnicos para a liberação de auxílio que não estavam levando em conta as áreas mais carentes nem as leis que permitiam somente ao governo federal negociar com os Estados Unidos para depois efetuar o repasse à região Nordeste pela SUDENE. A soberania e integridade nacional também estavam longe de serem respeitadas pelo plano.

A matéria ainda complementou a fala do governador ao dizer que a USAID-Brasil utilizava a Aliança para fins políticos, afinal ficava a cargo deles o controle do que podia e não podia ser feito com dinheiro, lembrando que a quantia era quase insignificante para uma região tão grande. O jornal ainda informou que era exigido pelos estadunidenses a divulgação de uma música de exaltação da Aliança nos meios de comunicação.

A narrativa do periódico do Partido Comunista Brasileiro era bem distinta da-

<sup>22</sup>SUDENE é a sigla para Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

<sup>23</sup>Novos Rumos. Rio de Janeiro, 231, 26 de julho a 1 de agosto de 1963, 3ª página.

quela adotada pela *Tribuna Imprensa*. No diário que antes pertencera a Carlos Lacerda as doações de leite a escolas e centros de saúde eram informadas como algo positivo enquanto o *Novos Rumos* enxergava a ação como esmola para iludir e controlar o povo brasileiro<sup>23</sup>.

Fazer uma contraposição da *Tribuna da Imprensa* com o *Novos Rumos* foi essencial para se compreender que a imprensa e a sociedade brasileira como um todo não tinha uma visão homogênea da Aliança e suas ações. Para o historiador, de acordo com Becker (2003), a opinião pública não possui uma concepção única onde existe unanimidade quanto a um acontecimento ou fato, muito pelo contrário, ela é repleta de pluralidade com diferentes tendências:

Entretanto, essas diferentes tendências não têm o mesmo peso, um peso que se mede em “quantidade”, e também em “qualidade”. Entendamos por aí que a intensidade com que se manifesta uma tendência da opinião pública não é indiferente. Simples contagens não bastam para determinar a importância respectiva das tendências da opinião, e é indispensável combinar a abordagem qualitativa com a abordagem quantitativa. (BECKER, 2003, p. 191)

Ou seja, mesmo que uma determinada voz seja menos escutada, isso não a torna inexistente. Segundo Peyrefitte “minorias atuantes” (podem) influir “mais no acontecimento que maiorias silenciosas”<sup>24</sup>. Logo, embora o *Novos Rumos* tenha tido uma circulação menor que a *Tribuna da Imprensa* ele continuava emitindo sua opinião e ela teve e ainda tem sua relevância histórica.

## Considerações Finais

Os objetivos inicialmente propostos pelo presente trabalho foram cumpridos. Em um primeiro momento foi possível observar o histórico e compreender as diferentes fases da relação entre Brasil e Estados Unidos, bem como os motivos que geraram a Aliança para o Progresso e posteriormente sua utilização como ferramenta política com ações pontuais para prejudicar o governo de João Goulart. O contexto político, social e até mesmo econômico foi apresentado e discutido, principalmente na segunda parte do trabalho. A polarização em que o país se encontrava na época e seus problemas financeiros, acabaram por ser essenciais para uma melhor compreensão dos interesses que levaram a *Tribuna da Imprensa* e o *Novos Rumos* adotarem narrativas distintas sobre o plano.

Também é impossível desassociar qualquer tipo de conclusão deste trabalho sem levar em conta o contexto da Guerra Fria onde duas potências guerreavam pela hegemonia da influência global, e como já vimos a própria Aliança para o Progresso surgiu como resposta dos Estados Unidos à Revolução Cubana e ao avanço da União Soviética no terceiro mundo. A conjuntura mencionada e o fato de o *Novos Rumos* pertencer ao Partido Comunista Brasileiro e não possuir publicidade do governo da Guanabara, mas sim de livros e revistas soviéticas, deixava bem claro de que lado estavam.

Por outro lado, a *Tribuna da Imprensa* tinha inclinação conservadora e apresentava em suas edições publicidade do governo do estado que tinha como líder Carlos Lacerda, fundador e antigo dono do jornal. O governador era um dos políticos brasileiros pró Estados Unidos e pró Aliança para o Progresso, não atoa foi líder no que diz respeito a recebimento de ajuda do plano e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A postura passiva e elogiosa de seu editorial da *Tribuna da Imprensa* com relação à Aliança também não deixa dúvidas e se levamos em

<sup>24</sup>PEYREFITTE, Christel. Les premiers sondages d'opinion. IN: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 191.

conta a promoção feita pela defesa do capital estrangeiro e sua ampla relação com o político mais beneficiado pelo plano, podemos concluir que por razões ideológicas e publicitárias a Tribuna da Imprensa era defensora da Aliança para o Progresso e de suas ações.

### Referências Bioográficas

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. IN: René Remond (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CARVALHO, J. M. **A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. **Os militares e o governo João Goulart**. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os\\_militares\\_e\\_o\\_governo\\_JG](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG)>. Acesso em: 28 jul. 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042010000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jul. 2020.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 31 jul. 2020.

FERREIRA, Jorge. Novos Rumos: jornal do Partido Comunista Brasileiro. **Locus: Revista De História**, [S. l.], v. 19, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrf.br/index.php/locus/article/view/20743>>. Acesso em: 3 fev. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **As reformas de base**. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base)>. Acesso em: 28 jul. 2020.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão - da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HIRST, Monica. **Brasil – Estados: desencontro e afinidades**. 1.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

KORNIS, Mônica Almeida. **Parlamentarismo: sim ou não?**. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo\\_sim\\_ou\\_nao](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao)>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LEAL, Carlos Eduardo. Tribuna da Imprensa. IN: **Verbete FGV CPDOC**.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra**. São Paulo: Unesp, 2020.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente, 1950-1988**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Jango e o Golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

**O DIA que durou 21 anos**. Direção: Camilo Tavares. Produção: Karla Ladeia. Brasil: Pequi Filmes, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ltawI64zBEo>>. Acesso em: 24 out. 2020.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 69-98, jun. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292000000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jul. 2020.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2012. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/aditadura-civil-militar-438355.html>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVEIRA, LorenaBurjack da. Estados Unidos e o Golpe de 1964: suporte logístico, bélico, financeiro e a concessão de exílio político. In: **II SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UFG/UCG**, 2009, Goiânia. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09\\_LorenaBurlveira.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09_LorenaBurlveira.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2020.

# A Problemática do Distanciamento Social e a Situação do Sujeito Subalterno na Perspectiva Decolonial

## The Problem of Social Distancing and the Situation of the Subaltern Subject in the Decolonial Perspective



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v14i2.3331>

*Lucas Pires de Oliveira*

Graduado em Comunicação Social pela Escola de Comunicação, Artes e Design da PUC/RS  
e-mail: [lucasp019@gmail.com](mailto:lucasp019@gmail.com)



<https://orcid.org/0000-0003-1210-8038>

Recebido em: 24/07/2021 – Aceito em 25/12/2021

**Resumo:** A pandemia de covid-19 colocou em pauta as desigualdades da sociedade brasileira pós-moderna. Na batalha para conter a propagação do coronavírus, o distanciamento social tornou-se o mecanismo mais potente, conforme as autoridades de saúde. No entanto, o que se percebe é uma parcela da população, que vive às margens do sistema social, impossibilitada de seguir a medida, enquanto outra parte critica a recomendação sob a justificativa do discurso econômico, transformando o distanciamento em uma problemática. Nessa perspectiva, apoiamos-nos nos pressupostos da crítica decolonial, na tentativa de observar o cenário atual da realidade brasileira. O objetivo deste ensaio, portanto, é estabelecer um possível diálogo entre a situação do sujeito subalterno, a partir da problemática do distanciamento, e a perspectiva decolonial.

**Palavras-chave:** Decolonialidade. Pandemia. Sujeito.

**Abstract:** The covid-19 pandemic brought the inequalities of post modern Brazilian society in to focus. In the battle to contain the spread of the corona vírus, social distancing has become the most Powerful mechanism, according to health authorities. However, what can be notice dis that a part of the population, living on the margins of the social system, is unable to follow the measure, while another part criticizes the recommendation under the justification of the economic discourse, turning social distancing into a problematic issue. From this perspective, were Lyon the assumption sof decolonial criticism in an attempt to observe the currents cenário of Brazilian reality. The objective of this essay, therefore, isto establish a possible dialogue between the situation of the subaltern subject, from the problematic of social distancing, and the decolonial perspective.

**Keywords:** Decoloniality. Pandemic. Subject.

## Introdução

### Sujeito, espaço e tempo: a tríade da pós-modernidade

As transformações no mundo ocidental pós-moderno têm mobilizado profundas análises de variadas áreas do saber, que buscam explicar as sociedades que se desenvolveram em diferentes épocas de um mundo permeado por mudanças. Entretanto, a busca por respostas que expliquem não somente a sociedade em sua totalidade, mas, sobretudo, o sujeito e sua relação com o tempo e o espaço torna-se cada

vez mais necessária.

Qualquer tentativa de tentar explicar os fenômenos que têm desencadeado uma série de transformações nas sociedades pós-modernas, do terceiro milênio, exige um amplo exercício teórico-epistemológico, compreendendo uma busca aprimorada nas Ciências Humanas, sobretudo, através da Filosofia, da História, da Psicanálise e da Sociologia. Ademais, em um mundo líquido, onde tudo se tornou urgente, os esforços para fazer esses fenômenos entendíveis requerem rigor e reflexividade<sup>1</sup>.

Nesta aventura, assumiremos o desafio de lançar mão da perspectiva pós-estruturalista, compreendendo a necessidade de um olhar que abarque a diferença, seja ela a nível de linguagem, pensamento ou experiência, e concomitantemente, uma abertura ao novo. A definição de pós-estruturalismo é tão ampla quanto seu escopo de possibilidades, que permite-nos renovar o pensamento. Nas palavras de Williams (2012, p. 42), trata-se de “um conjunto de experimentos acerca de textos, ideias e conceitos que mostram como os limites do conhecimento podem ser atravessados e revertidos em relações subversivas”.

Deste modo, a abordagem do pós-estruturalismo nos auxilia na tentativa de observar a sociedade atual, no contexto da pandemia de covid-19, pano de fundo dessa discussão, e, principalmente, a situação do sujeito subalternoperante essa atualização paradigmática. Logo, faz-se necessário trazer para o debate o pensamento de Michel Foucault, que muito embora não seja definido, particularmente, como um filósofo pós-estruturalista, possui significativas contribuições que permitem-nos refletir acerca do sujeito e sua relação com o tempo, substancialmente ao tratar da ideia de descontinuidade. Ressaltamos que a descontinuidade não representa um motor no pensamento foucaultiano, todavia, é um elemento que deve ser considerado, uma vez que, a partir dessa abordagem, o filósofo propõe uma ruptura epistemológica, fazendo emergir uma nova lógica temporal, alinhada ao pensamento descontínuo (WILLIAMS, 2012).

Todavia, para distinguir as noções de continuidade e descontinuidade, é oportuna a síntese de Williams, baseada na abordagem de Foucault. Williams (2012, p. 161) diz que “o novo historiador é um pensador de descontinuidades” e, por outro lado, “[...] a própria história é descontínua ao invés de contínua”. A partir dessa concepção, Foucault atribuiu um caráter de maleabilidade às genealogias, ao invés de considerá-las fechadas ou totalmente determinadas.

O exercício da reflexividade é substancial para compreender a noção de tempo. Assim, recorreremos à crítica bachelardiana, particularmente adequada, quando lançada aos continuístas. Baseado na perspectiva da continuidade, o filósofo, de acordo com Bachelard (1971, p. 193), “não vai mais longe. Pensa que é inútil viver os tempos novos, os tempos em que, precisamente, os progressos científicos rebentam por toda a parte, fazendo necessariamente rebentar a epistemologia tradicional”.

Sustentamos que essas operações indicam um ajuste da realidade de acordo com o tempo, sendo providencial, nesse sentido, uma reflexão sobre o sujeito desse tempo, que, assim como a sociedade, está em franca transformação diante do estado de pandemia. O desafio de problematizar a noção de sujeito a partir da crise nos impulsiona a reunir pistas na tentativa de compreendê-lo, na abordagem foucaultiana, conforme o seu tempo. Para Williams (2012), o eu, o sujeito ou a intersubjetividade devem ser vistos de acordo com seu contexto histórico, linguístico e experiencial. Neste caso, a própria noção de “Eu” é contestada, na medida em que “ele não pode reivindicar-se como um âmagão seguro. Outros sujeitos, a linguagem, além de nosso controle e experiências que abalam nossos sentidos, operam sob nossas mais íntimas percepções e intuições” (WILLIAMS, 2012, p. 23).

Contribui para esse diálogo o pensamento de Deleuze, que vê o sujeito circunscrito em uma espécie de nomadismo universal, alterando não apenas a nomenclatura,

<sup>1</sup>Na modernidade, segundo Bauman, as relações são efêmeras. Nas palavras do autor “o ‘curto prazo’ substituiu o ‘longo prazo’ e fez da instantaneidade seu ideal último” (BAUMAN, Modernidade líquida, p. 146).

mas a semântica, ao enfatizar seu aspecto particular. Ancorado na perspectiva deleuziana, Williams (2012, p. 105) diz que “sensações, intensidades e mudanças em estruturas fazem de cada um de ‘nós’ um indivíduo, e não uma pessoa individual do ser humano, ou sujeito”. Em outras palavras, o autor propõe pensar cada indivíduo como o todo do mundo, porém em uma perspectiva singular.

A tentativa de estabelecer uma relação entre o tempo, o sujeito e o espaço permite-nos sistematizar nossa abordagem a partir dos desdobramentos dessa transformação espaço-temporal, que trouxe à tona um novo paradigma. A covid-19, com reflexos em esfera global, é considerada, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a maior crise sanitária da época, e tem dizimado vidas em grandes proporções<sup>2</sup>. Desde o final de 2019, quando houve a notificação oficial do primeiro caso de contaminação por covid-19, o mundo tem passado por profundas mudanças, que atravessam as esferas culturais, econômicas e políticas do corpo social. O Brasil tornou-se o segundo país com o maior número de mortes do planeta<sup>3</sup>.

Nessa perspectiva, torna-se necessário considerar os antagonismos gerados a partir da pandemia, enquanto fenômeno que desestabiliza as estruturas da sociedade brasileira, a partir de uma cadeia de interferências que perpassam todos os campos da vida social. Para sistematizar essa discussão, elencamos a problemática do distanciamento social. Esse será abordado enquanto um paradoxo, observado no contexto do sujeito subalterno, que se diz impossibilitado de seguir a recomendação, justificando a falta de infraestrutura em seu ambiente de moradia bem como a necessidade de trabalhar para prover o sustento.

A expressão descreve, conforme Spivak (2010, p. 12) “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. A autora resgata o termo a partir do significado atribuído por Gramsci ao referir-se ao “proletariado”, ou seja, aquele cuja voz não pode ser ouvida. Nosso objetivo, portanto, é estabelecer um possível diálogo entre essa temática e os pressupostos da crítica decolonial.

Compreende-se por distanciamento social, a diminuição de interação entre as pessoas de uma comunidade para diminuir a velocidade de transmissão do vírus<sup>4</sup>. A estratégia é importante quando há indivíduos já infectados, mas ainda assintomáticos ou oligossintomáticos. Além disso, recomenda-se a manutenção de uma distância física mínima de pelo menos 1 metro de outras pessoas, especialmente daquelas com sintomas respiratórios e um grande número de pessoas (aglomerações) tanto ao ar livre quanto em ambientes fechados.

## Pandemia e Classificação Social

O século XXI tem sido marcado por uma série de conflitos que resultam em um elevado número de mortes. Observando dos atentados terroristas do 11 de setembro (2001) aos ataques de Paris (2015), por exemplo, é possível perceber que os grandes problemas de uma civilização se tornam mais visíveis diante das crises. Na atualidade, destaca-se, o processo das diferenças sociais, que tem sido agravado, particularmente, na sociedade brasileira desde o início do estado de pandemia. Logo, torna-se necessário deslocar nosso eixo de análise para um dos elementos constitutivos do padrão mundial capitalista, responsável pelos critérios de categorização e classificação do sujeito, a partir do eurocentrismo. A colonialidade, segundo Quijano (2007, p. 93):

sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um

<sup>2</sup>Declaração do diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus. Disponível em: <https://is.gd/Z9nY38>. Acesso em 23 jul. 2021.

<sup>3</sup>O Centro de Recursos do Coronavírus da Universidade Johns Hopkins realiza o rastreamento da disseminação global da covid-19. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em 23 de jul. 2021.

<sup>4</sup>Guia de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde. Disponível em: [https://portalqsvos.saude.gov.br/images/af\\_gvs\\_coronavirus\\_6ago20\\_ajustes-finais-2.pdf](https://portalqsvos.saude.gov.br/images/af_gvs_coronavirus_6ago20_ajustes-finais-2.pdf). Acesso em: 16 jun. 2021.

dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se emundializa-se a partir da América.

Com base nesse preâmbulo, e observando a sociedade dos dias de hoje, podemos identificar que as estruturas sociais da pós-modernidade ainda possuem rastros do colonialismo e que as diferenças são processos atualizados das formas de dominação que marcaram a América dos séculos XV e XVI. A classificação dos indivíduos no sistema capitalista mundial-colonial/moderno se estabelece por meio do trabalho, da raça e do gênero (QUIJANO, 2007). Fazemos um parêntese para a questão da raça, que, conforme o autor, junto da ideia de identidade racial, foi estabelecida como instrumento de classificação social básica da população.

Chamamos atenção ainda para as consequências dessa maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação que, posteriormente, gerou outras formas de classificação de determinados grupos de pessoas em outros campos, como a sexualidade e a subjetividade (LEÓN, 2012). Deste modo, podemos considerar que os movimentos do colonialismo resultaram na criação de sociedades baseadas em estruturas sociais hierárquicas e desiguais, que têm gerado uma série de efeitos, consideravelmente, notáveis na atualidade.

A lógica de dominação presente no mundo pós-moderno é baseada no eurocentrismo e pode ser observada como uma visão de mundo, que está para além dos governantes do capitalismo mundial, sendo também uma perspectiva daqueles educados sob a hegemonia eurocêntrica. Esse fenômeno pode ser explicado como uma dimensão cognitiva presente durante o longo tempo que marcou o mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que “naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder” (QUIJANO, 2007, p. 94). Assim, percebemos que a visão eurocentrista não é tão somente uma tendência dos europeus ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas um processo de sistematização que faz com que as lógicas do sistema mundo moderno/colonial sejam entendidas como dadas e não suscetíveis a questionamentos.

Em contrapartida, o processo de combate e resistência ao projeto do colonialismo e às epistemologias universalizantes tem sido desenvolvido pelos estudos decoloniais, que lançam sua crítica, fundamentalmente, a partir da literatura anglo-saxônica, contestando as bases desse pensamento e a universalização de conceitos e ideias disseminados, conforme Castro-Gómez (2007, p. 14), a partir “do desenvolvimentismo, das formas eurocêntricas de conhecimento, desigualdade de gênero, hierarquias raciais e os processos culturais/ideológicos que favorecem a subordinação da periferia no sistema mundial capitalista”. Assim como Castro-Gómez, outros pensadores latino-americanos acreditam que o sistema-mundo moderno/colonial é responsável por transformar a diferença em hierarquia, a partir da sistematização de categorias<sup>5</sup>.

No que se refere ao distanciamento social no contexto brasileiro, observa-se uma divergência quanto à aderência da medida cujos reflexos se materializam no comportamento das pessoas diante da pandemia. Paralelamente, a situação do sujeito subalterno que se diz impossibilitado de seguir a recomendação, justificando falta de infraestrutura em seu ambiente de moradia ou a necessidade de trabalhar para prover o sustento, ainda que, desse modo, esteja mais exposto aos perigos do coronavírus, parece ter sido naturalizada, caracterizando um processo de dessensibilização. Uma explicação possível sobre a perda da sensibilidade pode ser observada a partir de Bauman (2013, p. 42), ao considerar que “uma catástrofe prolongada abre o caminho de sua própria continuação destinando o choque e a indignação iniciais ao esquecimento, e

<sup>5</sup>Ver MIGNOLO, W. et al (Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo, p. 39)  
<sup>6</sup>Pesquisa “Pandemia na favela”. Disponível em: <https://is.gd/2hmKw9>. Acesso em 23 de jul. 2021

assim enfraquecendo e fragilizando a solidariedade humana em relação a suas vítimas”.

## Análise da problemática

A partir de uma pesquisa do Data Favela, realizada em parceria com o Instituto Locomotiva – Pesquisa e Estratégia e a Central Única das Favelas (Cufa), que mostrou os impactos da covid-19 em favelas do Brasil, observamos uma sequência de dados que foram utilizados como um dos elementos constitutivos desta análise<sup>6</sup>. A pesquisa foi feita entre os dias 19 e 22 de junho de 2020, ano em que a pandemia alcançou seus primeiros picos de contaminação no país, e ouviu 3.321 moradores de 239 favelas de todos os estados brasileiros. As informações deste levantamento foram esquematizadas na tabela abaixo.

**Tabela 1: Pesquisa Pandemia na Favela**

Questão abordada	%
Profissional autônomo	25%
Saiu de casa na semana que antecedeu a pesquisa	89%
Preocupação com a renda familiar por conta do corona vírus	89%
Sobrevive com menos da metade da renda de antes da pandemia	80%
Possui reservas financeiras para agüentar uma semana em casa sem trabalhar	66%
Ao menos 1 dia faltou dinheiro para comprar comida durante a pandemia	76%

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Com base nesse esquema, percebe-se que as questões relacionadas à preocupação com a renda familiar (89%) e à não aderência ao isolamento social (89%) apresentam resultados expressivos. Acrescenta-se que o Brasil possui 213 milhões de habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, 13,6 milhões da população residem em favelas.

Sustentamos que a problemática do distanciamento social se origina, basicamente, através de dois aspectos. Primeiramente, a partir da realidade do sujeito subalterno, que se diz impossibilitado de seguir o distanciamento social, recomendado pelas autoridades de saúde. Por outro lado, a crítica ou o não cumprimento, por parte de outra parcela da sociedade, sob a alegação de que as medidas de restrição prejudicam a economia.

No dia 11 de março de 2020, uma portaria do Ministério da Saúde estabeleceu um conjunto de procedimentos para o enfrentamento da covid-19, incluindo o distanciamento social, recomendado pelas autoridades como forma de evitar a propagação da doença<sup>7</sup>. Entretanto, desde o início, a medida gera controvérsias entre diferentes setores sociais.

Em contrapartida, desde a descoberta dos primeiros casos de infecção por coronavírus, a temática da pandemia tem sido destaque nos meios de comunicação do país, sobretudo a televisão. Os reflexos dessa constatação são evidenciados pela pesquisa da Kantar Ibope Media, segundo a qual para 79% dos entrevistados, a TV continua como o meio mais confiável para se obter informações sobre o coronavírus<sup>8</sup>. O estudo revelou também que onze das vinte maiores audiências dos últimos cinco anos foram registradas durante a pandemia de covid-19.

Para a análise da situação do sujeito subalterno, foram selecionados dois textos

<sup>7</sup>Portaria do Ministério da Saúde sobre medidas para o enfrentamento da covid-19. Disponível em: <https://is.gd/w62wMt>. Acesso em 23 de jul. 2021.

<sup>8</sup>O estudo foi realizado no período de 16 a 22 de março de 2020. <https://n9.cl/kwe39>. Acesso em 16 de jul. 2021.

<sup>9</sup>Reportagem sobre pandemia nas comunidades. Disponível em: <https://is.gd/SayvUH>. Acesso em 16 jun. 2021

<sup>10</sup>Documentário sobre a realidade das domésticas em meio à pandemia. Disponível em: <https://is.gd/kcrVOB>. Acesso em 16 jun. 2021.

jornalísticos, sendo uma reportagem de televisão e um documentário onde foram entrevistadas, respectivamente, uma líder comunitária<sup>9</sup> e uma empregada doméstica<sup>10</sup>. A escolha dos materiais deu-se a partir de uma procura na plataforma de compartilhamento de vídeos, o *You Tube*. O critério de busca baseou-se no período da produção dos conteúdos, ano de 2020, e apoiou-se nos dados da pesquisa referida anteriormente. Julgamos importante explicar que as entrevistas são elementos constitutivos dos textos midiáticos e não representam a totalidade desses materiais, uma vez que outras pessoas também foram entrevistadas. O recorte foi feito a partir da aderência à proposta deste estudo e organizado no quadro seguinte abaixo. As reportagens e pesquisas utilizadas na análise podem ser acessadas através dos links, disponibilizados nas páginas anteriores, em notas de rodapé.

### Quadro 1: Relatos do Sujeito Subalterno

Emissora e Data	Título	Entrevistado	Transcrição da Fala
<b>Record TV</b> 25 de março de 2020	Moradores de comunidades têm dificuldade de cumprir a quarentena do corona vírus	Líder comunitária 1'32" - 1'47"	"Quarentena, isolamento, sem condição. Sem condição porque um passa pela porta do outro. Se... Vamos supor, se o vírus tiver aqui hoje, então assim, todo mundo vai se contaminar porque o espaço acaba sendo um só".
<b>BBC News Brasil</b> 15 de agosto de 2020	A difícil realidade das domésticas em meio à crise da Covid-19	Empregada doméstica 7'55" - 8'46"	"Mas é a vida, né? Vamos trabalhar e Deus pra nos guardar, né? Só ele. A gente vai fazendo a nossa parte e ele faz a dele. As pessoas mais humildes, que não têm um plano B ou um caixa dois que seja, essa pessoa vai ter que trabalhar porque ela tem contas a pagar, conta de luz, conta de água, conta de telefone, tudo isso chega, nada espera. A comida não vai cair do céu, na mesa, né? Então assim, eu acho que as pessoas têm que trabalhar. O meu trabalho, ele exige que eu vá até o meu local de trabalho. Eu não vou conseguir lavar uma louça pelo computador, pelo telefone.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

O quadro apresenta a transcrição das falas de duas mulheres, sendo uma líder comunitária, moradora de Heliópolis, na Zona Sul de São Paulo, considerada a maior favela da cidade, e outra, que é empregada doméstica, também moradora de São Paulo. Cada uma delas foi entrevistada, respectivamente, pelos veículos de comunicação *Record TV* e *BBC News Brasil*, cujas pautas tinham as seguintes propostas: mostrar a dificuldade enfrentada por moradores de comunidades em cumprir o isolamento social; e retratar a realidade das domésticas em meio à crise da covid-19.

Percebe-se que a líder comunitária, ouvida na reportagem, destaca a impossibilidade de cumprir o distanciamento social, haja vista a estrutura do local. A reportagem

<sup>11</sup>Materia sobre a realidade dos moradores de favelas durante a crise do coronavírus. Disponível em: <https://is.gd/Hha7QP>. Acesso em 23 de jul. 2021.

mostra, através das imagens, os corredores estreitos que evidenciam essa realidade. Complementa-se ainda que muitas famílias de Heliópolis convivem em um cômodo de 10m<sup>2</sup>, conforme mostrou uma matéria da *CNN Brasil*, em maio do mesmo ano<sup>11</sup>. Já a população de Paraisópolis, zona sul de São Paulo, relatou constante falta de água durante à noite.

Destacamos ainda que a crise do coronavírus, em 2020, recorte que compreende essa análise, deixou 9,7 milhões trabalhadores sem remuneração no mês de maio. Conforme dados da PNAD COVID19, realizada pelo IBGE, os trabalhadores domésticos sem carteira foram os mais afetados, totalizando um percentual de 33,6% das pessoas afastadas<sup>12</sup>. O relato da empregada doméstica, entrevistada no documentário veiculado pela *BBC News Brasil*, vislumbra esse panorama, apesar de ela ter mantido o emprego, uma vez que não contava com alternativas.

Tal exposição remete-nos novamente a Quijano (2007) para observar o trabalho, enquanto parâmetro de classificação dos indivíduos no sistema capitalista mundial-colonial/moderno e, por conseguinte, a disposição do sujeito subalterno na estrutura de poder. Destacamos, contudo, que a estrutura deve ser entendida como o espaço onde o poder se materializa, isto é, o poder não é uma substância, mas um conjunto de práticas. Podemos pensar na ideia de poder, de acordo com Foucault (2004, p.160), como uma “relação indissociável com formas de saber, e trata-se de pensar sempre de tal maneira que se o veja associado a um domínio de possibilidade e por consequência de reversibilidade, de inversão possível”. Não aprofundaremos a definição de poder, neste momento, mas apresentamos esse recorte para destacar que a estrutura é composta pelas interações do corpo social.

Deste modo, recorremos aos pressupostos dos estudos decoloniais, na tentativa de explicar como o poderoso universo das relações de dominação transforma a diferença em hierarquia. Ao discutir a teoria das classes sociais, pensada, exclusivamente, sobre a base da experiência europeia, Quijano (2012), propõe uma mudança no eixo de análise, fazendo-nos avançar para uma teoria de classificação social, pois o que está em jogo é a questão do poder e, como já visto, a partir de Foucault, é na estrutura que o poder se materializa e a ideia de classificação social está, justamente, relacionada às posições que as pessoas ocupam nas relações de poder. Para Quijano (2012, p. 114):

é essa distribuição de poder entre as pessoas de uma sociedade o que as classifica socialmente, determinando as suas recíprocas relações e gera as suas diferenças sociais, já que as suas características empiricamente observáveis e diferenciáveis são resultados dessas relações de poder, dos seus sinais e das suas marcas. Pode-se partir destas para um primeiro momento e um primeiro nível de apreensão das relações de poder, mas não tem sentido fazer residir nelas a natureza do seu lugar na sociedade. Ou seja, a sua classe social.

A crítica decolonial, representada através do pensamento de Quijano, revela a necessidade de uma desconstrução da hegemonia cultural baseada na diferença. Ressalta-se que, para o capitalismo mundial colonial/moderno, os indivíduos classificam-se e são classificados segundo três linhas diferentes, embora articuladas numa estrutura global comum pela colonialidade do poder: trabalho, raça e gênero. Atribuímos um parêntese à temática do trabalho, uma vez que, na estrutura social, o sujeito subalterno tem seu tempo nomeado como relações de produção, o que determina, em última instância, seu lugar e papel no controle da autoridade e, conseqüentemente, do Estado (QUIJANO, 2012). Nessa perspectiva, reforçamos a necessidade da crítica decolonial, no contexto da pandemia.

<sup>12</sup> Levantamento do IBGE mostrou que 9,7 milhões trabalhadores ficaram sem remuneração em maio de 2020. Disponível em: <https://is.gd/HiTW4u>. Acesso em 23 de jul. 2021.

Como já demonstrado, o cenário pandêmico ressaltou as diferenças de uma estrutura social deficiente e desigual, na medida em que percebemos uma série de dificuldades enfrentadas pelo sujeito subalterno em cumprir as medidas de distanciamento social, recomendadas pelas autoridades de saúde, uma vez que, como observado, através dos dados coletados, a realidade dessa parcela da população contribuiu para encararmos o distanciamento como uma problemática. Nessa perspectiva, utilizamo-nos novamente dos estudos decoloniais para desconstruir qualquer forma de culpabilidade do subalterno e, ao contrário, mostrar que ele é o resultado de uma história política maior do que ele mesmo e que envolve todos os outros setores sociais.

### Considerações Finais

Os reflexos da pandemia de covid-19 espalham-se, diariamente, pelas sociedades pós-modernas, provocando uma transformação não somente na estrutura social, no sentido genérico, mas, sobretudo, na singularidade do sujeito do século XXI, alterando, inclusive, os processos de pensamento.

Muito embora nossa proposta com este estudo tenha sido complexificar as defasagens de uma sociedade pós-moderna, com rastros do colonialismo, a partir da problemática do distanciamento social, julgamos necessário traçar uma abordagem em torno do sujeito, estabelecendo uma relação com o tempo e o espaço em que vive, afinal como nos mostra Foucault, tudo acontece de acordo com o tempo e, atualmente, o nosso tempo é nebuloso.

O percurso desenhado pelo pós-estruturalismo e pela crítica decolonial tem possibilitado um poderoso aporte teórico-metodológico, que nos permite rever nossa forma de observar e tentar explicar os fenômenos sociais, através de novas perspectivas, ou melhor, novos pontos de vista. Quando falamos em deslocar o eixo de análise, estamos indicando a necessidade de propor uma outra forma de olhar para o mundo, descortinando nossas limitações e fazendo o possível para romper com as diferenças.

### Referências Bibliográficas:

- BACHELARD, G. **A Epistemologia**. Tradução: Fátima Lourenço Godinho; Mário Carminho Oliveira. Portugal: Edições 70. 2006. 223 p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000. 246 p.
- BAUMAN, Z; DONSKIS, L. **Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar. 2014. 264 p.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Michel Foucault y la colonialidad del poder. **Tabula Rasa**, Colombia, n. 6, 153-172. 2007.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: Castro-Gómez, S.; Grosfoguel, R (Org). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 9-23.
- FOUCAULT, M. O que é a crítica?. In: **Por uma vida não fascista**. Coletivo Sabotagem. 2004. 170 p.
- LEÓN, C. Imagen, medios y telecolonialidad: hacia una crítica decolonial de los estudios visuales. **Aisthesis**, Chile, n. 51, p. 109-123. 2012.
- MIGNOLO, W. Un paradigma otro: colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico. In: MIGNOLO, W (Org). **Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal. 2000. p. 19-60.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: Castro-Gómez, S.; Grosfoguel, R (Org). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 93-126.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2010. 133 p.
- WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução: Caio Liudvig. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012. 256 p.

# Diretrizes para Reabilitação do Complexo Arquitetônico da Casa do Barão do Rio Branco-Campus UERJ/Petrópolis

## Guidelines for Rehabilitation of the Architectural Complex of Casa do Barão do Rio Branco-UERJ/Petrópolis Campus



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v14i2.3377>

**Maria das Graças Ferreira**

Graduada em Arquitetura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ- Campus Petrópolis

Email: Gramaf@Gmail.Com, Mgferreira@Esdi.Uerj.Br



<https://orcid.org/0000-0001-6444-5605>

**Salvina Batista da Silva**

Graduada em Arquitetura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ- Campus Petrópolis

Email: Salviniabatista@gamil.com, Silva.salvinia@graduação.uerj.br



Recebido em: 28/09/2021 – Aceito em 29/12/2021

**Resumo:** O desenvolvimento do processo de um projeto de restauro, para edificações históricas, se verifica quanto é complexa as fases e atividades, a serem propostas e executadas ao longo do projeto e da execução da intervenção. Que requer uma coordenação de projeto com capacidade e conhecimento de todo processo para: planejar, gerenciar, estabelecer as diretrizes, formar as equipes técnicas e multidisciplinares, tomar decisões, avaliar as soluções técnicas e de restauro, bem como experiência no campo da arquitetura e do restauro. Baseados nestes conceitos e processos, o projeto de pesquisa sobre a Casa do Barão do Rio Branco - Campus da UERJ/Petrópolis é formado pelos docentes e discentes do departamento de arquitetura e urbanismo (DAU/ESDI/UERJ), com o objetivo de desenvolver o projeto para sua recuperação e preservação do complexo arquitetônico Casa do Barão do Rio Branco no Centro Histórico e Paisagístico de Petrópolis/RJ.

**Palavras-chave:** Restauro, Projeto, Preservação

**Abstract:** The development of the process of a restoration project, for historical buildings, verifies how complex the phases and activities are, to be proposed and executed through out the project and the implementation of the intervention. It requires a project coordination with capacity and knowledge of the whole process to: plan, manage, establish guide lines, train technical and multi disciplinary teams, make decisions, evaluate technical and restoration solutions, as well as experience in the field of architecture and restoration. Based on these concepts and processes, the research project on the Baron's House of Rio Branco - Campus of UERJ / Petrópolis is formed by teachers and students of the department of architecture and urbanism (DAU/ESDI/UERJ), with the objective of developing the project for its recovery and preservation of the architectural complex Casa do Barão do Rio Branco in the Historical and Landscape Center of Petrópolis/RJ.

**keywords:** restoration, project, preservation

## Introdução

### Contexto Histórico - Formação da cidade de Petrópolis/RJ

Em 1822, D. Pedro I, percorrendo o chamado “Caminho do Ouro” em direção à Minas Gerais, se hospeda na fazenda do Padre Corrêa, atual Distrito de Cascatinha. Nos anos seguintes, o Imperador continua a se hospedar na fazenda, juntamente com sua família e, mais tarde, demonstra interesse em comprá-la. Contudo, D. Arcângela Joaquina, irmã e herdeira do Padre Corrêa, sugere ao Imperador a compra da fazenda vizinha: Córrego Seco, atualmente o Centro Histórico da cidade de Petrópolis, um dos mais significativos conjuntos arquitetônicos do século XIX do Brasil.

Adquirida em 1830, para abrigar um grande palácio, a fazenda passou 12 anos praticamente abandonada, envolvida nas discórdias políticas que se seguiram à abdicação de D. Pedro I, em 1831. Somente em 1843, D. Pedro II começa a dar forma ao projeto “Povoação-Palácio de Petrópolis”, de forma mais efetiva, com a orientação de dois ilustres patronos: o mordomo da Casa Imperial e administrador dos bens de Sua Majestade, Paulo Barbosa, e o major alemão Júlio Frederico Koeller.

### O Plano Koeller

Major Júlio Frederico Koeller, nascido na cidade de Mogúncia, capital da Renânia-alemã, em 1804, chega ao Brasil em 1828, e de imediato, Koeller entra para o exército imperial. Em 1835 recebe a missão de executar um levantamento topográfico na província do Rio de Janeiro, no trecho compreendido entre a Vila da Estrela e Paraíba do Sul, com vistas à construção de uma nova estrada para as Minas Gerais, possibilitando, assim, o escoamento mais rápido e seguro para a produção desta província. Por este motivo, fixou residência, na vargem localizada entre a Vila da Estrela e a Raiz da Serra. O plano é apresentado, oficialmente, ao Imperador, e a assinatura do Decreto Imperial ocorre no dia 16 de março de 1843, pelo qual é arrendada ao Major a Koeller a Fazenda do Córrego Seco, com cláusulas de reserva de terrenos para a construção do Palácio Imperial; da igreja (sob a invocação de São Pedro de Alcântara); do cemitério e um povoado. Em 1844 ocorreu as primeiras demarcações de terra. Com a finalidade de implantar a colônia agrícola, a ser ocupada pelos imigrantes alemães.

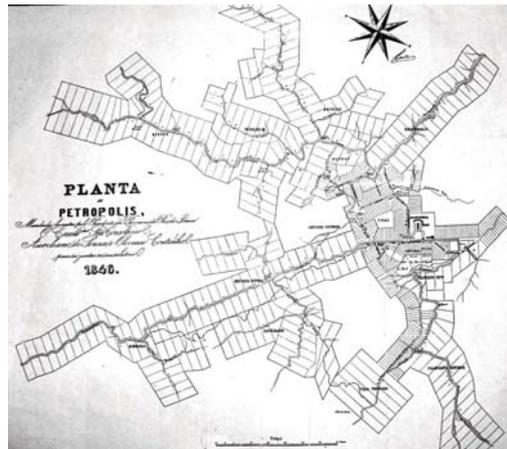
O Plano Koeller é pioneiro, para o século XIX, como ressalta (Cordeiro, 2000), o traçado rompe com os desenhos tradicionais assentamentos urbanos brasileiros, privilegiando a estreita harmonia entre natureza e o desenho urbano. Reservando terreno para edificar o Palácio Imperial com dependências e jardins, formando um centro imperial: a Igreja de São Pedro de Alcântara, os quarteirões imperiais, a urbanização da Vila Imperial em torno deste centro e com instalação do cemitério. Para criar o Plano de Petrópolis, a primeira providência de Koeller foi conhecer detalhadamente a topografia da região, fazendo um minucioso levantamento e demarcando a área daquelas terras. Estes dados balizariam a criação do futuro plano que foi desenvolvido obedecendo com o relevo geográfico acidentado, adaptando o seu traçado urbano ao meio ambiente, com o intuito de garantir à população o uso dos recursos naturais de forma integrada, para evitar os possíveis problemas ambientais.

Desta forma, o Plano Koeller, traça o zoneamento, a hierarquia do sistema viário, normas para parcelamento da terra, sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário. Um plano cujo traçado não segue o tradicional “tabuleiro de xadrez”. Inovador, em seu planejamento, pois utiliza pela primeira vez, no Brasil, diferentemente do implantado pelos portugueses, os rios correndo na frente e não nos fundos das residências. Mudando o antigo conceito, em que os cursos d'água, eram naturais cole-

tores de dejetos. Teremos então, os rios a ser componente de arquitetura urbana, em Petrópolis, como

já implantados nos planos urbanísticos na Europa.

**Figura 1: Plano de Petrópolis, Júlio Frederico Koeller, 1846.**



Fonte: <http://ahistoriadepetropolis.blogspot.com/2014/03/plano-koeler.html>

### **Proposta - Restauro e Reabilitação da Casa do Barão do Rio Branco - Campus UERJ/Petrópolis**

Como consta do atual Projeto Político Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo (DAU/ESDI), bem como sendo uma solicitação da cidade que se expande economicamente, sem contudo esquecer sua história e seu Patrimônio Cultural (arquitetônico e paisagístico), a criação do DAU (Departamento de Arquitetura e Urbanismo) foi estruturada em três linhas de pesquisa com dimensão social e cultural. Sendo uma delas a do Restauro, Reuso e Revitalização, para atender as necessidades de preservação do Centro Histórico e Paisagístico da Cidade de Petrópolis - Tombado em 1964/1982 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e de inúmeros outros edifícios isolados que necessitam destas ações. Sendo um deles, o Conjunto Arquitetônico da UERJ/Campus Petrópolis: a Casa do Barão do Rio Branco, comprada em 2014 pelo Estado do Rio de Janeiro, situada na Rua: Barão do Rio Branco, 279 na antiga Rua: Westphalia, 05, atualmente, fechada e necessitando de intervenção de restauro/reabilitação. Seu tombamento pelo INEPAC E-03/17007/1981 e Sobre-tombo: PMP-308/1985, se deve pela sua importância histórica, dentro do cenário político, diplomático e cultural, sendo "palco" da assinatura do Tratado de Petrópolis com a Bolívia, em 1903, por José Maria da Silva Paranhos - Barão do Rio Branco (1845-1912). E residência, na década de 1960, da artista plástica surrealista Maria Martins, em cujo ateliê, anexo a casa, produziu inúmeros trabalhos de escultura com reconhecimento internacional.

### **Área de estudo**

**Figura 2: Localização da Casa do Barão do Rio Branco, Petrópolis/RJ.**



Fonte: Google Earth, sem escala, editado por Salvínia Batista, 2020.

## Descrição Arquitetônica

A data da construção é desconhecida, e a arquitetura do casarão principal sofreu sucessivas alterações ao longo de sua trajetória variando elementos e linguagens estéticas que remetem a diferentes estilos arquitetônicos. Como também relatado anteriormente, considerando a falta de informação sobre o ano de implementação de seu logradouro. Estima-se que a casa tenha sido construída entre o Plano Koeller (1846-1860), pois a gravura mais antiga da edificação é datada da década de 1860 (fig.3). O nível de detalhamento da construção, presente na fotografia oficial, por ocasião da assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903 (fig.4), não nos permite precisar os detalhes e os elementos do estilo da casa.

**Figura 3: Conjunto Arquitetônico-1860.**



**Fonte:** Arquivo Histórico- iconografia do Museu Imperial.

**Figura 4:** Fachada principal – 1903



**Fonte:** Arquivo Freddy Van Campy.

**Figura 5:** Casa na época da Maria 1988 Martins - sem data



**Fonte:** Autor desconhecido.

**Figura 6:** Casa principal e Entorno - 1988

Fonte: arquivo arquiteta Márcia Braga.

**Figura 7:** Estado atual da casa - 2019

Fonte: Luisa Leal, editada, 2021.

### Proposta para o Restauro/Reabilitação do Conjunto Arquitetônico

A proposta é desenvolver e aplicar um projeto de restauro para o Campus UERJ/Petrópolis para resgatar sua história e memória, dando oportunidade aos docentes e discentes de atuar na realização de atividades práticas, visando à integração de conhecimentos teórico-práticos e o desenvolvimento de competência técnico-científica, que requer o projeto de restauro e reabilitação. A fundamentação teórico-metodológica: restauro - unidade conceitual e metodológica. Compreende-se o restauro como um problema metodológico antes de se tornar técnico, como conceitua Brandi em sua teoria de 1963, desta forma cada restauro é analisado de uma forma particular. É norteado na sua execução por três princípios fundamentais: distinguibilidade, reversibilidade, mínima intervenção e acrescida da compatibilidade de técnicas e materiais. Neste sentido, a proposta deste projeto é desenvolver as diferentes etapas do projeto de restauro, fundamentado em seus princípios fundamentais e em um processo que envolve e requer à gerência deste processo de projeto de restauro, dentro das características particulares da Casa do Barão do Rio Branco, atualmente fechada pelo seu estado de conservação precário. Etapas que requerem conhecimento teórico, técnico e científico de disciplinas: história da arquitetura, estrutura, elétrica, hidráulica, conforto ambiental, trabalhando de forma integrada. Enquanto que em um projeto de arquitetura, há a necessidade de uma “criatividade para o novo”, já no projeto de restauro, para uma edificação histórica, a criatividade é determinada por parâmetros e condicionantes presentes na edificação. Respeitando as premissas, para não descaracterizar o bem cultural que sofre a ação do restauro e do reuso. Neste processo para um projeto de restauro, para edificações históricas, se verifica quanto é complexa as fases e atividades, a serem propostas e executadas, ao longo do projeto e de sua execução que requer uma coordenação de projeto com capacidade e conhecimento de todo processo para: planejar, gerenciar, estabelecer as diretrizes, formar as equipes técnicas e multidisciplinares, tomar de decisões, avaliar as soluções técnicas e de restauro, bem como experiência no campo da arquitetura e restauro. E como todo projeto de arquitetura, deverá haver soluções com criatividade, pois se em um projeto novo, temos o programa, a dimensão do terreno, posturas legais, no projeto de restauro teremos uma edificação histórica, com problemas específicos que requer so-

luções técnicas específicas e criativas para preservação e valorização da edificação histórica, visando sua permanência não só física, mas histórica e simbólica.

O desenvolvimento do estudo preliminar para o restauro e reabilitação da Conjunto Arquitetônico da casa do Barão do Rio Branco e sua integração com seu entorno, se faz através de uma metodologia técnica-científica e sustentável, com uma equipe multidisciplinar (docentes e as disciplinas integradas). Embasados nos conceitos, teorias e processos do campo da arquitetura e do restauro, nas diferentes etapas de um processo para o projeto de restauro, aplicados para o complexo da Casa do Barão do Rio Branco - Campus da UERJ/Petrópolis.

### **Integração**

O propósito da integração entre docentes e discentes do Departamento de Arquitetura e Urbanismo(DAU/ESDI/URJ) é contribuir com as atividades acadêmicas e de pesquisa na área da arquitetura e urbanismo de forma efetiva, para preservação e reabilitação da Casa do Barão do Rio Branco, Patrimônio da cidade de Petrópolis e o Estado, e cumprindo sua missão cultural e social expressa no seu Projeto Político Pedagógico atual.

### **Projeto de Restauro: Reabilitação da Casa do Barão do Rio Branco Campus UERJ/Petrópolis.**

Como complemento para a formação e participação dos docentes e discentes no curso de Arquitetura e Urbanismo da UERJ, foi aprovada a proposta do Projeto de Restauro no Departamento de Estágios e bolsas/CETREINA, contando no período de 2020/2022, com uma bolsa de Estágio Interno Complementar (EIC) para os discentes participarem e aperfeiçoarem seus conhecimentos; além de desenvolver as diferentes etapas do projeto de restauro, para edificações históricas, fundamentado em seus princípios e em um processo que envolve à gerência deste processo de projeto e das normas que um projeto de restauro requer dentro das características particulares da Casa do Barão do Rio Branco, atualmente fechada pelo seu estado de conservação precário.

Antes da sua criação, o projeto havia tomado forma com o estudo iniciado e desenvolvido durante o 6º, 7º e 8ª período, entre 2018 e 2020, no curso de Arquitetura e Urbanismo da UERJ, nas disciplinas de Patrimônio e Restauro; resultando na criação posterior do Projeto de Restauro: Reabilitação da Casa do Barão do Rio Branco – Campus UERJ/Petrópolis, com orientação e supervisão da Professora Drª Maria das Graças Ferreira, e contou também com apoio e participação de diversos docentes e discentes do DAU. E esse projeto foi inicialmente dividido nas etapas a seguir.

### **Etapas do Projeto**

Etapas realizadas em 2018/2019/2020, pelos discentes do 6º, 7º e 8º período das disciplinas de Patrimônio e Restauro e integradas com as disciplinas do 4º e 6º períodos do Curso de arquitetura e urbanismo.

- I - Cadastramento - Pesquisa: levantamento arquitetônico e bibliográficos para compressão aprofundada da obra e do entorno da Casa do Barão do Rio Branco. 1 - Pesquisa histórica e iconográfica - Coleta de dados através de princípios e métodos que garantam a fidelidade das informações. Para o conhecimento do imóvel ao longo de sua trajetória, e análise fundamentais para diretrizes do projeto.
- 2 - Vistoria, Levantamento campo: arquitetônico e fotográfico minucioso - registro gráfico (croquis, plantas, cortes, fachadas), fotográfico e de instrumentos digitais - fichas fotográficas dos espaços externos e internos e de seus elementos arquitetônicos.

- 3 - Mapeamento de danos e estado de conservação dos espaços internos e externos, gráfico e fotográfico e identificação das patologias, prospecções e inventário dos bens integrados.
- 4 - Diagnóstico do estado de conservação - Baseado no mapeamento de danos das patologias. Considerando os fatores climáticos, o entorno e as características originais do imóvel e as intervenções realizadas.
- 5- Estudos preliminares – projeto básico: definição das diretrizes do projeto, programa de necessidades, parâmetros para intervenção para embasar as escolhas e a proposta de projeto, definida pela equipe multidisciplinar do DAU.

### Atividades Realizadas e Resultados Obtidos

Devido a Pandemia, “iniciada” no Brasil em Março do ano de 2019, o estágio sofreu algumas mudanças e atrasos, sendo a sua primeira etapa iniciada em 14 de Setembro de 2020 e concluída em 19 de Dezembro de 2020. Seguindo a segunda etapa iniciada em Janeiro de 2021 e encerrando-se em Abril de 2021. As próximas etapas, 4ª e 5ª, estão em andamento previstas para terminarem durante o ano de 2021. O estágio tem previsão de duração de 12 meses, iniciado a partir do ano de 2020, apresentando carga horária semanal de 21 horas e divididas em 4 horas por dia. Durante os 12 meses haverá a divisão das atividades por cinco etapas, como mostra as etapas de projeto acima. As atividades realizadas durante a primeira etapa do estágio foram o cadastramento - pesquisa em órgãos públicos, centros de pesquisas, bibliotecas e acervos; Na segunda etapa foi realizado o levantamento de campo - levantamento arquitetônico, fotográfico, iconográfico e revisão de dados; Na terceira e quarta etapa o diagnóstico do estado de conservação da edificação, reunião com docentes e discentes do DAU para definição e aprovação do programa de necessidades para o projeto básico; E na quinta etapa o desenvolvimento dos estudos preliminares e projetos com uso de plantas de arquitetura e informações complementares; realização de relatório para a disciplina de Estágio Supervisionado 1 e divulgação, entre a comunidade acadêmica, das atividades realizadas até o momento, além da apresentação dos resultados obtidos no projeto básico proposto pelos discentes na disciplina de Reabilitação e Reutilização de Edifícios Tombados 1 e 2, como exemplo temos o projeto, realizado em 2020, pela equipe formada pelas alunas Dayane Azevedo dos Santos, Linda Thársis Costa Alves e Salvínia Batista da Silva (fig 7), proposta que conta com um projeto para uma pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, acompanhada por proposta de paisagismo para a área externa do casarão principal e dos seus anexos.

**Figura 7** – Divisão feita pela equipe para realização de projeto básico da Casa do Barão do Rio Branco.



**Fonte:** Drone Imperial, sem escala, editada por Salvínia Batista, 2020.

**Figura 8** – Projeto de paisagismo Casa principal, em vermelho – 2020.



Fonte: Salvínia Batista, atualizado em 2021

Figura 9 – Projeto de paisagismo Ateliê Maria Martins, em amarelo – 2020.



Fonte: Linda Thársis, atualizado em 2021.

Figura 10 – Projeto de paisagismo fundos, em laranja – 2020.



Fonte: Dayane Azevedo, atualizado em 2021.

Além disso, dentro da etapa de cadastramento e pesquisa sobre o bem foram realizadas pesquisas iconográficas e maiores informações a respeito da história da casa, bem como a sua catalogação e organização das informações encontradas.

## Divulgação - Produtos

Como forma de divulgar o trabalho desenvolvido ao longo das etapas, para a proposta de projeto de restauro, foi criado em 2019, pela turma do 6º período; com orientação da professora Carina Martins da disciplina de história da arquitetura, meios de comunicação entre o público da comunidade da UERJ (docentes e discentes) e os moradores da cidade de Petrópolis, através de um site na web e uma página na rede social Instagram, utilizados para ampliar a divulgação do projeto de restauro. Para a divulgação foi necessário que o discente colaborasse com a criação de conteúdo para o site da web destinado a divulgar informações sobre a história da Casa do Barão do Rio Branco, através do link: <https://uerj-arq20181.wixsite.com/witeebs> e da página do Instagram: @divulga.uerj; além da criação de mapas para auxiliar no entendimento total do bem e linha do tempo sobre a história da casa, como também participar das aulas do 7º e 8º período com o objetivo de contribuir e auxiliar nas informações encontradas sobre o objeto estudado durante o curso de Arquitetura e Urbanismo da UERJ. No Instagram é possível acessar, de forma resumida, algumas informações sobre a casa e há também conteúdos publicados que direcionam o público ao site, sendo que este apresenta um conteúdo mais completo. No site podem ser encontradas informações à respeito dos antigos moradores da casa, o Barão do Rio Branco (1845-1912) e a artista plástica Maria Martins (1894-1973).

## Considerações Finais

As etapas a serem desenvolvidas nos próximos períodos, como na primeira etapa realizada, será com a integração entre as disciplinas afins: história da arquitetura, teoria da arquitetura, teoria do restauro, e as disciplinas complementares (estrutura, elétrica, hidráulica, maquete). E inserir, na prática do desenvolvimento do projeto de restauro, os conhecimentos acadêmicos adquiridos, nas disciplinas: teorias e conceitos, do campo da arquitetura, da preservação e do restauro. Desta forma, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo/ESDI/UERJ contribui de maneira efetiva, para a preservação e reabilitação da Casa do Barão do Rio Branco, Patrimônio da cidade de Petrópolis e do Estado, assim como com a formação dos discentes, cumprindo, desta forma, sua missão cultural e social expressa no seu Projeto Político Pedagógico atual.

## Referências Bibliográficas:

- ASSUMPTÃO, Amanda de Araújo. **Reabilitação de restauro de edifícios antigos: a intervenção no palácio universitário**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.
- CASADEI, Thalita de Oliveira. **Relatos Históricos**. Editora Gráfica, Jornal da Cidade Petrópolis, 1991.
- CORDEIRO, Manuel de Souza. **A atualidade do Plano Urbanístico de Koeler**. In Tribuna de Petrópolis, 09 março de 2000.
- DUNLOP, Charles Julius. **Petrópolis Antigamente**. Editora do autor, Rio de Janeiro, 1989.
- EPPINGHAUS, Guilherme Pedro. **Plano de Koeler**. In Revista do IHP, Petrópolis, 1982. JUDICE, Ruth Boucault. **Petrópolis: de Fazenda Imperial a Cidade Imperial**. In Revista do IHP, Petrópolis, 1982.

- KUHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos**. São Paulo: Revista CPC, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Cesare brandi e a teoria da restauração**. São Paulo: FAUUSP, 2007.
- OLIVEIRA, I. C. E. e PINTO, V. P. (Org.). **A Educação do Arquiteto e Urbanista: diretrizes, contexto e perspectivas**. Piracicaba: Editora da Universidade Metodista de Piracicaba, 2001
- OLIVEIRA, Mendonça. **Tecnologia da Conservação e Restauo**. Salvador. Editora: UFBA, 1999.
- PROGRAMA MONUMENTA - **Manual de elaboração de projetos. Cadernos Técnico I**. 2008.
- SOUZA, Luiz AntonioAlvez. **Considerações sobre o Plano Koeler**. In Tribuna de Petrópolis, 05 maio1995.
- CETREINA. O Cetreina. Disponível em: <<http://www.cetreina.uerj.br/p/sobre/cetreina/>> Acessado em: 25/05/21.
- CETREINA. Lista de estágios aprovados. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1324haSPQhXRE02OTeJLhoxAfVSU-RZuTw/view>> Acessado em: 25/05/21.
- UERJ. UERJ Divulga Barão do Rio Branco. Disponível em: <<https://uerj-arq20181.wixsite.com/witeebs>> Acessado em: 25/05/21.
- UERJ. Comissão de Divulgação Científica - UERJ. Disponível em: <<https://www.instagram.com/divulga.uerj/?hl=pt-br>> Acessado em: 25/05/21.

# Práticas e Conhecimentos Higiênicos – Sanitários de Manipuladores no Processo de Preparo dos Alimentos em Restaurantes

## Hygienic Practices and Knowledge - Handlers' Toilets in the Food Preparation Process in Restaurants



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v14i2.3370>

**Larissa Lorrane Diniz Silva**

Gastrônoma e Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Social pela UNA

Email: [larissssadiniz@gmail.com](mailto:larissssadiniz@gmail.com)



**Matilde Meire Miranda Cadete**

Doutora em Enfermagem pela Universidade São Paulo -USP

Docente do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Social da UNA

Email: [matildemiranda@gmail.com](mailto:matildemiranda@gmail.com)



Recebido em: 26/10/2021 – Aceito em 30/12/2021

**Resumo:** Este estudo objetivou analisar o conhecimento e práticas dos manipuladores de alimentos em restaurantes do município de Belo Horizonte acerca dos riscos que eles mesmos podem transmitir ao alimento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa cujo cenário foram cinco restaurantes públicos e dois privados. Os instrumentos de coleta de dados foram observação sistemática e entrevista semiestruturada com sete sujeitos. A análise qualitativa foi realizada por meio da análise temática de conteúdo e do *software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ). Os resultados revelaram o conhecimento deficitário dos manipuladores de alimentos sobre doenças transmitidas por alimentos (DTA), carência de práticas laborais (que indicaram higiene inadequada do ambiente - 37%; elevado nível de não conformidade, seguido da deficiente higiene pessoal - 25%) revelando agravos de contaminação como manipulação inadequada dos alimentos, estrutura física dos estabelecimentos sem o facilitador nas operações como preparo dos alimentos e manutenção de limpeza, área de recebimento de matéria-prima com o mesmo acesso para saída de lixos, além de abordagem escassa e contínua sobre DTA pela organização empregatícia. Isso denota a relevância de se promover saúde fundamentada em ações educativas críticas e reflexivas. Espera-se, ainda, que estratégias intersetoriais e interdisciplinares possibilitem mudanças internas e externas que auxiliem na qualidade de vida da população, propiciando o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Manipulação de alimentos. Higiene. Educação. Desenvolvimento local.

**Abstract:** This study aimed to analyze the knowledge and practices of food handlers in restaurants in the city of Belo Horizonte about the risks that they themselves can

<sup>1</sup>Larissa Lorrane Patrocínio Diniz, e graduada em gastronomia<sup>2</sup>Profa. Dra. Matilde Meire Miranda Cadete. Orientadora e Profa. do Mestrado em Gestão social, Educação e Desenvolvimento Local-UNA

transmit to food. This is a qualitative study with five public and two private restaurants. The data collection instruments were systematic observation and semi-structured interviews with seven subjects. The qualitative analysis was carried out by means of thematic content analysis and also through the software Interface de R pour les Analyzes Multi dimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRa-MuTeQ). The results indicated the deficient knowledge of food handlers about FBD, lack of work practices, which pointed to inadequate hygiene of the environment (37%); higher level of non-compliance, followed by poor personal hygiene (25%), revealing contamination problems such as inadequate food handling, physical structure of establishments without the facilitator in operations such as food preparation and cleaning maintenance, raw material receiving area press with the same access to waste disposal, in addition to a scarce approach and continues on DTA by the employment organization, which denotes the relevance of promoting health based on critical and reflective educational actions. It is also expected that intersectoral and interdisciplinary strategies will enable internal and external changes to assist the quality of life of the population, promoting local development.

**Keywords:** Food handling. Hygiene. Education. Local development.

## Introdução

Em todo o mundo, a produção de alimentos tem se tornado cada vez mais complexa e globalizada. Com considerável frequência, as matérias-primas são fornecidas por diferentes países. Além disso, os insumos são cometidos a técnicas das mais variáveis. Por volta de muitos anos, as fazendas serviam as comunidades locais sem muitas intermediações e, atualmente, são diversas corporações que abastecem os países com importação e exportação sobre o interesse mercadológico de cada continente (FORSYTHE, 2013).

Sendo assim, as refeições sempre tiveram importante papel nas questões sanitárias, não somente pelo valor nutritivo, mas também pela sua capacidade em veicular doenças. No entanto, com as transições pela qual o mundo passa, em particular com o processo de urbanização como também a estimativa da expectativa de vida da população, os hábitos alimentares e os alimentos consumidos têm assumido destaque na determinação das condições sanitárias das populações (GERMANO; GERMANO, 2015).

Em vista disso, resolver problemas de segurança dos alimentos é desafiador, devido às mudanças contínuas na economia, com repercussão em nosso estilo de vida, tanto com alimentos consumidos em casa ou não. Além disso, os agentes causadores de doenças de origem alimentar também se alteram e outros patógenos emergem. (FORSYTHE, 2013).

Nesse sentido, os manipuladores de alimentos são essenciais quando se trata da segurança dos alimentos preparados, pois, além de manterem contato direto com os insumos logo no início do recebimento da matéria-prima para sanitização, participam do processo no preparo das refeições até o momento de sua comercialização. Desse modo, os manipuladores podem se tornar um possível transmissor viável de agentes patogênicos de doenças alimentares quando erros e falhas são cometidos (*CENTERS FOR DISEASE AND PREVENTION* - CDC, 2013).

Esses atos inseguros e inconstantes dos manipuladores podem gerar contaminação cruzada dos alimentos, tanto dos alimentos *in natura*, quanto dos alimentos prontos para o consumo. O conhecimento que eles têm a respeito da prevenção de doenças transmitidas por alimentos (DTA), higiene dos equipamentos e utensílios, assim como da limpeza do ambiente, pode amenizar a transmissão da doença e impedir os surtos de origem alimentar (MEDEIROS; CARVALHO; FRANCO, 2017).

Logo, para que a permanência das boas práticas de manipulação de alimentos se mantenha, os pro-

fissionais precisam se conscientizar de que “a inadequada manipulação é uma das principais fontes de contaminação, relacionando-se, provavelmente, à higienização incorreta para o exercício da função” (SHINOHARA *et al.*, 2016, p. 83).

Conseqüentemente, diversos alimentos, assim como vários ingredientes utilizados no preparo de alimentos, são em inúmeros casos identificados como surtos que envolvem os manipuladores, provavelmente devido ao seu constante contato manual durante todo o processo de preparo e distribuição. (FORSYTHE, 2013).

Isso posto, as pessoas que consomem essas refeições estão expostas a periculosidades aleatórias de enfermidades transmitidas por alimento e isso pode interferir diretamente em suas vidas no que se refere à qualidade de vida. “Quando vista de forma mais focalizada, qualidade de vida em saúde coloca sua centralidade na capacidade de viver sem doenças ou de superar as dificuldades dos estados ou condições de morbidade” (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 15).

Considerando o impacto da falta de conhecimento sobre DTA, bem como a falta de percepção dos manipuladores sobre a representatividade que eles subsidiam, pergunta-se: quais conhecimentos os manipuladores de alimentos em restaurantes de Belo Horizonte têm a respeito dos requisitos higiênico-sanitários tanto das instalações físicas quanto da manipulação dos alimentos até a entrega ao cliente no que concerne à qualidade e segurança alimentar?

Portanto, esta pesquisa tem por objetivo analisar os conhecimentos que os manipuladores de alimentos em restaurantes de Belo Horizonte têm a respeito dos requisitos higiênicos sanitários pessoais, requisitos higiênicos do ambiente, requisitos higiênicos sanitários dos equipamentos e utensílios e requisitos higiênico-sanitários das instalações e edificações.

## Discussão Teórica

A discussão teórica deste capítulo discorre sobre subtemas que se relacionam entre si e caracterizam a problemática da DTA, para mais compreensão do fenômeno estudado.

### *Doenças transmitidas por alimentos (DTA)*

As doenças de origem alimentar são definidas como aquelas que costumam ser transmitidas pelos alimentos e compõem vasto número de enfermidades causadas por bactérias e patógenos, parasitas, contaminantes químicos e biotoxinas. (FORSYTHE, 2013).

As DTAs são causadas por agentes químicos, físicos ou biológicos que entram em contato com o organismo humano pela ingestão de alimentos contaminados. Elas podem ser classificadas em toxiose, infecção e toxi-infecção e ainda intoxicação química (CARELLE; CÂNDIDO, 2014). Os agentes envolvidos, a decorrência do quadro clínico e os sintomas resultantes estão descritos no Quadro 1.

### Quadro 1 - Explicativo sobre doenças transmitidas por alimentos

Doença	Decorrência do quadro clínico	Período de incubação	Sintomas
<b>Toxinose</b>	Ingestão de toxinas bacterianas pré-formadas nos alimentos, decorrente da multiplicação de bactérias toxinogênicas nos alimentos	1 a 6 horas 12 a 72 horas 1 a 6 horas	Vômito, náuseas, raras diarreias, sem febre. Náuseas, visão dupla, vertigens, perda de reflexos, dificuldade de deglutir e falar, paralisia respiratória e morte. Vômito e náusea.
<b>Infecção</b>	Ingestão de microrganismos patogênicos que se multiplicam no trato gastrointestinal, produzindo toxinas ou agressão ao epitélio	12 a 72 horas 12 a 72 horas 8 a 22 horas	Diarréia, vômito, cólica, náuseas, febre, calafrio, mal-estar. Infecção intestinal típica. Diarréia, mal-estar, cólicas, com ou sem febre.
<b>Toxi-infecção</b>	Ingestão de quantidades aumentadas de bactérias na forma vegetativa que liberarão toxinas no trato gastrointestinal ao esporular, porém sem colonizar.	8 a 22 horas 8 a 22 horas	Diarréia e cólica abdominal sem febre Diarréia, náuseas, raros vômitos e sem febre.
<b>Intoxicação química</b>	Ingestão de quantidades aumentadas de substâncias químicas nos alimentos	Depende da substância química relacionada	Os sintomas são diversos e dependem das doses ingeridas e do tipo de substância química relacionada.

As DTAs podem ser transmitidas aos seres humanos por meio de alimentos contaminados. Essas toxi-infecções são doenças causadas por microrganismos patogênicos que se multiplicam, podendo invadir a parede intestinal e disseminar-se para outros órgãos, caracterizando uma infecção. Ou pode haver intoxicação provocada por ingestão de alimentos contendo toxinas microbianas pré-formadas. Isso ocorre quando práticas de higiene são negligenciadas ou esquecidas (SALES; ZANIRATE; MANSUR, 2010).

Somente pequena quantidade de pessoas procura ajuda médica e hospitalar e nem todas as doenças são investigadas. Como os sintomas de toxi-infecções alimentares são brandos e duram poucos dias, as pessoas se recuperam em casa (FORSYTHE, 2013).

No entanto, para considerar se uma pessoa está com diagnóstico de infecção ou intoxicação alimentar contaminadas por doenças transmitidas pelos alimentos, deve-se verificar o contexto que envolveu o episódio ou realizar exames nos doentes levando para o laboratório as amostras de restos de alimentos suspeitos (GERMANO; GERMANO, 2015).

As origens de doenças alimentares recorrentes, sem obtenção de medidas capazes de minimizar riscos, devem-se ao país, que até o momento não conquistou amplo e eficaz sistema de vigilância epidemiológica para mensurar seu alcance, determinar suas origens e averiguar as pessoas mais propensas a essas doenças. (GERMANO; GERMANO, 2015).

### ***Conhecimento dos manipuladores de alimentos***

Os manipuladores de alimentos são todas as pessoas que têm contato, ainda que ocasional, com o alimento, seja na matéria-prima ou no produto elaborado, em todas as fases por onde passa o alimento. Na produção, preparação, transporte, armazenamento, transformação, distribuição e venda, além de manipular também na própria residência. (SALES; ZANIRATE; MANSUR, 2010).

Para Forsythe (2013, p. 27), “os manipuladores de alimentos podem ser responsáveis por 12% em relação aos principais fatores que contribuem para a ocorrência de surtos de origem alimentar”. A falta de conhecimento nas práticas laborais pode contribuir para que os alimentos não sejam totalmente seguros e causem doenças como higiene pessoal insuficiente, contaminação cruzada entre alimentos *in natura* e alimentos prontos, controle inadequado da temperatura durante o cozimento, resfriamento e a estocagem incorreta.

Para que os riscos sejam minimizados, os manipuladores de alimentos devem receber capacitação profissional para que saibam como proceder com a higienização das mãos como também sobre a higienização de equipamentos e utensílios. As operações de higienização devem ser realizadas por funcionários comprovadamente capacitados, com regularidade para garantir a manutenção da cozinha e diminuir os riscos de contaminação do alimento. (CARELLE; CÂNDIDO, 2014).

### ***Práticas dos manipuladores de alimentos***

As práticas dos manipuladores são decisivas no controle higiênico-sanitário nos processos de produção. Por se tratar de um assunto muito particular, requer atenção especial no sentido de fazer com que todos os funcionários adquiram hábitos apropriados de asseio e, conseqüentemente, melhor higiene operacional (SALES; ZANIRATE; MANSUR, 2010). Essas práticas podem interferir diretamente na segurança das refeições oferecidas, uma vez que as mãos também são instrumento de trabalho dos manipuladores e são consideradas como principais fontes de contaminação alimentar por veicular microrganismos aos alimentos.

Souza *et al.* (2015) apresentaram dados relativos ao estudo conduzido em Uberaba-MG: durante a higienização das mãos, 33,3% (10/30) dos manipuladores pronunciaram-se dizendo que realizam a higienização das mãos apenas com água, em detrimento à utilização de água e sabonete antisséptico ou água e álcool em gel 70%, citados por 60% (18/30) e 6,7% (2/30) dos manipuladores, respectivamente. Nenhum dos participantes relatou fazer o processo de antisepsia das mãos corretamente.

Todavia, em conformidade com as normas técnicas, “as mãos devem ser lavadas sempre que o colaborador mudar de tarefa, e devem ser higienizadas corretamente”. Este também é um critério importante a ser seguido, porém, devido à alta rotatividade de colaboradores em serviços da alimentação, a capacitação desses profissionais é dificultada. (CARELLE; CÂNDIDO, 2014, p. 71).

Outro fator preocupante sobre as práticas dos manipuladores é em relação à saúde, pois podem contaminar o alimento na hora de executar as tarefas. Pesquisa realizada na cidade de Maceió constatou que 40% (12/30) dos manipuladores declararam trabalhar mesmo quando adoecem com gripe, infecção de garganta ou diarreia. (SOUZA *et al.*, 2015).

As Boas Práticas de Fabricação (BPF), a produção segura e com qualidade para os consumidores deve ser um desafio de todos os envolvidos na manipulação de alimentos. No entanto, é necessário que todas as não conformidades existentes sejam reparadas (JOELE; SOUSA; LOURENÇO, 2014).

Para que as práticas dos manipuladores sejam mais seguras, sugere-se que os funcionários recebam capacitações adequadas sobre as BPFs na produção das refeições oferecidas pelos restaurantes com foco principal na manipulação dos alimentos, higienização das mãos, equipamentos e utensílios (VENÂNCIO; LEMOS; SCHMELING, 2018).

### ***Consumidores como agentes responsáveis de contaminação***

Assim como os manipuladores, os consumidores podem ser também possíveis agentes para conta-

minar os alimentos, devido às atitudes de risco no instante do autosserviço. Eles devem ter conscientização sobre quais atitudes corretas durante a montagem de seus pratos, principalmente sobre a higienização das mãos, a fim de evitarem as DTAs (OLIVEIRA; LUZ; OLIVEIRA, 2016).

As práticas mais frequentes entre os consumidores no momento do autosserviço são levar objetos para o balcão de distribuição (33,3%), falar em cima das preparações (32,6%), recontaminar as mãos após lavagem (10,4%) e arrumar alimentos no prato com os mesmos utensílios da preparação (8,1%) (OLIVEIRA; LUZ; OLIVEIRA, 2016).

Existem dificuldades encontradas na introdução dos conceitos da qualidade em uma organização, pela resistência de seus funcionários, que agem em conformidade com a atual cultura da empresa. Para que a implementação e manutenção de um sistema de gestão de qualidade tenham sucesso é necessário que a organização, por meio do compromisso da direção, despenda esforços no sentido de modificar a cultura organizacional vigente de tal maneira que haja persistência, continuidade e convergência de atitudes na conquista dos objetivos previamente traçados (OLIVEIRA, 2016).

Em vista disso, as práticas participativas dos manipuladores promovem o desenvolvimento local, sendo que “o maior argumento para participar é o aumento das ações eficazes de políticas públicas que beneficiam o coletivo”. Em contrapartida, a falta da participação é reconhecida como o principal motivo de fracasso em muitos planejamentos (PETRUS; PEREIRA JÚNIOR, 2016, p. 6).

Conseqüentemente, a criação de mecanismos de conhecimento para os manipuladores de alimentos apresenta ênfases quando são requeridos processos educativos cuja questão fundamental se estabelece de modo que possam ser propícias às aprendizagens que sejam adequadas aos colaboradores, em termos da sua própria capacidade em gerar mudanças. Todavia, “a questão estriba, então, muito mais na cultura que noutro fator qualquer” (FRAGOSO, 2005, p. 66).

## Metodologia

### **O presente trabalho é descritivo e de abordagem qualitativa.**

Para Minayo (2013, p. 14), na abordagem qualitativa “a realidade social é a cena e seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza dos significados dela transbordante”. Assim, ao dar voz aos participantes desta pesquisa, está-se aprofundando nos significados de suas ações e das relações intersubjetivas construídas entre eles, um lado que não se mede com o uso de medidas numéricas.

A coleta de dados foi realizada em setembro de 2019 a janeiro de 2020, no município de Belo Horizonte, com os funcionários que manipulam os alimentos nos restaurantes estudados. A escolha dos tipos de restaurantes incidiu em dois critérios: serem públicos (cinco restaurantes) e privados (dois), com vistas ao enriquecimento de obtenção de dados oriundos de diferentes contextos e sua respectiva análise. Não se objetivou, neste estudo, conseguir o mesmo quantitativo de tipos de restaurantes. Buscou-se, essencialmente, a visão intersubjetiva dos sujeitos participantes da pesquisa.

Os sete restaurantes situam-se na região centro-sul e noroeste do município de Belo Horizonte e todos eles oferecem o tipo de serviço *self-service*. Tais estabelecimentos atendem a população local e oferecem cerca 800 a 3.500 refeições diárias. O horário em que os dados foram coletados foi de alta movimentação de consumidores, como também de alta demanda na produção alimentícia.

Os sujeitos convidados foram todos os funcionários participantes de algum processo de manipulação dos alimentos (pré-preparo, preparo e finalização dos pratos), presentes no dia e momento da observação sistemática.

Neste estudo, a escolha pela associação dos dois instrumentos foi devida ao fato de aprofundar no conhecimento acerca do que é planejado, programado e executado e a concepção dos trabalhadores de cozinhas sobre os requisitos higiênico-sanitários gerais e físico-estruturais que instruem as práticas da alimentação.

Elegeram-se, assim, dois instrumentos de coleta de dados: a observação sistemática (OS) fundamentada na Resolução RDC e pelas diretrizes de BPF. Posteriormente, fez-se agendamento para a entrevista com sete sujeitos que se dispuseram relatar sua visão, sentimentos, experiência e compartilhamento das vivências nos restaurantes.

Antes de dar início à coleta de dados, o projeto desta pesquisa foi registrado na Plataforma Brasil, o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Una, CAAE 82786018.9.0000.5098.

## Resultados e análise

### *Resultados e análise da observação sistemática*

Todos os restaurantes foram submetidos à observação sistemática (OS) e estão representados pelos seguintes identificadores: R1, R2, R3, R4, R5, R6 e R7. As subdivisões de cada grupo observadas na lista estão descritas no Quadro 2. Têm-se, portanto, os dados gerais de todos os grupos observados, assim como a divisão dos grupos alinhados para previsão mais acertada de análise da observação sistemática.

**Quadro 2** - Número de itens observados por grupo e respectivas subdivisões registrados na lista da OS, 2019

GRUPOS	Número de itens observados
Higiene de instalações e edificações	23
Higiene de utensílios e equipamentos	10
Higiene do ambiente	10
Higiene pessoal	17
Recursos Humanos	02
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>

**Fonte:** dados da pesquisa, 2019.

Observou-se que os restaurantes R1, R2, R3, R4, R5 mantinham o ambiente limpo mesmo nos períodos de intenso movimento; porém, nos restaurantes R6 e R7, no momento de alto fluxo, os pratos de comida caíram no chão e aí permaneceram por volta de 15 minutos, com alimentos dispersos no chão enquanto trabalhavam. Os funcionários transitavam livremente pelo espaço até que um funcionário jogou água no ambiente, não o secando e promovendo o deslizamento de pessoas com o calçado. Sabe-se que o piso deve ficar em nível elevado em relação aos ralos para permitir o escoamento da água e, por conseguinte, evitar deslizamentos e impedir que existam pequenos orifícios que possam servir de procriação de pragas (SILVA; SOUZA, 2014).

Esse fato remete à reflexão de que o imediatismo no atendimento ao cliente destituiu os funcionários de pensarem que a saúde do outro e a própria saúde se relacionam ao agir das pessoas em suas práticas sociais. Atender corretamente o cliente é, também, visionar ao redor como um todo e não de forma fragmentada, ou seja, é imprescindível que todos os funcionários sejam educados para uma visão mais ampliada sobre saúde e ambiente.

Almeida, Costa e Gaspar (2012) advertem que os Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e o Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) devem ser monitorados por órgãos de fiscalização para diminuir a incidência de doenças transmitidas por alimentos (DTA).

Em todos os restaurantes da pesquisa, o recebimento de matéria-prima era realizado no mesmo local em que eram dispensados os lixos diariamente. Não houve higienização após o recolhimento dos lixos. A limpeza só foi feita após o fechamento dos restaurantes. (BRASIL, 2004).

Apesar de os restaurantes R6 e R7 oferecerem menor número de refeições comparadas aos restau-

rantes R1, R2, R3, R4, R5, não têm área destinada ao pré-preparo e preparo dos alimentos compatível com os requisitos mínimos exigidos para a adequada preparação alimentícia. Também não possuem bancadas distintas para manipulação de carnes, desinfecção dos insumos e alimentos já prontos. Nesses restaurantes a bancada é a mesma. Independentemente do número de refeições produzidas, a área destinada ao preparo e pré-preparo de alimentos deve dispor de pelo menos três bancadas para evitar contaminação. Estudo realizado em Minas Gerais evidenciou a existência de microrganismo em 27% das superfícies de 24 bancadas utilizadas eventualmente para alimentos crus e cozidos. (GERMANO; GERMANO, 2015; SALES; ZANIRATE; MANSUR, 2010).

Embora todos os restaurantes retirem os lixos diariamente e possuam recipientes adequados, devidamente ensacados e tampados posteriormente, o lixo nos restaurantes R6 e R7 não possuem área nem climatização específica. Em estabelecimentos que não possuam área disponível para a construção do depósito de lixo, pode-se recorrer ao uso de contêineres apropriados para o acondicionamento de sacos coletados. Tais contêineres devem estar devidamente ensacados em áreas externas do restaurante. (BRASIL, 2004; SALES; ZANIRATE; MANSUR, 2010).

Nos restaurantes R1, R2, R3, R4, R5, R6, os panos convencionais são exclusivos para limpeza do chão, porém os panos para limpeza são utilizados na área sanitária e na área de processamento do restaurante, e alguns deles estavam dispostos próximo do vestiário. Observou-se que a lavagem dos panos é realizada no próprio restaurante, não existindo qualquer empresa que faça essa lavagem. Sales, Zanirate e Mansur (2010) esclarecem que os panos destinados à limpeza não devem estar espalhados pelo ambiente, mas sim adequadamente acondicionados em locais específicos para este fim.

Quanto à Higiene pessoal, nos restaurantes R1, R2, R3, R4 e R5 os funcionários estavam uniformizados. Chamou, porém, a atenção que alguns deles não tinham os uniformes limpos. Já nos restaurantes R6 e R7 os funcionários não utilizavam uniformes completos, somente uma blusa de malha com identificação da empresa. Os funcionários devem utilizar uniforme completo, que deve ser trocado diariamente ou sempre que necessário no próprio dia. (NASCIMENTO *et al.*, 2017; SALES; ZANIRATE; MANSUR, 2010).

Antes de entrar na cozinha, os funcionários não lavavam as mãos apropriadamente. Dos poucos funcionários dos restaurantes que se lembraram de lavar as mãos, somente os dois do restaurante R3 e R5 fizeram higienização com água corrente, ensaboamento com sabonete neutro e álcool. Nenhum se lembrou de higienizar o antebraço.

As mãos constituem importante concentração de microrganismos, e mediante a higienização inadequada transferem bactérias provenientes do intestino, da boca, do nariz, da pele, dos pelos, dos cabelos e até mesmo de secreções e ferimentos (AARDOOM; ASSIS, 2014; MEDEIROS; CARVALHO; FRANCO, 2017).

Os funcionários utilizavam como adorno pessoal somente óculos de grau. Nos sete restaurantes pesquisados, todos eles usavam sapatos fechados, como botas ou sapatos, com solado antiderrapante. Os funcionários dos restaurantes R1, R2, R3, R4 e R5 mostraram-se atentos às boas práticas de fabricação de refeições, pois exibiam asseio pessoal, cabelos totalmente presos. Os homens não tinham barba nem bigode e utilizavam máscara no momento de servir o alimento no *self-service*. Apesar de muitos estabelecimentos adotarem a utilização de máscaras de proteção durante a manipulação dos alimentos, elas não são recomendadas, uma vez que após 15 minutos de uso elas se tornam úmidas, agregando microrganismos (SALES; ZANIRATE; MANSUR, 2010).

Desse modo, a obrigatoriedade da não utilização de adornos e a correta utilização de EPIs no pe-

ríodo da manipulação fazem com que a empresa responsável por fornecer alimentos seguros para consumo conte com colaboradores com boa apresentação e que auxiliem na adequada qualidade higiênico-sanitária do alimento, ao minimizar possíveis causas de contaminação alimentar (VUELMA *et al.*, 2014).

Em relação aos funcionários dos restaurantes R6 e R7, alguns homens tinham barba e os cabelos não estavam totalmente presos e não utilizavam máscara para servir o alimento. Alguns manipuladores de alimentos dos restaurantes R1, R2, R3, R4 e R5 usavam luvas, mas estas estavam com resquícios de alimentos e não foram trocadas após algumas sujidades.

Para Sales, Zanirate e Mansur (2010), as práticas pessoais de cada manipulador de alimento interferem diretamente na qualidade da refeição produzida. Uma perfeita higienização das mãos é muito mais eficaz que a utilização de luvas.

Os funcionários circulavam com os uniformes na área de fora da dependência dos restaurantes e, não havendo refeitório para eles, sentavam-se nas escadas. No restaurante R5, alguns funcionários deitaram no chão na parte externa do estabelecimento. Nos restaurantes R1, R2, R3, R4 e R5, os funcionários almoçavam no seu interior antes da abertura para atendimento ao público e faziam o horário do almoço após o expediente. Nos restaurantes R6 e R7, eles almoçavam após o encerramento de expediente e cumpriam a hora de almoço logo após.

Vargas e Ueno (2014) alertam ser necessário impedir que os funcionários uniformizados se deem ou se sentem no chão ou em quaisquer outros locais impróprios, pois essas ações dificultam que o uniforme se mantenha limpo, sendo que 70% dos manipuladores naquele estudo realizado não trocam uniforme diariamente. Em todos os restaurantes nenhum funcionário experimentou o alimento com as mãos ou com os dedos. Nos restaurantes R6 e R7, porém, eles não tinham muita atenção à higienização dos equipamentos e aos utensílios utilizados. Nenhum deles, em todos os restaurantes desta pesquisa, provou e devolveu para a panela os talheres sem higienização prévia. Ressalta-se, ainda, que nos sete restaurantes avaliados nenhum funcionário manipulou dinheiro e alimento simultaneamente. É necessário que os manipuladores mantenham adequada postura em cada função (SALES; ZANIRATE; MANSUR, 2010).

Estudo realizado por Vargas e Ueno (2014) apurou que os manipuladores que operam dinheiro no mesmo instante em que realizam outra tarefa alegaram que não possuem tempo para lavar as mãos. Todavia, é necessário que os manipuladores mantenham adequada postura em cada função, entretanto, existe a necessidade de fixação de cartazes de orientação para os manipuladores. Nos restaurantes R6 e R7 não existiam tais cartazes (AARDOOM; ASSIS, 2014).

Os funcionários não se preocupavam com a higienização das mãos entre a preparação de um alimento e outro. Apesar de existir solução antisséptica nos restaurantes R1, R2, R3, R4, R5, elas não foram comumente utilizadas pelos colaboradores. Nos restaurantes R3, R6 e R7 os funcionários também não usavam álcool após utilizar os sanitários. A frequência da higienização das mãos é necessária todas as vezes que os manipuladores utilizarem sanitários e após qualquer interrupção do serviço. Isso também se refere principalmente ao período da preparação, entre o manuseio de alimentos *in natura* e prontos para consumo (SALES; ZANIRATE; MANSUR, 2010; VARGAS; UENO, 2014).

No item "Higiene de equipamentos e utensílios", a limpeza dos equipamentos nos restaurantes R1, R2, R3, R4 e R5 era feita diariamente nas mesas do salão principal, com água e sabão apenas por fora deles, não a fazendo na parte interna. Grande parte dos funcionários não utilizava luvas adequadas para essa manutenção. Nos restaurantes R6 e R7 a limpeza dos utensílios era realizada diariamente,

mas a limpeza dos equipamentos, apenas mensalmente. É preciso que profissionais capacitados realizem essa função e se conscientizem de que a frequência da higienização é comprovadamente garantida por minimizar os riscos de DTA (BRASIL, 2004).

Nos restaurantes R1, R2, R3, R4 e R5, os utensílios como pratos e talheres tinham área separada da área de produção, com cubas profundas e local para guardar os utensílios. Eram submetidos a uma máquina que higieniza com sabão e água quente, porém em dois desses restaurantes a máquina estava com defeito para a secagem dos utensílios. A secagem, quando não realizada na máquina por completo, exigia ser secada manualmente pelos colaboradores. Os utensílios se mantinham expostos para secar naturalmente. Nos restaurantes R6 e R7 não havia área isolada, nem máquinas de higienização; tudo era feito manualmente.

É importante que a área destinada à higienização de utensílios seja isolada das áreas de produção e que haja suprimento de água quente e fria e local para dispor os utensílios que aguardam a higienização. A contaminação por coliformes totais e termotolerantes em utensílios, bancadas e equipamentos em unidades produtoras de alimentação (UPR) tem sido bem documentada na literatura e se associa à deficiência da técnica de higienização. (SANTANA; FARIA, 2014).

Nos restaurantes R1, R2, R3, R4 e R5 não ocorria a higienização das coifas, e os utensílios (colheres), assim que higienizados, eram disponibilizados em cima das panelas correspondentes. Os restaurantes R6 e R7 não tinham coifas e os utensílios ficavam sobre a pia. Em todos os restaurantes, as tábuas não seguiam a sequência das cores previstas na legislação vigente, existindo somente um tipo de tábua da cor branca, onde se realiza o preparo de carnes, hortaliças e aves. Santana e Faria (2014) obtiveram, em pesquisa, resultados fora dos padrões estabelecidos referentes aos diversos equipamentos, assim como as tábuas de corte e outros utensílios apresentaram *E-Coli* nas amostras.

Não obstante, nesse tipo de procedimento a contaminação cruzada pode se fazer presente, pois alimentos possuem categorias organolépticas divergentes. Dessa forma, a legislação requer que tábuas sejam especificadas com a cor mediante o alimento executado e é recomendável que as tábuas, igualmente aos utensílios e equipamentos, estejam sempre limpas e inteiramente higienizadas entre um uso e outro (INSTITUTO AMERICANO DE CULINÁRIA, 2011).

Em relação à "Higiene de instalações e edificações", em todos os restaurantes, as áreas de instalações sanitárias, assim como os vestiários, ambos exclusivos para funcionários, estavam afastados das áreas de produção. Nos restaurantes R1, R2, R3, R4 e R5 e R7 existia ventilação natural e artificial, com exaustores no processo de preparação do alimento para renovação do ar e controle de odores que geralmente interferem na qualidade do alimento.

A iluminação possuía proteção plástica para eventuais acidentes, e não existia fiação exposta em qualquer dos estabelecimentos. Somente os restaurantes R6 e R7 não possuíam proteção nas tomadas. Os tetos de todos os restaurantes eram de cor clara e os acabamentos foram feitos de modo que minimizassem o acúmulo de sujeira e entrada de insetos e roedores.

No restaurante R6, dentro da cozinha existiam janelas compostas de materiais para fácil limpeza; nos demais restaurantes as janelas eram somente nos banheiros e no espaço destinado ao refeitório. As portas possuíam superfícies lisas em todos os restaurantes, mas em nenhum deles havia porta de fechamento automático. Somente no restaurante R6 as bancadas e as pias não eram de aço inoxidável.

As luminárias instaladas sobre a área de preparação dos alimentos devem ser apropriadas e estar protegidas contraexplosão e quedas acidentais. As portas da área de preparação e armazenamento dos alimentos ter possuir fechamento automático (BRASIL, 2004).

Existiam tubulações hidráulicas fechadas nos restaurantes R1, R2, R3, R4 e R5, além de prateleiras destinadas ao acondicionamento de gêneros alimentícios e de utensílios separadamente. Os pisos eram constituídos de cor clara em todos eles, mas no R6 e no R7 existia água no momento da produção, podendo provocar deslizamento dos funcionários e clientes.

É obrigatório que as instalações sejam abastecidas de água corrente e disponham de conexões com rede de esgoto ou fossa séptica. Quando presentes, os ralos devem ser sifonados e as grelhas devem dispor de dispositivo que permita seu fechamento. Resultado semelhante foi encontrado por Medeiros *et al.* (2014) ao constatar inexistência de ralos sanfonados, e o piso estava em mau estado de conservação, com rachaduras ou trincas.

Os ralos nos restaurantes R1, R2, R3, R4 e R5 estavam presentes em qualquer área de produção, facilitando, dessa forma, a limpeza. Na caixa de gordura é feita a limpeza trimestral nos restaurantes R1, R2, R3, R4, R5 e R7. No restaurante R6 não foi informado em quanto tempo é realizada a limpeza. Foi possível observar que somente nos restaurantes R6 e R7 a rede de esgoto foi projetada com tubulações inapropriadas.

No que diz respeito aos “ Recursos humanos”, nos restaurantes R6 e R7, a capacitação dos funcionários foi descartada por falta de regulamentação. Nos restaurantes R1, R2, R3, R4 e R5, a capacitação é realizada semestralmente, mesmo assim, muitos funcionários no pré-preparo deixaram de utilizar luvas de aço para evitar machucados e somente as recolocaram depois de perceberem que naquele momento estava sendo feita uma pesquisa.

Em todos os restaurantes observados não havia *folders* explicativos de como proceder com a limpeza e desinfecção de cada equipamento de trabalho. Para Vasques e Madrona (2016, p. 53), mudanças significativas podem ocorrer principalmente após a capacitação dos manipuladores. Esses autores pontuam que “[...] notou melhora no cuidado com a higiene dos equipamentos, utensílios e instalações internas, assim como melhora significativa na manipulação dos alimentos e higiene pessoal”.

Lacerda *et al.* (2018) alertam sobre a necessidade de capacitações contínuas para os manipuladores de alimentos, para que o conhecimento não seja esquecido e para que não seja perdido todo o trabalho educativo.

Sobre a relevância que os manipuladores de alimentos possuem para atuarem com segurança e conhecimento sobre as regras básicas de higiene e manipulação, tornam-se necessárias ações educativas continuadas, uma vez que os manipuladores estão presentes em todas as etapas do processo (PAULA *et al.*, 2015).

Desse modo, é necessário considerar, além do contexto de formação do manipulador, compreender como, onde e por que realizar as ações educativas. Isto requer apoio gerencial, disponibilidade de equipamentos e utensílios, motivação no pré-treinamento e no treinamento para alcançar a aplicação das ações educativas (SOARES; ALMEIDA; LARROZA, 2016).

A partir da computação dos dados apresentados, foram analisados os grupos que obtiveram mais não conformidades, sendo a higiene do ambiente (37%) e higiene pessoal (25%) situadas com mais irregularidades.

Os resultados da observação sistemática revelaram que a higiene do ambiente e a higiene pessoal são indicativas dos erros mais frequentes na manipulação dos alimentos, com elevados riscos de contaminações. Os funcionários nem sempre higienizavam as mãos quando entravam na cozinha, assim como no intervalo entre um manuseio e outro de alimentos distintos.

Outro fator observado em cinco restaurantes (R1, R2, R3, R4 e R5), foi que o local de onde saem

os lixos para coleta não era higienizado após esse processo, sendo a matéria-prima entregue diariamente pelo mesmo local da coleta de lixo. Apesar disso, todos os dias nesses restaurantes pequenas amostras das refeições eram sempre recolhidas para assegurar o estabelecimento de possíveis casos de intoxicação alimentar.

Os restaurantes R6 e R7 não possuíam climatização adequada nem coleta de alimentos para verificação em laboratório sobre a possibilidade de encontrar patógenos ou demais fatos.

As únicas climatizações de praça de cozinha estavam presentes nos restaurantes R1, R2, R3, R4 e R5, na parte de carnes, laticínios e lixos. Desse modo, a falta de condições físicas na estrutura da cozinha, em cada praça com climatização singular e específica, pode transferir bactérias diretamente para o alimento. "O fator mais importante que afeta a multiplicação de organismos é a temperatura" (FRANCO; LANDGRAF, 2008, p. 23).

Detectou-se a disposição das tábuas de uma só cor nas bancadas de preparação dos alimentos em todos os restaurantes. Simultaneamente, as tábuas específicas para cada insumo, a organização da bancada, em todas as etapas do processo de produção, requer higiene, sem resquílios de aparas, com o distanciamento adequado dos lixos. No restaurante R6 os lixos ficavam bem próximos, sem distância ideal da área de produção.

É legítimo que todos os percentuais de não conformidades devem ser reparados para que os riscos de doenças transmitidas por alimentos sejam minimizados.

### **Análise das entrevistas**

Na segunda etapa da coleta dos dados, as entrevistas gravadas foram transcritas, mantendo-se a linguagem originária dos sujeitos e com base na análise temática de conteúdo, à luz de Bardin (2016). Também ocorreu, além da transcrição das entrevistas, adequação pelas pesquisadoras à linguagem do *software* Interface de R *pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ) para posterior exploração do conteúdo e composição de um *corpus* textual seguindo a formatação sugerida pelo *software* IRaMuTeQ, ou seja, uma linha de comando, como, por exemplo: \*\*\*\* \*Entrev\_01 \*manip\_alim\*, em que, \*Entrev significa entrevista; \*manip significa manipuladores \*Alim significa alimento.

Desse modo, o *software* IRaMuTeQ é um tipo específico de análise de dados que trata especificamente da análise de material verbal transcrito, cujo texto pode ser produzido em diferentes cenários. Esse *software* utiliza o ambiente estatístico do *software* R. Entretanto, neste estudo foram utilizadas as técnicas de estatísticas textuais, análise de similitude, especificidades, análise fatorial de correspondência (AFC) e nuvem de palavras (SALVIATI, 2017).

É importante ressaltar que para realizar as análises dos conteúdos textuais foram utilizadas as técnicas de estatísticas textuais, análise de similitude, especificidades e AFC e nuvem de palavras, que se agrupam e organizam graficamente de acordo com sua frequência. Essas técnicas de análise permitem facilmente sua identificação por meio de um arquivo único, devidamente configurado em formato texto (.txt) e denominado *corpus* textual e segmentos de texto, que correspondem aos textos originais das entrevistas realizadas. A divisão do *corpus* textual em segmentos de texto é feita pelo próprio *software*.

Assim, a análise indicou uma convergência das características empíricas em torno de sete entrevistas. Reafirma-se que, com o intuito de aprimorar as informações sobre o conhecimento dos manipuladores de alimentos acerca da DTA, trabalhou-se com a subjetividade dos manipuladores a partir de

entrevistas.

A entrevista destinou-se para os funcionários que se mostraram mais dispostos e interessados no tema da pesquisa. Elas foram feitas individualmente e em melhor horário para cada funcionário, para que suas tarefas não fossem prejudicadas, os quais foram identificados por F1, F2, F3, F4, F5, F6 e F7 (F de funcionário).

Ao analisar as entrevistas, nota-se que algumas falas identificam a deficiência no conhecimento dos manipuladores de alimentos. O *corpus* textual das entrevistas foi definido por três categorias correspondentes às palavras mais frequentes geradas pelo *software* IRaMuTeQ e a análise interpretativa do *corpus* se deu pelo uso da análise de conteúdo.

As categorias construídas didaticamente a partir de mergulho na leitura de cada depoimento estão dispostas em três divisões: a) questões relacionadas às doenças transmitidas por alimentos; b) (I) responsabilidade dos manipuladores de alimentos para evitar DTA; c) capacitação profissional para os manipuladores e conhecimento para os consumidores.

### ***Questões relacionadas às doenças transmitidas por alimentos***

Nessa categoria, os entrevistados F4, F5 e F7 afirmaram que desconhecem ou sabem mais ou menos sobre o que são as doenças transmitidas pelos alimentos:

Os nomes eu não sei, mas a gente sabe que tem (F4).

Doenças transmitidas por alimentos? Não sei (F5).

Sei mais ou menos (F7).

Dois dos entrevistados tiveram dúvidas ao responder essa pergunta: “doenças transmitidas por alimentos, são, é... a... disenteria, né? Que podem ficar nos parasitas, nas folhas que são lavadas [...]” (F1). E “ah, são bactérias, eu penso assim, né?” (F2).

Esses depoimentos advertem acerca do desconhecimento dos sujeitos sobre os riscos inerentes ao seu agir cotidiano e possível causador, para si e para o outro, de doenças. “Não sei ou sei mais ou menos” é não saber e o que “não sei” não valorizo, não pratico, não opero mudanças e reifico, dessa forma, minhas tarefas.

Estudos de Aardoom e Assis (2014) e de Medeiros, Carvalho e Franco (2017) comprovam que as mãos veiculam microrganismos e, não sendo higienizadas adequadamente, transferem bactérias provenientes de vários órgãos do corpo bem como de secreções e feridas. Na admissão ao trabalho, que tipo de capacitação é ofertado aos funcionários? Assimilar conteúdos e acessá-lo não se materializa em um dia. Por isso, o Ministério da Saúde indica que a supervisão periódica se efetive e capacitação se processe de forma programada e de tempos em tempos.

Dois dos entrevistados responderam corretamente essa pergunta, porém de forma incompleta:

É [...] doenças transmitidas por alimentos são aquelas: contaminação cruzada, quando o alimento não é preparado corretamente, quando não limpa corretamente o alimento, tem um alimento podre e a pessoa deixa passar aquilo (F3).

Doenças transmitidas pelos alimentos são até as hepatites e várias do intestino (F6).

Percebe-se nas unidades de registro de F3 e F6 que conhecem teoricamente um pouco sobre as doenças transmitidas por alimentos. Então, por que não se cuidam de forma efetiva e não cuidam dos alimentos adequadamente, uma vez que mantêm contato direto com os alimentos desde o seu recebimento até o momento de sua comercialização? O *Centers for Disease and Prevention* (2013) há tanto tempo já assegura que os manipuladores são possíveis transmissores de agentes patogênicos na vigência de falhas na higienização dos alimentos.

Segundo todos os entrevistados, a higienização das mãos é realizada todos os dias antes do expediente.

[...] Também são perfeitas, nós temos que lavar sempre antes de entrar pra cozinha, ali antes de adentrar, tem uma pia ali que a gente lava antes de começar a manipular os alimentos. A gente lava com álcool... sabão, a gente faz a higienização perfeita (F1).

Na higiene das mãos, nós lavamos não só as mãos, mas até o antebraço, acima do antebraço com sabão, enxagua! Depois que vamos impermeabilizar com álcool, pra depois colocarmos as luvas, para gente poder trabalhar o alimento (F3).

Aqui nós trabalhamos com álcool 70, sabe? Então quando a gente entra na firma, a gente recebe um treinamento a respeito disso. A forma correta de higienizar as mãos e tudo mais (F6).

Foi possível observar, pelas falas, que os manipuladores de alimentos sabem a importância de lavar as mãos. Nota-se, porém, que em nenhuma das falas foi relatada a importância de higienizar as mãos entre uma atividade e outra, o que compromete e possibilita que a contaminação cruzada ocorra livremente. Houve, também, desconhecimento da parte dos manipuladores sobre a gravidade e o que são de fato as DTAs.

Desse modo, é possível afirmar que existem deficiências na capacitação dos manipuladores de alimentos para lidarem com a prevenção e controle de doenças de origem alimentar, especialmente sobre a higienização das mãos. A intervenção educativa aumenta o conhecimento sobre a segurança dos alimentos, higiene e boas práticas de manipulação (PAULA *et al.*, 2015).

### ***Responsabilidade dos manipuladores de alimentos/consumidores para evitar DTA***

Os entrevistados demonstraram ciência sobre a responsabilidade da preparação das refeições. Verbalizaram a importância de lavar sempre as mãos, do uso de equipamentos de proteção como luvas e toucas para prender o cabelo. Em relação às mãos, a maioria disse que é regra do restaurante que as mãos estejam sempre limpas, unhas curtas, sem esmalte ou materiais afins.

Os entrevistados informaram que a cada número de novos funcionários ingressantes na empresa é disponibilizado um curso obrigatório de capacitação para orientação e revisão de todas as questões relacionadas a higiene pessoal, equipamentos necessários para uso pessoal e ao ambiente todas as vezes em que os funcionários estiverem no exercício da função. As unidades de registro revelam:

Ah [...] eu acho assim, que nós fazemos a nossa parte, né? Que é higienizar perfeitamente o local que a gente trabalha, os alimentos que são fornecidos para os usuários [...] (F1).

Nós fazemos o possível pra deixar tudo limpo (F6).

Pra dar certo, todos têm que fazer seu papel (F7).

Apreendeu-se que os sujeitos têm conhecimento sobre as práticas higiênicas essenciais ao funcionamento de restaurantes. Mesmo que se considere esse conhecimento sofrível, eles afirmam que “fazem o possível para deixar tudo limpo” e que “cada um tem que fazer seu papel”. Estar apenas limpo não significa isento de patógenos, pois a higiene requisita critérios, conhecimento e conscientização de cada um e do coletivo para sua efetiva concretização. Como atestam Shinohara *et al.* (2016, p. 83), é condição primordial que os manipuladores se conscientizem de que “a inadequada manipulação é uma das principais fontes de contaminação, relacionando-se, provavelmente, à higienização incorreta para o exercício da função”.

Todos os manipuladores destacaram saber a importância que eles exercem na vida do consumidor, porém, em nenhuma das respostas eles destacaram o porquê dessa importância e a responsabilidade para tal questão, conforme destacam, por exemplo F3 e F5:

Olha! Eu acho que os clientes, pelo que eu tenho aqui quase dois anos, eu acho que eles têm uma saúde até melhor que a minha! [risos] Porque, eu nunca vi passando mal, eu nunca vi vomitando a comida. Pode ter uma doença derivada do álcool, alguma coisa de outras substâncias, mas derivada da própria comida em si, pelo menos nesse período que trabalho aqui, nunca vi! (F3).

Nosso papel é importante na vida do consumidor, com certeza! (F5).

Reconhecer-se como corresponsável na vida do consumidor por conta da função que exerce no restaurante é louvável e encontra eco na fala de Oliveira, Luz e Oliveira (2016). Narram que deve existir uma conscientização também por parte dos consumidores sobre o prato que recebem: como foi montado e se as mãos do funcionário estavam higienizadas.

Cunha *et al.* (2018) destacam que os manipuladores de alimentos sem formação específica utilizam conhecimentos empíricos na sua prática profissional, no entanto, quando é realizada uma capacitação teórica sobre as práticas de manipulação e sobre as doenças que essas práticas podem causar, aumenta a probabilidade de eles realizarem práticas responsáveis que não coloquem a saúde do consumidor em risco.

Em contrapartida, foi evidenciado pelos manipuladores que os consumidores de alimentos podem ser o agente principal na contaminação dos alimentos.

Só que às vezes eles mesmos, eles não fazem a parte deles, que é lavar uma mão... entendeu? Antes de se alimentar, aí já não cabe, tem ali a pia, tem tudo pra eles fazerem isso, então, aí já parte deles, entendeu? (F1).

Essa é a questão, não sei! Porque a gente disponibiliza pias para lavar as mãos tanto na entrada 01 quanto na entrada 02, ali. Quando a gente tá do lado de lá, servindo, ou preparando as coisas, a gente não tem como ver se eles estão fazendo uma higienização correta! Mas, porém, a pessoa que está entregando a bandeja pra ele se alimentar, tá de luva, então, dá-se a entender que ela lavou até aqui, as mãos, passou álcool, higienizou, pra gente poder... quando a gente tá colocando, ela não pega nenhuma cuba com alimentos, então ela só fica por conta do talher e da bandeja. (F3).

De 100% dos consumidores, 20% não lavam as mãos (F4).

Pode-se inferir que os consumidores não têm conhecimento e não recebem orientações em qualquer dos restaurantes sobre a importância de lavarem as mãos antes das refeições. É importante ressaltar que, por mais que qualquer dos manipuladores tenha contato direto com o dinheiro (visto na observação sistemática), os próprios consumidores realizam o pagamento antes do consumo e não higienizam as mãos para ingerir os alimentos.

Dessa forma, as práticas realizadas antes da pesagem dos pratos também podem contaminar os alimentos. Afinal, o consumidor pega com as mãos os utensílios disponíveis no balcão sem antes higienizar as mãos e os utiliza nas refeições. (ZANDONADI *et al.*, 2017).

Oliveira, Luz e Oliveira (2016) referem que grande parte dos consumidores, no momento de servir a própria refeição, conversa sobre ela, além de arrumar no prato os alimentos escolhidos utilizando os mesmos utensílios da preparação.

Nesse percurso, o ter consciência individual e coletiva passa pelos manipuladores e pelos consumidores. Nessa relação de mão dupla verifica-se o efetivo cumprimento de ações que promovem saúde e atendem às diretrizes da ANVISA. Cada um é responsável pelo seu sentir e agir.

### ***Capacitação profissional para os manipuladores e conhecimento para os consumidores***

Cinco dos entrevistados referiram que, apesar de não haver data fixa para cursos periódicos no restaurante em que trabalham, todos passam por um processo de aprendizagem a partir do momento em que é realizada a admissão. No entanto, dois dos funcionários se mostraram desconfortáveis para falar sobre o assunto, mas que a experiência em outros restaurantes os levou a conhecer, na prática, conhecimentos ligados à higienização dos alimentos e higienização da estrutura da cozinha e sua importância na manipulação dos alimentos. Fica uma interrogação: o fato de terem experiência em outros restaurantes os destitui da participação de curso admissional?

Os cinco entrevistados que responderam que o estabelecimento promove cursos periódicos pertencem à mesma organização empregatícia. Vale realçar que, apesar dos cursos periódicos nessas organizações, percebeu-se na observação sistemática que grande parte dos manipuladores de alimentos, inclusive nos sete estabelecimentos estudados, estava em não conformidade com os equipamentos de segurança, como luvas, assim como poucos deles lavavam as mãos continuamente. Fragmentos de depoimentos a seguir confirmam que:

Olha, o curso que eu fiz foi quando eu entrei na empresa, entendeu? Sobre higienização, sobre lavar as mãos, que é importante usar o álcool em gel, né? Foi mais o básico, mas mais aprofundado assim não teve não. Coisa de horas. (F2).

Não conheço nenhum manual. Quando eu entrei aqui, a gente teve uma apresentação em slides de uma nutricionista, que nos ensinou, que nem a contaminação cruzada... todas as pessoas que entram aqui, elas têm orientação. Às vezes a gente fica "garrado" porque a pessoa está recebendo o treinamento pra depois trabalhar! No dia a dia, sempre orientamos os colegas: "- Não faça isso não!" Porque nós somos os primeiros a comer a comida! Se tiver que acontecer alguma coisa, vai acontecer com a gente primeiro e para evitar doenças ...! (F3).

O desconhecimento por parte dos manipuladores fica evidenciado. Os restaurantes oferecem o curso de capacitação somente no início, quando ingressam na empresa. É necessária capacitação pe-

riódica para os manipuladores de alimentos e orientação para os consumidores.

A prevenção de contaminação dos alimentos deve ser feita tanto pelos manipuladores quanto pelos consumidores. Ambos desempenham importante papel para impedir as doenças transmitidas pelos alimentos. Zandonadi *et al.* (2017) pontuam que a higiene pessoal do consumidor deve também ser monitorada, assim como a instalação de lavatórios, com instrução devida para o uso apropriado.

Os funcionários entrevistados relataram conhecer a importância de se realizar as limpezas diárias e periódicas. Segundo eles, a higiene torna-se eficiente ao realizar limpezas periódicas, mensalmente. Outro fator citado pelos entrevistados foi a seriedade do revezamento entre eles, promovendo descanso e evitando que fiquem sobrecarregados.

Nos usamos, é... cloro, nós usamos é... sabão que a gente lava o chão, entendeu? Na cozinha é permitido, é... a vassoura piaçava, mas não com muita frequência, geralmente a gente puxa com o rodo [...] (F1).

Ah, pela maneira que eu cheguei aqui, né, ela é sempre bem feita, é... é uma limpeza mais pesada, tem dias específicos, entendeu? Mas ela é sempre bem feita. Pra limpeza pesada tem o dia específico, a gente faz a lavação geral, lava salão, lava escada e a escada de funcionários... (F2).

Primeiro sobre a limpeza do restaurante, nós temos que primeiro estar limpos, ter uma higienização *a priori* das mãos, uniformes sempre limpos, os nossos aventais limpos, as botas limpas! Para nós podermos trabalhar com água quente, e tudo, pra ter uma limpeza e matar os germes (F3).

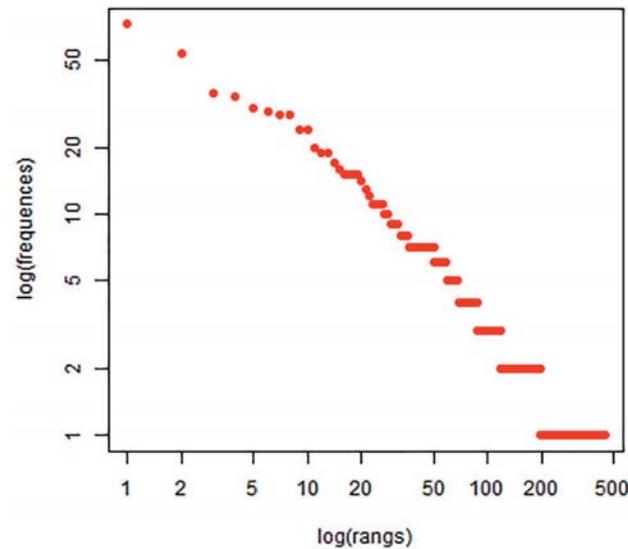
Os manipuladores estão cientes da importância da limpeza e da higiene nos restaurantes. Um deixa claro que almoça no restaurante onde trabalha, pois o conhece. Expõe que há restaurantes onde não se pode sequer entrar. Detecta-se que é preciso primeiro estar "limpo" integralmente para cuidar da higiene do todo.

Logo, para benefício do cliente, em qualquer um desses modelos de serviços, como para alimentação e administração de qualidade, é necessário que todo trabalho ou produção seja um processo que deve ser pensado e executado com diligência. Afinal, qualquer falha na cadeia de produção da refeição afeta todo o resultado. (MEZOMO, 2015).

### ***Análise das estatísticas textuais***

A análise de estatísticas textuais permite identificar a quantidade de palavras, com a frequência média de repetição. As palavras no *corpus* textual menos citadas foram: orientação, apostila e aprender. Contudo, a partir da estatística demonstrada no GRÁF. 2, é possível afirmar que existe um déficit em relação à aprendizagem e à educação dos manipuladores de alimentos.

Gráfico 1 – Estatísticas textuais



**Resumo:** número de textos: 7; número de ocorrências: 1.450; número de formulários: 446; número de hapax: 250 (17,24% de ocorrências – 56,05% de formulários); média de ocorrências por texto: 207.14.

**Fonte:** dados da pesquisa, 2020.

Os depoimentos dos sete sujeitos demonstram que a empresa fornece manual de instruções logo quando são contratados, porém não reforçam esse conhecimento. Consequentemente, uma das maiores dificuldades encontradas na introdução dos conceitos da qualidade em uma organização é a resistência de seus funcionários, que agem em conformidade com a atual cultura da empresa (OLIVEIRA, 2016).

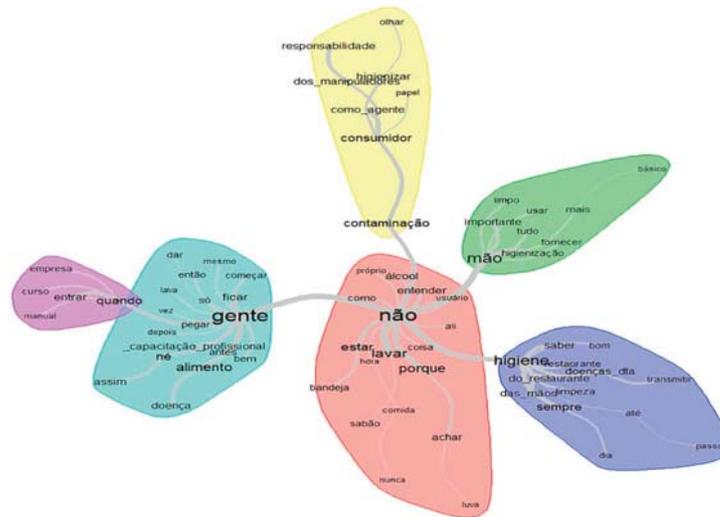
Não basta fornecer os manuais. O que fazer para sensibilizar o funcionário para o desejo de aprender? Que estratégias são criadas e ofertadas a eles? A entrega fria de um material desperta curiosidade à leitura? E, caso tenham dúvidas, quem as dirime ou ameniza?

É sabido que para que a implementação e manutenção de um sistema de gestão tenham qualidade e sucesso é necessário que a organização, por meio do compromisso da alta direção, despenda esforços para modificar a cultura organizacional vigente de tal maneira que haja persistência, continuidade e convergência de atitudes na conquista dos objetivos previamente traçados (OLIVEIRA, 2016).

Na “Análise de similitude” veem se correspondência e ligação entre as palavras do *corpus* textual, conforme FIG. 1.

Deste modo, a partir da sincronia entre as palavras, é possível verificar os temas de relativa importância, assim como entender a estrutura e construção do texto (SALVIATI, 2017).

**Figura 1** – Análise de similitude entre as palavras



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

A partir da representação gráfica da FIG. 1, infere-se que ocorreu uma sequência semântica de palavras mais constantes: gente (34 vezes), não (29 vezes), higiene (19 vezes), mão (18 vezes). Assim, após a análise genérica da árvore de similitudes, considera-se que a palavra “não” está interposta pelas palavras como lavar, bandeja, entender, sabão, comida, usuário, indicando a escassez de conhecimento a respeito das vias de transmissão das doenças pelos alimentos.

Essas assertivas são ainda confirmadas na fala de F1: “aqui na unidade, ó, aqui na unidade eu não conheço não, mas sempre tem plaquinhas ali indicando o local de lavar as mãos, como é feita essa higiene, pro próprio usuário. Temos curso (F1)”.

A palavra “gente” está interligada com as palavras doença, capacitação profissional, alimento, o que indica que os manipuladores estão em todas as etapas do processo, facilitando a contaminação se estiverem mal capacitados.

Tivemos uma preparação básica, algumas apostilas, mas foi bem básico mesmo. Mais é na prática que a gente vai aprendendo mesmo (F5).

Conheço um manual. Quando entrei, há um ano e três meses atrás, a empresa deu um curso, mas foi só no início quando a gente entrou (F4).

A palavra “higiene” está relacionada às palavras restaurante, doenças - DTA, limpeza das mãos, transmitir, passar, saber. Isso revela que a higiene é importante em todas as etapas de preparação: “O restaurante mantém uma boa limpeza porque nós estamos aqui diariamente, nós vemos como é a limpeza aqui, sabe? O dono fica em cima e o pessoal trabalha muito” (F6).

E a palavra “mão” está ligada às palavras importante, fornecer, higienização, usar, limpo, tudo, mais, limpo. Isso significa que as mãos estão presentes a todo o tempo e são um forte mecanismo de contaminação, também ratificado nos depoimentos de F5 e F2:

Considero importante lavar as mãos, porque se a gente começar a mexer aqui, no tanto de alimento que a gente mexe, com as mãos sujas, as doenças vão tanto para o alimento quanto pra gente, né (F5).

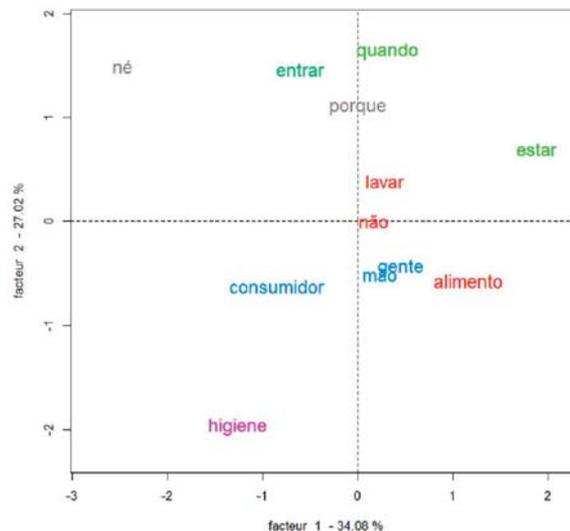
Olha! Eu acho que, assim, não tô criticando, mas eu acho que a empresa deveria fornecer aquele álcool, sabe, principalmente na hora que tem que terminar uma função, ir pra outra, sempre higienizar, porque é importante (F2).

Discorrer sobre a higienização do ambiente, utensílios, equipamentos e das mãos não significa, na prática, a materialidade desse procedimento de forma correta. A análise de similitude entre as palavras desvela ligações correlatas e em sintonia. Contudo, as unidades de registro trazem palavras que expressam dúvidas: “considero, acho, preparação básica, conheço um manual...”. Não anunciam certezas, conhecimentos e operação de mudanças quando se fazem necessárias.

Sales, Zanirate e Mansur (2010) afirmam que as práticas pessoais de cada manipulador de alimento se ligam de forma direta à qualidade das refeições. Carelle e Cândido (2014) endossam e afirmam que a capacitação e conscientização suscitam mudanças de atitudes para vários deles que, às vezes, não têm conhecimento técnico para a função que exerce.

No quesito “Especificidades e análise fatorial de correspondência (AFC)” estabelece-se uma representação gráfica dos dados para auxiliar a visualização da proximidade entre classes e palavras.

**Figura 2 – Especificidades e AFC**



A leitura das especificidades e AFC permitiu perceber que as palavras higiene, consumidor, alimento, não e lavar se destacaram. Dessa forma, o próprio consumidor pode contaminar o alimento em questão. Contudo, sobre as práticas dos consumidores, são comuns atitudes que colocam em risco a segurança e qualidade dos alimentos durante o autosserviço (OLIVEIRA; LUZ; OLIVEIRA, 2016).

As unidades de registro selecionadas para anuírem com essas afirmações são:

Os consumidores não higienizam as mãos. Acho que deveria ser feito um trabalho, porque a gente higieniza as bandejas, a gente não pode pegar sem luvas, e tal. Às vezes, fica uma pessoa só pra servir as bandejas, aí eles vão com a mão, e pegam a bandeja. (F5).

Bom, a gente fornece, né? Então, a gente percebe, né, são poucos que fazem a higieniza-

ção das mãos; vão lá no banheiro, usam o banheiro de forma inadequada (F6).

Os depoimentos de F5, F6 e F7 encontram ressonância em artigos publicados por Sales, Zanirate e Mansur (2010) e Medeiros, Carvalho e Franco (2017), ao comentarem que as mãos concentram microrganismos e, na ausência de higienização adequada, podem transferi-los para o alimento.

No que concerne à "Nuvem de palavras", o sistema operacional Iramuteq realizou a junção das palavras organizadas e estruturadas em forma de nuvem. Assim, neste estudo, as palavras gente, não, higiene, mão, alimento, lavar, contaminação, porque, achar, saber, higienizar e consumidor estão destacadas em tamanho maior do que as demais, o que significa que elas detêm mais importância no *corpus* textual (SALVIATI, 2017).

Barbosa, Carbone e Lanzillotti (2012, p.116) relatam que:

**A questão da contaminação não é exclusiva dos manipuladores de alimentos, sendo também dos usuários,** uma vez que estes podem ser transmissores de cepas de *Escherchia coli*. Assim, não é surpresa que as práticas de risco encontradas neste estudo e a intervenção, mesmo que pontual e não sistêmica, exigem treinamento para os manipuladores de alimentos, bem como a divulgação das normas higiênico-sanitárias para os usuários (grifo dos autores).

As palavras da FIG. 3 compõem uma rápida identificação e colaboram para o resultado desta pesquisa.

Figura 3 – Nuvem de palavras



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Marinho *et al.* (2015, p. 243) advertem sobre a necessidade de propor e promover “processos educativos participativos e contínuos para a população quanto às boas práticas de elaboração dos alimentos e aos riscos associados aos alimentos contaminados, que pode ser um importante fator para a prevenção dessas doenças”.

Essa advertência convoca provocações acerca da premência de envolvimento tanto dos manipuladores de alimentos quanto dos consumidores na construção ativa e participativa de discussões propulsoras de conhecimento teórico e prático na prevenção de doenças transmitidas por alimentos e promoção da saúde.

## Considerações Finais

Todo o referencial teórico aqui apresentado agregou, sobremaneira, no conhecimento adquirido e construído ao longo do curso de Gastronomia e discussões nas aulas do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local.

A observação sistemática foi extremamente rica ao colocar a pesquisadora em contato direto com as práticas realizadas pelos manipuladores de alimentos de sete restaurantes de Belo Horizonte. O olhar com o objetivo de descobrir e verificar o real em movimento nas cozinhas e demais dependências foi mais atento e alerta. Para aditar mais clareza ao processo de preparo e dispensação de alimentos, as entrevistas semiestruturadas com sete sujeitos foram o divisor essencial: os depoimentos mostraram a visão de cada um deles, com seus significados, contradições e pontos que poderão gerar estratégias educativas e de mudanças, portanto.

A investigação revelou nível deficitário de conhecimento dos manipuladores de alimentos sobre os requisitos higiênico-sanitários, evidenciando lacunas de conhecimento em relação às doenças transmitidas pelos alimentos. Na entrevista, os funcionários relataram saber da importância de lavar sempre as mãos e manter a higiene pessoal, o uso de equipamentos de proteção, limpeza correta do ambiente. Na observação sistemática, porém, o fazer dos manipuladores não condizia com o verbalizado: não lavavam com frequência as mãos e a maioria não estava utilizando luvas de aço como instrumento de segurança adequado para cortes.

Outro fator relevante foi a baixa adesão à capacitação desses funcionários, apesar de cinco restaurantes oferecerem cursos logo após a admissão; contudo, não há continuidade dessa capacitação, o que favorece esquecimentos do que foi transmitido no início, descumprimento de regras básicas de segurança e higiene.

Nos restaurantes havia alguns cartazes indicativos de como lavar as mãos, mas eles não estavam em espaços visíveis. Ninguém os olhava. Nem os consumidores. Além do mais, alguns estavam rasgados.

Verificou-se que há incompreensões e conceitos divergentes entre a teoria e a prática na manipulação dos alimentos em restaurantes ou sobre a capacitação escassa para os manipuladores e consumidores de alimentos e quais riscos os próprios manipuladores podem causar para os comensais.

Nesse sentido, este estudo pretende contribuir para que os requisitos higiênico-sanitários sejam alcançados e haja promoção da saúde dos comensais que utilizam esse tipo de comércio.

### Referências Bibliográficas

- AARDOOM, I.A.S. ASSIS, L. Avaliação do conhecimento de manipuladores de alimentos sobre a frequência e técnica de higiene das mãos. **Hig Alimentar**, v. 28, n. 234/235, p. 28-32, jul/ago. 2014. Disponível em: <https://www.higienealimentar.com.br/wp-content/uploads/2019/07/REVISTA-236-237-1.pdf>. Acesso em 15 de março de 2014.
- ALMEIDA, G. L.; COSTA, S. R. R. GASPARG, A. A Gestão da Segurança dos Alimentos em Empresa de Serviço de Alimentação e os Pontos Críticos de Controle dos Seus Processos. **Boletim CEPPA**, v.30, n.1, p. 11-26, 2012.
- BARBOSA, R.M.S.; CARBONE, B.B.L.S.; LANZILLOTTI, H.S. Users' risk practices in food service units in Rio De Janeiro. **Demetra**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 107-118, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed., Lisboa: Edições 70, 2016.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004: Regulamento Técnico de Boas Práticas de Serviços de Alimentação. Brasília, **DOU - Diário Oficial da União**, 2004. Acesso em: 12 mar. 2019.
- CARELLE, A.C.; CÂNDIDO, C.C. **Manipulação e higiene dos alimentos**. 2 ed., São Paulo: Érica, 2014.
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Salmonella general information, technical information, prevention. USA: **MMWR**, v. 24, n. 7, p. 5. Disponível em: <http://www.cdc.gov/salmonella/general/additional.html>. Access on: 07 fev. 2020.
- CUNHA, B.A.F.S.O. *et al.* Avaliação do conhecimento de colaboradores sobre alérgenos presentes em refeições comerciais. **Motri**, Ri-

beira de Pena, v. 14, n. 1, p. 170-174, maio 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1646-107X2018000100023&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-107X2018000100023&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 fev. 2020.

FORSYTHE, S.J. **Microbiologia da segurança dos alimentos**. 2 ed., São Paulo: Artmed, 2013.

FRAGOSO, A. Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: um ensaio baseado em experiências investigativas. **Rev Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 5, p. 63-83, 2005.

FRANCO, B.D.G.M.; LANDGRAF, M. **Microbiologia dos alimentos**. São Paulo: Atheneu, 2008.

GAVA, A.J.; SILVA, C.A.B.; FRIAS, J.R.G. **Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações**. São Paulo: Nobel, 2008.

GERMANO, P.M.L.; GERMANO, M.I.S. **Higiene e vigilância sanitária de alimentos**. 5 ed., São Paulo: Manole, 2015.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO AMERICANO DE CULINÁRIA. **Chef Profissional**. 4. ed., 2011.

JOELE, M.R.S.P; SOUSA, C.L.; LOURENÇO, L.F.H. Serviços de alimentação comercial: fator de risco para a saúde pública? **Rev Inst Adolfo Lutz**, v. 3, n. 1, p. 113-118, jan.-mar. 2014.

LACERDA, L.K. *et al.* Desenvolvimento de manual de boas práticas para capacitação de manipuladores de um banco de alimentos na cidade de Belo Horizonte, MG. **Hig Alimentar**, v. 32, n. 278/279, p. 41-45, 2018.

MCWILLIAMS, M. **Preparo de Alimentos: um guia prático para profissionais**. 11 ed. São Paulo: Manole, 2013

MARINHO, G.A. *et al.* Perfil epidemiológico das doenças transmitidas por alimentos e seus fatores causais na região da Zona da Mata sul de Pernambuco. **UNOPAR Cient Ciênc Biol Saúde**, v. 17, n. 4, p. 238-43, 2015.

MEDEIROS, M.G.G.A.; CARVALHO, L.R.; FRANCO, R.M. Percepção sobre a higiene dos manipuladores de alimentos e perfil microbiológico em restaurante universitário. **Ciênc Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 383-392, fev. 2017.

MEDEIROS, M.G.G.A. *et al.* Avaliação fisiofuncional das copas de distribuição em hospital universitário de Niterói, RJ. **Hig Alimentar**, v. 28, n. 234/235, jul-ago. de 2014. Disponível em: <https://www.higienealimentar.com.br/wp-content/uploads/2019/07/REVISTA-236-237-1.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2020.

MEZOMO, I.B. **Os serviços de alimentação: planejamento e administração**. 6. ed., São Paulo: Manole, 2015.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciênc Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

NASCIMENTO, L.L.R. *et al.* Condições higiênicas sanitárias do cachorro-quente comercializados por ambulantes no cinturão de turismo da cidade de Natal, RN. **Hig Alimentar**, v. 31, n. 272/273, 2017. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/11/875593/272-273-p-33-37.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2020.

OLIVEIRA, O.J. **Gestão de qualidade, higiene e segurança na empresa**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

OLIVEIRA, R.C.S.; LUZ, N.S.; OLIVEIRA, A.M.C. Atitudes de risco de consumidores em restaurante self service no município de Picos – PI. **Hig Alimentar**, v. 30, n. 258/259, p. 18-22, 2016.

PAULA, R.A.O. *et al.* Conhecimento dos agentes comunitários de saúde sobre segurança alimentar e intervenção. **Rev APS**, v. 18, n. 1, p. 16–21, jan. 2015.

PETRUS, J.K.B.; PEREIRA JÚNIOR, M.V. A influência da participação social para o desenvolvimento local. **Polis Rev Latinoamericana**, v. 15, n. 44, p. 1-16, set., 2016.

SALES, T.R.A.; ZANIRATE, G.A.; MANSUR, S.F. **Manual para manipuladores de alimentos**. São Paulo: Funec, 2010.

SALVIATI, M.E. **Manual do aplicativo Iramuteq** (vêrsion 0.7 alpha 2 e R versão 3.2.3). Planaltina, 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativoiramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 18 de fevereiro 2020.

SANTANA, G.B.F.M. Condições higiênicas sanitárias no preparo de refeições em escolas particulares de educação infantil de Pouso Alegre, MG. **Hig Alimentar**, v. 28, n. 234/235, jul-ago. 2014. Disponível em: <https://www.higienealimentar.com.br/wp-content/uploads/2019/07/REVISTA-236-237-1.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2020.

SHINOHARA, N.K.S. *et al.* Boas práticas em serviços de alimentação: não conformidades. **Rev El Diários Acad**, v. 10, n. 1, p. 79-91, jan-jun., 2016. Disponível em: <[http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170627113500.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627113500.pdf)>. Acesso em: 21 de janeiro de 2020.

SILVA JR., E.A. **Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos**. 5. ed., São Paulo: Varela, 2005.

SILVA, K.A.M.; SOUZA, C.C. Análise da eficácia do programa de controle de vetores e pragas urbanas em serviços de Alimentação. **Hig Alimentar**, v. 28, n. 234/235, jul-ago., 2014. Disponível em: <https://www.higienealimentar.com.br/wp-content/uploads/2019/07/>

REVISTA-236-237-1.pdf. Acesso em 15 de março de 2020.

SOARES, L.S.; ALMEIDA R.C.C.; LARROZA, I.N. Conhecimento, atitudes e práticas de manipuladores de alimentos em segurança dos alimentos: Uma revisão sistemática. **Hig Alimentar** v. 30, n. 256/257, p. 71-76, maio-jun., 2016.

SOUZA, G.C. *et al.* Comida de rua: avaliação das condições higiênico-sanitárias de manipuladores de alimentos. **Ciênc Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2329-2338, ago., 2015.

VARGAS, D.; UENO, M. Higiene na manipulação de lanches no comércio ambulante de alimentos. **Hig Alimentar**, v. 28 n. 234/235, 2014. Disponível em: <https://www.higienealimentar.com.br/wp-content/uploads/2019/07/REVISTA-236-237-1.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2020.

VASQUES, C.T.; MADRONA, G.S. Aplicação de checklist para avaliação da implantação das boas práticas em uma unidade de alimentação e nutrição. **Hig Alimentar**, v. 30, n. 252/253, jan-fev., 2016.

VENÂNCIO, T.; LEMOS, M.P.; SCHMELING, T.B. Qualidade microbiológica e parasitológica de amostras de quibe cru comercializado nos municípios de Balneário Camboriú e Itajaí, SC. **Hig Alimentar**, v. 32, n. 284/285, p. 31-35, out., 2018.

VUELMA, G.L. *et al.* Utilização de equipamentos de proteção individual e adornos por colaboradores em unidades de alimentação e nutrição. **Hig Alimentar**, v. 28 n. 234/235, 2014. Disponível em: <https://www.higienealimentar.com.br/wp-content/uploads/2019/07/REVISTA-236-237-1.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2020.

## Para Além do Canteiro de Obras: Saberes de Prudência e Desenvolvimento Local Beyond the Construction Site: Knowledge of Prudence and Local Development



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v14i2.3372>

**Elenice Maria Oliveira Antunes**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário Una.

e-mail: [eleniceantunes1@hotmail.com](mailto:eleniceantunes1@hotmail.com)



<https://orcid.org/0000-0002-4667-5391>

**Alexandra Passos do Nascimento**

Arquiteta e urbanista, Historiadora, Doutora e Mestra em Ciências Sociais pela PUC/Minas Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário Una.

e-mail: [alexandranascimento@uol.com.br](mailto:alexandranascimento@uol.com.br)



<https://orcid.org/0000-0003-0035-547X>

Recebido em: 30/08/2021 – Aceito em 18/11/2021

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo compreender como os chamados “saberes de prudência” – experiências e saberes acumulados ao longo dos anos de atividade profissional – dos trabalhadores da construção civil podem contribuir para a diminuição dos acidentes no setor. A pesquisa possui abordagem qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas realizadas com 12 trabalhadores da construção civil e a observação simples. Os dados foram analisados à luz da análise de conteúdo. Foi possível observar a desconsideração dos saberes desenvolvidos pelos operários em detrimento aos conhecimentos técnicos da equipe gestora da obra, uma vez que os gestores de segurança do trabalho utilizam métodos e ferramentas que não possibilitam o diálogo e a troca de conhecimentos durante as capacitações realizadas nos canteiros de obras. Durante os treinamentos obrigatórios propostos pelos gestores de segurança do trabalho, os operários são meros espectadores. No entanto, observou-se que, no cotidiano do trabalho, os operários desenvolvem e compartilham práticas não contempladas pelas normas – os “saberes de prudência”. Estes, se compartilhados por meio da participação e do diálogo na construção de seu espaço de trabalho, podem contribuir para a emancipação social e política dos trabalhadores. O reconhecimento do “saber fazer” do trabalhador contribui para uma formação profissional qualificada e para a busca por melhores condições de trabalho. Nesse sentido, a formação crítica dos trabalhadores – que por meio da participação se tornam sujeitos conscientes de sua capacidade de transformação – transborda os canteiros de obras, visando a emancipação e construção do desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Construção civil. Segurança do Trabalho. Saberes de prudência. Desenvolvimento

Local.

**Abstract:** This paper aims to understand how the so-called “prudential knowledge” – experiences and knowledge accumulated over the years of professional activity – of civil construction workers can contribute to the reduction of accidents in the sector. The research has a qualitative approach, with an exploratory and descriptive focus. Semi-structured interviews conducted with 12 civil construction workers and simple observation were used as data collection instruments. Data were analyzed in light of content analysis. It was possible to observe the disregard of the knowledge developed by the workers to the detriment of the technical knowledge of the management team of the work, since the occupational safety managers use methods and tools that do not allow for dialogue and the exchange of knowledge during the training carried out on the construction sites of works. During mandatory training proposed by occupational safety managers, workers are mere spectators. However, it was observed that, in their daily work, workers develop and share practices not covered by the norms – the “knowledge of prudence”. These, if shared through participation and dialogue in the construction of their workspace, can contribute to the social and political emancipation of workers. The recognition of the worker’s “knowing how to do” contributes to qualified professional training and to the search for better working conditions. In this sense, the critical training of workers – who through participation become subjects aware of their capacity for transformation – overflows the construction sites, aiming at the emancipation and construction of local development.

**Keywords:** Civil construction. Workplace safety. Prudential knowledge. Local development.

## Introdução

A construção civil é uma área de atuação que apresenta características específicas. Dentre estas, cabe destacar que se trata de um processo de produção semiartesanal que requer atividades manuais e habilidades individuais. Tais especificidades permitem inferir que o processo de ensino-aprendizagem acerca da prática laboral na construção civil, também apresenta particularidades, principalmente ao se pensar que, em grande parte, o conhecimento é construído e compartilhado entre os trabalhadores durante o processo, de forma empírica, *in loco*.

Contudo, grande parte das vezes, esses saberes desenvolvidos pelos trabalhadores no cotidiano da construção civil, durante o exercício da profissão, os chamados “saberes de prudência”, não são valorizados ou reconhecidos pela equipe gestora das obras. A capacitação dos operários da construção civil, no que tange à segurança do trabalho, se desenvolve, primordialmente, com base em conhecimentos técnicos/científicos, desprezando a experiência como fonte de conhecimento.

O responsável técnico pela elaboração dos treinamentos deve ser, de acordo com a legislação, um profissional habilitado, técnico ou engenheiro de segurança do trabalho. No entanto, grande parte dos profissionais se limita a reproduzir as informações contidas nas normas de segurança, desconsiderando as práticas cotidianas exercidas pelos trabalhadores nos canteiros de obra. Estas práticas constituem importante contribuição para o debate que envolve a formação do trabalhador, uma vez que a troca de saberes e experiências é fundamental para a construção do conhecimento.

O processo de ensino-aprendizagem das normas de segurança do trabalho vem adotando, nas obras de construção civil, a metodologia de ensino tradicional, na qual “aquele que sabe” (gestor/patrão) deve ensinar “àquele que não sabe”, operário. Deste modo, vem, também, reproduzindo uma hierarquia e uma hegemonia social, historicamente instituída como se proteger durante a realização das atividades profissionais. Logo, o que se observa é o silenciamento do conhecimento e das trajetórias profissionais

e de vida desses operários, que são sujeitos e protagonistas na construção civil que devem ter seus saberes reconhecidos e compartilhados de forma mais ampla.

Partindo desse panorama, esta pesquisa vem propor a valorização da construção do conhecimento acerca da segurança do trabalho na construção civil envolvendo a participação do corpo técnico e dos trabalhadores. Nesse sentido, os saberes de prudência e os saberes técnicos devem contribuir para a segurança nos canteiros de obras.

### **A construção civil em Bom Despacho, Minas Gerais**

Bom Despacho é uma cidade de pequeno porte, com população estimada em 51.028 habitantes em 2020, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Distante 140 km da capital mineira, o centro comercial se localiza no entorno da Igreja da Matriz de Nossa Senhora do Bom Despacho, no centro da cidade, onde também estão localizados os imóveis mais valorizados pelo mercado imobiliário. Por isso, cada terreno ou imóvel antigo é muito disputado pelos empresários locais para a construção de grandes edifícios residenciais e comerciais.

O centro da cidade é palco de vários canteiros de obras. Tal fato ocorre principalmente pela ausência de leis municipais mais rígidas que regulamentem a aprovação, construção e a fiscalização das obras em geral. Como no município de Bom Despacho não há representação sindical dos trabalhadores da construção civil, vigoram as convenções e acordos da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de Minas Gerais (FETICOM-MG), localizada em Belo Horizonte. Contudo, não há programas, treinamentos ou ações promovidas por representações sindicais em prol da segurança do trabalhador nos canteiros de obra da cidade, sendo pouco provável que os trabalhadores tenham algum conhecimento da existência da FETICOM-MG.

Na ausência de fiscalização por parte de órgãos federais e de programas e ações sindicais, os trabalhadores da construção civil podem contar somente com os treinamentos obrigatórios, estabelecidos pelas Normas Regulamentadoras (NR's) ofertados pelas empresas. Segundo Carvalho e Freitas (2013), é importante ressaltar a diferença entre treinamento e capacitação: os treinamentos tornam as pessoas aptas para realização de uma tarefa, desconsiderando a sua compreensão sobre o significado do que é transmitido. Já a capacitação visa criar condições para que o aprendente desenvolva competências e habilidades, que dependem diretamente do seu interesse. As empresas ministram aos operários da construção civil "treinamentos" cuja metodologia adotada não contempla a participação do trabalhador no processo ensino aprendizagem.

Os programas de segurança e saúde no trabalho, em função da cultura dominante na maioria das empresas, são concebidos e orientados normalmente para o atendimento à legislação que dispõe sobre a matéria. Programas fundamentados nesse princípio são, em geral, pobres e de baixo desempenho, por várias razões, mas, principalmente, porque privilegiam as situações de risco que se apresentam em franco desacordo com a Lei[...] em detrimento de outras que podem ser muito mais nocivas à saúde do trabalhador, mas não facilmente perceptíveis (OLIVEIRA, 2003, p. 2).

É lugar comum na literatura sobre o tema que os contratantes cumpram minimamente o estabelecido pela legislação, com intuito de evitar multas, embargos, afastamentos, atrasos na produção e reclamações trabalhistas, sem se preocupar em "capacitar" ao invés de "treinar". Essa postura pode ser relacionada com os números elevados de acidentes do trabalho na construção civil.

## O canteiro de obras: Educação e trabalho na construção civil

Segundo a NR 18, canteiro de obras é “área de trabalho fixa e temporária, onde se desenvolvem as operações de apoio e execução de uma obra” (BRASIL, 2020, s/p). Para além do conceito normativo e burocrático, o canteiro de obras é um espaço que guarda subjetividades, onde são construídas amizades, consolidados aprendizados e compartilhados saberes. Costa (2010) afirma que a construção civil tem um modo original de industrialização, sua especificidade encontra-se relacionada aos projetos, cálculos, terreno e, essencialmente, ao ambiente que permite a interação entre o trabalhador e o seu trabalho.

Para Costa (2010), a indústria da construção civil possui especificidades diferentes das demais. No canteiro de obras, os materiais de construção, ferramentas e mão-de-obra giram em torno do artefato a ser “produzido”, que será permanentemente fixo, em um determinado local, diferentemente do processo produtivo de automóveis, cuja linha de produção ocorre em série e todo o processo é padronizado e repetitivo. Na construção civil, cada obra é única. A construção civil se destaca pela forte heterogeneidade. A princípio, pela heterogeneidade do produto, que podem ser pequenas obras, como por exemplo, uma reforma, construções ou mesmo grandes obras implementadas pelo Estado como estradas, viadutos ou túneis. O autor afirma também que a mão de obra é caracterizada por múltiplas qualificações e a construção do conhecimento dos trabalhadores ocorre no próprio processo produtivo. A heterogeneidade é existente até mesmo no porte da empresa como o número de funcionários e a sua capacidade produtiva e de investimento. A qualificação diferenciada dos trabalhadores da construção civil é também produto da heterogeneidade do setor e que a experiência na execução dos trabalhos é mais importante que o grau de escolaridade, ou qualquer outro tipo de certificação, quando se fala em trabalhadores de ofício e seus ajudantes (Costa, 2010).

Em obras de médio a grande porte é possível identificar alguns elementos de organização, divididos em áreas operacionais que são a portaria, escritório, almoxarifado, central de concreto e de argamassa; e as áreas de vivência que são refeitório, alojamento, instalações sanitárias, dentre outros. A existência da “área de vivência”, se justifica pelo fato do operário passar o dia inteiro na obra, em determinadas situações até ficam alojados, por isso a necessidade de implementar medidas que proporcionem bem-estar e qualidade de vida aos operários.

A educação é de suma importância na formação do trabalhador, não apenas no tocante ao desenvolvimento de competências e habilidades inerentes ao conhecimento científico da Educação Formal, mas, especialmente na formação de sujeitos críticos. Assim é primordial seu papel na construção de uma sociedade mais justa.

Ciavatta (2005) afirma que a educação é incapaz de mudar as desigualdades sociais, mas é uma porta relevante para a compreensão dos fundamentos da desigualdade e para a geração de uma nova institucionalidade no país. A educação, quando ofertada, é principalmente para responder a demanda do mundo do trabalho. Trabalho que é fonte geradora de riqueza, mas que também é, por causa da apropriação do setor privado, causa de exclusão e de desemprego. Ciavatta (2005, p.4) afirma que “no Brasil, o dualismo das classes sociais, do acesso aos bens e aos serviços produzidos pelo conjunto da sociedade, se enraíza no tecido social através de séculos de escravismo e de discriminação do trabalho manual”.

Na construção civil os operários são aqueles que executam a obra e quem conduz os projetos são os gestores, aqueles que detêm o conhecimento técnico/científico. Ainda segundo Ciavatta (2005), a história da formação profissional no Brasil é uma luta política entre duas alternativas: a implantação do

assistencialismo e da aprendizagem operacional *versus* os fundamentos da técnica, o preparo intelectual.

Segundo Frigotto (2001), a educação em geral e, principalmente a educação profissional, se vincula a uma perspectiva de adestramento e acomodação. "Trata-se de conformar um cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente" (FRIGOTTO, 2001, p.10). Essa perspectiva externaliza a importância de cursos de formação que utilizem metodologias que promovam a participação dos operários, levando-se em conta seus saberes constituídos e acumulados ao longo da vida. Devido a essa concepção de "domesticação" e "dominação", nota-se também a necessidade de reconhecimento, por parte do empresariado, que a gestão da segurança não representa custos, mas um investimento, a fim de não aumentar o número de acidentes do trabalho e potencializar a produtividade e qualidade.

Embora os treinamentos de segurança do trabalho sejam cursos de curta duração, eles podem adotar concepções pedagógicas nas quais os operários sejam estimulados à participação. Segundo Freire (1987), ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. A proposta de educar para formar cidadãos para além do canteiro de obras vai ao encontro da necessidade de construir uma sociedade mais justa, na medida em que a experiência de participação, ainda que pontual, pode promover diálogos e reflexões sobre o trabalho e até mesmo sobre questões mais amplas.

Neste estudo, importa pensar a transformação das relações sociais dos trabalhadores da construção civil não apenas no que diz respeito aos processos técnicos, mas na busca pela emancipação e autonomia dos operários, no que refere a participação social e cidadania. Sujeitos ativos nos espaços de trabalho, agentes de transformação, se reconhecem enquanto sujeitos e não mais como meras "ferramentas" da construção civil. O canteiro de obras, nesse sentido, se constitui território, no qual os operários vivenciam os riscos cotidianos e constroem identidades.

Segundo Tenório e Rozenberg (1997, p.163) "[...] participar é repensar o seu saber em confronto com outros saberes. Participar é fazer 'com' e não 'para', [...] é uma prática social". Logo, ao construir e reconhecerem-se enquanto sujeitos no processo, eles tornam-se capazes de, utilizando as potencialidades e especificidades de sua profissão e de seu meio de trabalho, propor formas e meios de transformarem somente o espaço laboral, mas também o espaço social.

Segundo Bordenave (1994) *apud* Tenório (2005) existem dois processos de participação: o micro e o macro. A instância de participação micro envolve grupos primários como a família, os amigos e os vizinhos, pois este tipo de participação se dá a partir de dois ou mais indivíduos que compartilham objetivos e/ou interesses comuns. É extremamente importante este processo, pois seu aprendizado pode ser considerado como um pré-requisito para a participação em nível macro, visto que a participação neste âmbito ocorre a partir de grupos secundários: empresas, clubes, associações e grupos terciários: em movimentos de classe, partidos políticos, entre outros.

Nascimento *et al.* (2010) lembrando Oddone *et al.* (1986) afirmam que o campo da saúde deve se constituir em espaço de luta, no qual os operários se engajem como participantes ativos na interação entre os saberes acadêmicos e as suas experiências. Nesse sentido, é necessário que a construção de conhecimentos seja coletiva que os operários se apropriem deles e se posicionem como protagonistas na luta contra as doenças, as incapacidades e as mortes no trabalho.

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa. A escolha de tal abordagem metodológica reside no fato de que ela possibilita múltiplas formas de coleta de dados, e assim os fatos observados não são previamente determinados, pois, como já nos indicam Alves-Mazzotti; Gewandszajder (1999, p.21), a metodologia qualitativa oferece-nos a oportunidade de "descrever e

compreender o que está ocorrendo em uma dada situação”, sem nos preocuparmos com paradigmas ou modelos pre determinados, favorecendo assim a observação do fenômeno em seu local de ocorrência, com posteriores combinações de métodos, tais como análise de documentos, entrevistas, entre outros, que culminará em “um rico material para orientar o pesquisador nas tarefas de registro, análise e apresentação de dados” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p.25).

A pesquisa foi realizada em um canteiro de obras de um edifício residencial e comercial, com área total a construir de 10.541,71m<sup>2</sup>, na região central de Bom Despacho. Foram entrevistados nove operários da construção civil, com idade entre 20 e 66 anos e três responsáveis pela obra com idade entre 29 e 50 anos.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a observação simples e a entrevista semiestruturada. A observação “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (LAKATOS, 2017, p.108). Durante a pesquisa foram observadas as práticas cotidianas dos trabalhadores no desempenho de suas funções e como eles se relacionavam com os riscos inerentes a essas atividades. Com a observação simples pretendeu-se identificar a ocorrência de práticas de segurança não convencionais no exercício das atividades laborais, prováveis práticas oriundas da experiência individual ou coletiva dos trabalhadores.

Foi também utilizado como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada. Segundo Duarte (2004, p.3) “As entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados”. Os roteiros elaborados para as entrevistas tinham como objetivo compreender as experiências e os significados atribuídos pelos trabalhadores ao seu ofício.

## **Trabalhadores e qualificação/formação**

O presente trabalho compreende os operários como protagonistas no cenário da construção civil, nesse sentido, para preservar a identidade dos entrevistados, foram lhes atribuídos nomes fictícios de pedras preciosas.

Os participantes da pesquisa foram divididos em dois grupos, sendo o grupo 1 dos “operários” e o grupo 2 da “gerência”, por entendermos que na realidade se formam mesmo dois grupos de trabalhadores, os operários que são aqueles que executam o serviço braçal, mas também intelectual, pois nada chega às mãos que não tenha passado antes pela cabeça, e a gerência que são os trabalhadores que detêm o conhecimento técnico/científico.

No grupo dos operários são todos do sexo masculino, sendo o mais jovem com 22 anos e o mais velho com 66 anos. A maioria dos entrevistados é natural de Bom Despacho, sendo as duas exceções oriundas dos estados de São Paulo e da Bahia. Quanto ao grau de escolaridade, apenas dois possuem o Ensino Médio completo e um cursando o Ensino Superior. Os demais possuem o Ensino Fundamental, completo ou incompleto. No que diz respeito ao tempo de trabalho na construção civil, o entrevistado menos experiente tem menos de um ano de experiência, três operários entre 5 e 10 anos, dois com mais de 10 anos e três com mais de 20 anos.

O grupo da gerência é composto pelo corpo técnico de segurança do trabalho, única mulher no universo pesquisado, o engenheiro responsável pela obra e sócio-diretor da construtora, e o estagiário. Todos são naturais de Bom Despacho, sendo que o mais jovem possui 29 anos e o mais velho 50 anos.

Dois trabalhadores possuem curso superior e um superior incompleto.

A estrutura do canteiro de obras visitado consiste em uma portaria, que não é vigiada, constituída apenas de um portão de prancha de madeira, que dá acesso ao primeiro subsolo, onde futuramente será a garagem do prédio. Neste pavimento está localizado o refeitório, composto por duas grandes mesas de pranchas de madeira, e dois bancos compridos em cada mesa. Há duas estufas para aquecer as marmitas, um bebedouro de água, um armário para colocar os pertences dos trabalhadores e um quadro de avisos com lembretes do uso de máscaras e higienização das mãos. O local é limpo e é disponibilizado álcool nas mesas. O almoxarifado de ferramentas e equipamentos fica ao lado do refeitório. Segundo as informações do estagiário da obra, a rotina diária começa com a chegada do trabalhador à obra às 7 horas; às 9 horas eles tomam um lanche (todos os lanches e refeições são trazidos de casa pelos trabalhadores). Ao meio-dia há o intervalo do almoço até às 13 horas. Às 15 horas outro lanche e saída às 17 horas.

O intervalo do almoço é aproveitado pelos trabalhadores para descanso: alguns preferem ficar sentados na calçada, na área externa da obra, para ver o “movimento” da rua, já que a obra é na área central. Outros preferem aproveitar o tempo livre para ouvir programas esportivos no rádio. Foi possível observar que na obra não se ouve música, prática comum nos demais canteiros de obra já visitados ao longo de experiência profissional das pesquisadoras. Ao ser questionados sobre o motivo, os trabalhadores disseram que ouvir música na hora do trabalho foi proibido pela gerência, que alegou que a prática atrapalharia a comunicação e comprometeria a concentração. Nos dias nos quais foram realizadas as entrevistas, a obra estava na fase intermediária, e por isso a maioria dos operários estava trabalhando no 9º pavimento, na construção da alvenaria, e no 10º pavimento, na preparação das formas dos pilares para a concretagem.

Parenti (2013), em seu estudo sobre os trabalhadores da construção civil e a experiência escolar, afirma que os entrevistados expressaram um sentimento de orgulho em ser “construtores” e que esse sentimento está relacionado à consciência de um saber fazer que abarca os conhecimentos para reconhecer erros e apontar a melhor maneira de realizar as tarefas para o desenvolvimento das obras. Os participantes da pesquisa valorizavam um saber próprio adquirido com a prática; assim, durante as aulas, relacionavam os procedimentos práticos com as informações dadas pelo instrutor.

Takahashi *et al.* (2012) afirmam que, no Brasil, a construção civil representa o setor de maior absorção de mão de obra, devido a abrangência de sua variada oferta de trabalho, sem muitas restrições para o recrutamento. Em Bom Despacho, não é diferente: no canteiro visitado, perguntamos à gerência quais eram os critérios de contratação. Olho de Tigre diz: “o critério é bem simples, nós pegamos a ficha e vemos se não tem nada criminal e depois fazemos algumas pesquisas com os empregadores anteriores”. Percebe-se, portanto, que não há nenhum pré-requisito de curso ou formação que seja utilizado como critério para contratação do trabalhador.

Parenti (2013) afirma que uma das características mais atribuídas aos trabalhadores da construção civil é a falta de qualificação profissional, justificada pelo baixo grau de escolaridade. A autora questiona a associação entre baixa escolarização e falta de qualificação, buscando compreender as especificidades da formação do trabalhador da construção. De acordo com Tomasi (1999), frequentemente confunde-se escolarização com qualificação: muitas vezes trabalhadores analfabetos ou semi-analfabetos são tomados por trabalhadores sem qualificação. Segundo o autor, “Muito embora a escolarização seja um elemento constitutivo importante da qualificação, outros fatores, como o tempo efetivo de experiência nos trabalhos de construção e de outros setores, têm tradicionalmente contribuído para a qualificação

dos trabalhadores da Construção Civil” (TOMASI, 1999, p. 32).

Grande parte dos professores/formadores dos treinamentos de segurança do trabalho têm como referência práticas pedagógicas que desconsideram as experiências dos trabalhadores. Tais práticas reproduzem a maneira como foram “treinados”. Essa atitude pode ser explicada pela adoção na construção civil, de uma prática prescritiva segundo a qual a norma existe para ser cumprida. Nesse sentido, é necessário rever as metodologias de ensino adotadas no canteiro de obras, tendo em vista que a maioria dos operários tem baixo grau de escolaridade. Segundo Tenório (2005), a relação entre os participantes de uma discussão, de forma geral, é bastante afetada pelo grau de escolaridade entre os membros, quando os que detêm maior “conhecimento” acabam estabelecendo uma relação de poder sobre os demais.

Assim, numa relação social que se pretenda participativa, os conhecimentos devem ser convergentes. O saber de quem estudou deve ser usado como apoio às discussões, mas não como orientador primeiro na decisão. numa relação coletiva o poder se dilui entre os participantes, já que o conhecimento e as informações são compartilhados, não existindo ‘donos da verdade’ (TENÓRIO, 1990, *apud* TENÓRIO, 2005, p. 163).

Dessa forma, os conhecimentos mesmos que diferentes, devem ser integrados. De acordo com Cunha (2015), ao analisar os números da RAIS sobre o grau de escolaridade dos trabalhadores da construção civil, afirma que “em 2013, mais da metade dos trabalhadores (51,3%) possuía um grau de escolaridade que era superior ao 9º ano completo, enquanto representavam menos de 25% em 2002” (CUNHA, 2015, p. 57). O autor relata que houve um pequeno crescimento na participação dos que ingressaram no Ensino Superior.

Na obra pesquisada, o trabalhador Pirita é estudante universitário do curso de Direito. Ele afirma que ingressou na construção civil, uma ocupação que não tem relação com a graduação escolhida, para custear seus estudos, pois sua ocupação anterior demandava viagens a trabalho o que impossibilitaria seus estudos. Quando perguntado sobre como iniciou seu trabalho na construção civil ele relata que “foi necessidade mesmo, foi por causa da faculdade, comecei a fazer faculdade e tive que parar de viajar, de trabalhar de motorista, aí iniciei como servente” (Entrevista realizada em julho de 2020).

Segundo Costa (2010) “a construção do conhecimento dos trabalhadores ocorre essencialmente no próprio processo produtivo, sendo a experiência na execução dos trabalhos o elemento fundamental” (COSTA 2010, p. 35). Assim, para os trabalhadores de ofício e seus ajudantes, a experiência na execução dos trabalhos é mais importante que a escolaridade. Nesse sentido, Topázio nos relata sua experiência de trabalho na construção civil:

Fui pra uma obra de meio oficial, né? A primeira obra minha eu fui de meio oficial de pedreiro... aí chegando lá o serviço de pedreiro acabou e eles colocaram eu na carpintaria...aí eu não sabia nada né? Aí eu comecei, eu tornei carpinteiro e de lá pra cá eu venho trabalhando de carpinteiro (Entrevista realizada em julho de 2020).

Quartzo também relata sua história profissional e conta como começou sua trajetória: “Comecei de servente né? Aí a gente foi crescendo na firma, né?”. Cromita também relata que fez carreira na construção civil: “A minha experiência que eu tive foi de ajudante de pedreiro, aí depois peguei a classificação né, de pedreiro, e tô até hoje”. Nesse canteiro, a grande maioria dos trabalhadores começou como

servente ou ajudante de pedreiro.

Cabe destacar que o canteiro de obras é local de rotatividade, principalmente pelo fato de a obra exigir diferentes especificidades a cada etapa. A construção tem caráter cíclico, para cada etapa, uma mão de obra diferente, de acordo com a demanda da execução. Nesse sentido, quando acaba a execução de determinada etapa, muitas vezes esta equipe pode ser dispensada. Por isso os trabalhadores da construção civil são comumente chamados de “peões”, são “aqueles que rodam, que não tem estabilidade” (COSTA, 2010).

Posição distinta é a do mestre de obras: é o operário mais velho entre os entrevistados e que possui maior experiência na construção civil, sendo respeitado por sua “carreira profissional”.

### **Segurança do trabalho: linha de vida ou... a vida por um fio**

A Linha de Vida protege a vida do trabalhador contra quedas em altura. Para garantir a segurança de trabalhadores em trabalhos em altura, a Linha de Vida é um equipamento muito utilizado, especialmente na construção civil. Trata-se de um Equipamento de Proteção Coletiva (EPC), pois pode suportar vários operários ancorados ao mesmo tempo. Ela se baseia em sistemas de ancoragem feitos com cabo de aço ou corda. No contexto da construção de edifícios, elas geralmente são provisórias e podem ser montadas e desmontadas conforme o andamento da obra.

Estes equipamentos devem seguir Normas Técnicas específicas<sup>1</sup> para assegurarem a qualidade e a segurança do trabalho. À Linha de Vida liga-se o mosquetão do cinto de segurança, assim o movimento do trabalhador deve ser exercido em toda sua extensão. Como equipamento de segurança, a Linha de Vida é responsável por evitar quedas de altura, acidente esse, causador de grande número demortes ou lesões graves na construção civil.

Durante a observação no canteiro de obras, a altura da estrutura foi ponto que, inevitavelmente, chamou-nos a atenção. Antes mesmo de entrar na obra, foi possível perceber algumas irregularidades, tais como redes de proteção sem manutenção e plataformas de segurança em desacordo com a legislação. Ao adentrar no canteiro de obras, outra irregularidade foi notada. A recepção ocorreu no refeitório, localizado no primeiro subsolo, cujo acesso é a rampa da garagem (Diário de campo, 2020).

De acordo com a legislação, o local para refeições não pode estar situado em subsolos ou porões das edificações (BRASIL, 2020, item 18.4.2.11 letra J). Apesar de a legislação não justificar o motivo de tal normativa, é possível pressupor que subsolos e porões são espaços inadequados para ocupação contínua, com meios limitados de ventilação, pois não possuem janelas. Por medida de segurança, os refeitórios devem estar localizados em locais arejados.

Para garantir a segurança dos trabalhadores a Legislação preconiza dois tipos de equipamentos de proteção: os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's) e os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Sendo que, a utilização de EPI's é recomendada, enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implementadas.

No primeiro pavimento, a obra parecia limpa e organizada, mas, à medida que avançamos para os andares superiores, percebemos muitas negligências no meio ambiente de trabalho. Subindo um pouco mais, chegamos onde foram executados os serviços de desmontagem das formas de concreto. Neste local é possível perceber bastante entulho, inclusive no lugar de passagem dos trabalhadores, há madeiras e pregos com as pontas viradas para cima (Diário de campo, 2020).

Também conhecidas como bandejas, as plataformas de proteção são estruturas externas à edificação, cujo objetivo é evitar que ferramentas e materiais de construção caiam nos arre-

<sup>1</sup> NR-18, NR-35 e NBR's 16325-1 e 16325-2

dores da obra sobre transeuntes ou edificações vizinhas. São estruturas em balanço, constituídas na base por perfis metálicos e forradas com pranchões de madeira.

Na obra visitada, foi detectado que a bandeja estava com grande folga entre a laje e o pranchão de madeira, possibilitando a queda não só de objetos, mas até mesmo de pessoas, pois não há guarda corpo de proteção no perímetro do pavimento, possibilitando o acesso de pessoas à plataforma, o que caracteriza um grave risco de queda (Diário de campo, 2020).

Além das formas de prevenção serem arcaicas, elas ainda são usadas e construídas de forma errônea. Filgueiras e Scienza (2015) afirmam que novos métodos construtivos são rotineiramente desenvolvidos, novos materiais, novas máquinas e equipamentos: o crescente avanço tecnológico na construção civil vem contribuindo com o aumento da produtividade do trabalho e acelerando a confecção da construção. Porém, nas cidades do interior essa tecnologia tarda a chegar. A disponibilidade de mão de obra barata e em abundância pode ser apontada como um fator de atraso na utilização de novas tecnologias, já que o lucro pode ser auferido com restrito investimento tecnológico, baixos salários e super exploração do trabalho.

Nesse sentido, o empresariado opta pelo uso de métodos e materiais ou equipamentos tecnicamente defasados. Nas obras em Bom Despacho, o uso das bandejas é comum, mas geralmente não segue, a rigor, a forma construtiva da norma. Cabe destacar que em 2020 houve revisão nos textos de várias NR's<sup>2</sup>, mas durante a pesquisa de campo e a escrita desse trabalho estas mudanças ainda não estavam em vigor e, por isso, os dados foram analisados à luz das Normas vigentes.

Os itens de irregularidade detectados na obra pesquisada: falta de proteção coletiva nos trabalhos em alturas, o fechamento de aberturas no piso, a falta de proteção nas periferias e ausência de guarda-corpo são alguns dos pontos de negligência mais recorrentes nas infrações detectadas nas fiscalizações, não ocorrendo em específico no canteiro de obras em análise.

Ao chegar no 8º pavimento, outra irregularidade detectada foi a ausência de elevador de passageiros (Diário de campo, 2020). Segundo a NR 18 "nos edifícios em construção com oito ou mais pavimentos, a partir do térreo ou altura equivalente, é obrigatória a instalação de pelo menos um elevador de passageiros devendo seu percurso alcançar toda a extensão vertical da obra" (BRASIL, NR 18, item 18.14.23.1, 2020, s/p). No entanto, na obra observada, para chegar ao posto de trabalho, o operário tem que subir e descer oito pavimentos ao longo do dia para desempenhar suas tarefas (Diário de campo, 2020).

Observou-se, também, o processo de montagem do andaime, pelo operário Quartzzo, carpinteiro, para a execução da montagem das formas da laje do 10º pavimento. As peças do andaime foram içadas por uma corda por outro operário e recebidas por Quartzzo do alto das peças já encaixadas, sentado sobre uma tábua sem portar o cinto de segurança e fumando um cigarro calmamente (Diário de campo, 2020).

Ganem e Rodrigues (2016), em estudos sobre a psicodinâmica do trabalho, perceberam no curso de suas investigações que os homens no prédio que mais frequentemente resistem à aplicação de padrões de segurança e adotam comportamentos de risco, não são insanos ou imprudentes. Pelo contrário, a negação do risco (para não sentir o medo engendrado pelo trabalho nesta profissão) é uma construção que permite trabalhar da forma menos dolorosa e mais eficaz possível, apesar do medo gerado pelos "riscos do trabalho".

A avaliação e ações relativas aos riscos no ambiente do trabalho são realizadas pelos profissionais especialistas em segurança do trabalho, por possuírem as expertises ne-

<sup>2</sup>As Normas regulamentadoras revisadas em 2020: NR-01 Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais; NR-07 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO; NR-09 Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos; NR-18 Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção.

cessárias para propor as soluções. Espera-se dos operários obediência às regras e a utilização dos EPI's e EPC's.

Nascimento *et al.* (2010) afirmam que os conceitos sobre riscos ocupacionais foram concebidos de modo a vincular relações diretas entre as doenças profissionais e os acidentes do trabalho. Tais concepções levaram a crer que o risco ocupacional é uma decorrência do ambiente físico, das máquinas e dos equipamentos, das substâncias tóxicas, sem considerar as especificidades dos processos de trabalho, a particularidade humana e sem mensurar as dimensões que envolvem o sofrimento psíquico no trabalho. As autoras argumentam que “é preciso que se considere que os trabalhadores, para enfrentarem os riscos, usam sua criatividade atrelada aos saberes-fazer de prudência, muito embora esses sejam desconsiderados pela gerência” (NASCIMENTO *et al.*, 2010, p. 3).

Durante a observação do canteiro, foi possível notar a ausência de linha de vida para atracar o cinto de segurança de Quartzo (Diário de campo, 2020). Quando perguntado sobre como era feito o travamento do cinto nessas circunstâncias, o estagiário afirmou que este era um grande problema, pois Quartzo trava o cinto no próprio andaime. Em contraposição do efetivado na obra, a legislação preconiza que “o trabalhador deve usar cinto de segurança tipo paraquedista, ligado ao trava-quedas de segurança, este ligado a cabo-guia fixado em estrutura independente da estrutura de fixação e sustentação do andaime suspenso” (BRASIL, 2020, item 18.15.31).

Quando perguntado sobre a prática, Quartzo explicou:

Ali em cima eu tava amarrando torre por torre e travando o cinto, né? Aí o andaime já não desce mais, que tá tudo amarrado, aí o cinto tava travado no andaime, não deixa descer nada. Eu travo o cinto no andaime [...]. Se você amarrar numa corda embaixo não resolve você amarrar. Você amarrar uma corda aqui embaixo e travar ele lá em cima vai cair a mesma coisa. Eu travo ele lá em cima, vou travando de peça em peça (Entrevista realizada em julho de 2020).

Quartzo descumpra as regras ditadas pelas Normas por confiar na sua experiência. Na cena já citada anteriormente, em que Quartzo fuma tranquilamente um cigarro e observa a paisagem do alto de um andaime localizado no décimo andar da obra, pode-se dizer que tal ato transmite a quem observa a cena, a sensação de que o operário se sente seguro. Essa sensação de segurança parece ser fruto da experiência cotidiana de vivenciar o perigo. Não se trata de exibicionismo, mas de uma situação corriqueira e recorrente no cotidiano do operário, o que permite pensar que os treinamentos de segurança ministrados pela equipe técnica não são efetivamente apreendidos pelos operários, que diante das normas, agem de acordo com o que lhes parece correto. Nesse sentido, o diálogo e a troca de saberes pode contribuir para que os trabalhadores atribuam novos sentidos às práticas de segurança.

Isso nos leva a refletir acerca do impacto que a ausência da participação do operário enquanto sujeito de “criação” das normas pode ocasionar no canteiro de obras. Assim, sem participar da elaboração das normas e/ou de ser ouvido sobre elas, é possível que os trabalhadores não as percebam como úteis, o que os coloca em uma situação de risco.

Portanto, acreditamos que a chave para a redução das situações de risco nos canteiros de obras está intimamente relacionada com a efetiva participação dos operários nas discussões e nas capacitações. Isso promoveria uma harmonização entre os saberes prescritos pelas normas e os conhecimentos prévios (saberes de prudência), que os trabalhadores construíram e continuam a construir, cotidianamente, através do exercício da profissão.

Nascimento *et al.* (2010) propõem que aliados aos saberes técnicos sejam também incorporados saberes dos trabalhadores nas discussões e ações de prevenção. As autoras citam Cru (1987) que também acredita que os sujeitos criam estratégias defensivas desenvolvidas coletivamente. Os trabalhadores para se protegerem dos riscos usam a criatividade juntamente aos seus saberes-fazer de prudência. Para se fazer uma ação preventiva integradora há uma lacuna a ser preenchida entre as normas técnicas e o *savoir-faire* dos trabalhadores.

Saurim e Formoso (2000) *apud* Filgueiras (2015) afirmam que apenas 50% dos canteiros de obras no Brasil atendem ao estabelecido nas Normas de Segurança do Trabalho. O descumprimento nas instalações de andaimes e proteções periféricas é o que mais se destaca. Tal fato explica o motivo de quedas de altura ser a principal causa de acidentes fatais e foram observados no canteiro de obras estudado, além do uso inadequado do cinto de segurança nos andaimes em que estava sendo executada a alvenaria. Os operários estavam com o cinto, mas não o prenderam na Linha de Vida.

Ficam evidenciadas duas situações falhas. Na primeira delas há de se ressaltar que o treinamento de EPI, como é ministrado, não apresenta efetividade para o operário, já que ele, colocado em uma situação passiva, não constrói saberes que seriam exitosos em uma situação prática. Em uma segunda observação, vale destacar a omissão da gerência em relação às condições do meio ambiente de trabalho, analisando somente sob o aspecto normativo (NR's).

Segundo Borges e Peixoto (2011), o termo condições de trabalho é utilizado de maneira pouco consensual; alguns autores se prendem a aspectos do entorno das atividades do trabalho enquanto outros envolvem também o conteúdo e a realização das atividades. Os autores afirmam que a construção conceitual acerca do que se entende por condições de trabalho ocorreu em conjunto com a elaboração de tipologias que abarcam, entre outros aspectos, as relações interpessoais e as práticas sociais relativas à gerência do trabalho. Assim,

As práticas sociais vivenciadas no âmbito interpessoal e as ações de gestão são elementos configurantes das condições de trabalho e incorporam e refletem a inserção socio cultural dos atores (operários e representantes patronais) (BORGES; PEIXOTO, 2011, p.6).

Borges e Peixoto (2011), em seus estudos sobre a discriminação social de operários, apontam alguns significados atribuídos por operários da construção de edifícios, em relação ao trabalho, Dentre eles: responder às exigências sociais e realização pessoal, "no sentido de que vivenciam prazerosamente os desafios inerentes às suas tarefas e atribuir elevada centralidade ao trabalho nas suas vidas" (BORGES; PEIXOTO, 2011, p. 2).

Sobre os riscos que permanentemente os operários estão expostos, Ônix relata sua experiência ao presenciar um quase acidente:

O exemplo foi do cinto que aconteceu... o rapaz chegou... não foi nesse prédio não, foi na Sete de Setembro... chegou e pegou o carrinho sem o cinto, aí o guincheiro... na época tava meio ressaquiado no dia, na segunda-feira, sem cinto, eu que segurei ele pra ele não cair. O Geraldinho da Tabatinga. Nossa Senhora, eu fiquei com medo, eu tremi mais do que ele. Eu tava de cinto e segurei ele, se não ele ia. Era pra ele tá no chão uma hora dessa (Entrevista realizada em julho de 2020).

Nesse relato constatamos a ineficiência dos treinamentos de segurança, pois o “esquecimento” de portar o EPI sinaliza que o operário não construiu saberes significativos sobre o uso do equipamento em sua rotina de trabalho.

O canteiro de obras é local de vários tipos de riscos ao trabalhador, dentre eles elencamos como os mais recorrentes a queda de altura, o choque elétrico e o corte de membros em máquinas. Tais fatores articulam-se diretamente com a pressão por produtividade, a falta de organização nos canteiros de obras, a negligência por parte dos empregadores no cumprimento às normas e treinamentos de segurança ineficientes.

Como se não bastassem todos esses condicionantes, há de se levar em conta também as condições psicoemocionais e/ou socioculturais dos operários da construção civil. Não raramente acontecem acidentes com trabalhadores após ingerirem bebidas alcoólicas, além das atitudes de exibicionismo e machismo, por se tratar de ambiente predominantemente masculino. Ademais há uma tendência à negação do risco, comprovada pelo fato de que, frequentemente, os trabalhadores se negam a usar os equipamentos de proteção individual (EPIs).

Quanto ao acervo e utilização de EPIs, Granada (julho 2020) informou que todos os trabalhadores recebem um balde contendo suas ferramentas de trabalho e seus EPIs. Cada trabalhador é responsável pelo seu balde. Nos dias nos quais foram realizadas as entrevistas todos usavam bota de segurança e capacete. Alguns trabalhadores usavam óculos de segurança e outros óculos escuros comuns. Quanto às luvas de segurança, somente alguns as calçavam (Diário de campo, 2020).

A empresa do campo de pesquisa fornece o EPI, oferece treinamento de utilização de EPI e também fiscaliza. Ao perguntar para Olho de Tigre, se os operários utilizam os equipamentos de proteção, ele diz que “Sim, deveria estar sempre usando, mas sempre encontra um ou outro que deixa de usar, mas a gente pegando a gente pune. Advertência, suspensão” (Entrevista realizada em julho de 2020).

Ademais, a utilização da própria palavra “punição/pune”, alude a um processo de ensino baseado no “medo” e na obediência às regras de forma irracional. Logo, o que notamos é que não se busca um processo de ensino-aprendizagem reflexivo e formativo, que prevê a construção de saberes de forma racional e ativa.

Aos indagar os operários sobre a frequência de acidentes de trabalho nas obras, quase todos disseram ter presenciado poucos acidentes. Segundo Rubi, “às vezes acontece da gente pisar num prego, mas não foi nada demais não, só começou a furar” (Entrevista realizada em julho de 2020). Já Quartz, em resposta a essa mesma pergunta, respondeu: “só uma vez que eu caí do prédio, mas eu tava todo equipado, não deu nada não”. Nos dois depoimentos é possível inferir que os dois acidentes ocorreram em função da ausência de medidas de prevenção coletiva no ambiente de trabalho: O prego fora do lugar, deixado como entulho no canteiro e a queda do operário, que deveria ser impedida por um guarda corpo de proteção.

### **Acidentes acontecem... ou... o que falta?**

Segundo os entrevistados, na obra escolhida como cenário dessa pesquisa, não havia ocorrido, até então, nenhum acidente grave. Isso serviu como motivação a passar para a próxima pergunta: na sua opinião, porque eles (os acidentes) acontecem? A resposta veio rapidamente: “falta de equipamento de segurança e de responsabilidade”.

A essa pergunta, cinco dos nove operários disseram que os acidentes acontecem por falta de atenção, um por falta de consciência, um por falta de responsabilidade, um por excesso de confiança e um

porque tem que acontecer. Todas as respostas apontam para a responsabilização do operário. Nenhum entrevistado demonstrou preocupação ou consciência das diversas condições inseguras verificadas na obra.

A resposta de Pirita chamou-nos a atenção: “Ah eu acredito que é porque tem que acontecer mesmo, não é nem questão assim de descuido, no caso, pouca das vezes é descuido, a pessoa tá distraída, acontece, mas a maioria das vezes é que tem que acontecer mesmo”. A resposta de Pirita nos leva a refletir sobre a responsabilidade atribuída ao trabalhador pelos acidentes no canteiro de obras: ao acaso de dúvida, o operário é quase sempre responsabilizado.

O operário se percebe como único responsável pela prevenção de acidentes, o que demonstra desconhecimento acerca da posição ativa que o trabalhador e o empregador devem compartilhar enquanto agentes responsáveis pela segurança do trabalho. Vilela, Iguti e Almeida (2004) argumentam que

Merece destaque o uso da idéia (sic) de ato inseguro para configuração sistemática da culpa da vítima nos casos de acidentes do trabalho. Construiu-se então um modelo conveniente e útil para a descaracterização da culpa do empregador ou de seus prepostos, mantendo-se deste modo um clima de impunidade em relação aos acidentes do trabalho (VILELA; IGUTI ;ALMEIDA,2004, p. 8).

A naturalização de atribuição de responsabilidade apenas ao operário pode ser percebida nas falas dos responsáveis pela obra. Ao ser indagada sobre as causas dos acidentes do trabalho, Ágata respondeu:

Ato inseguro e condição insegura. Somente essas duas opções. Simples assim... não é pra falar porque Deus quis... porque tinha que ser... não... Deus não tem nada com isso. Ou é o ato inseguro ou é a condição insegura. Não tem outro termo (Entrevista realizada em julho de 2020).

Cabe destacar que Ágata reproduz em sua resposta os termos utilizados nas normas, o que permite inferir a distância entre a linguagem técnica – provavelmente utilizada durante os treinamentos – e a linguagem adotada no cotidiano da obra, que envolve formas distintas de comunicação, sejam verbais ou corporais.

Segundo Olho de Tigre, os acidentes de trabalho devem ser atribuídos: “Normalmente à displicência, falta de seguir e usar um EPI adequado. Normalmente é uma desobediência das normas”. Há de se ressaltar novamente a essa resposta a culpabilização unilateral (aos operários) dos acidentes que ocorrem na construção civil, não havendo qualquer menção acerca da responsabilidade da equipe gestora do empreendimento e/ou dos empregadores. Nesse sentido, a afirmação contrasta até mesmo com a observação feita no espaço, já que, como mencionado anteriormente, até a escolha do local do refeitório (que cabe aos gestores e não aos operários) demonstra inobservância da equipe gestora da obra às normas de segurança.

Quando perguntado aos trabalhadores como eles se protegem dos riscos dos acidentes do trabalho, as respostas foram unânimes: por meio da utilização dos EPIs. Tais respostas demonstram que os trabalhadores possuem informação sobre a importância dos EPIs, no entanto, diante dos relatos dos trabalhadores, esse conhecimento não se traduz em utilização efetiva dos equipamentos, conforme já mencionado na postura de Quartzos. Tal constatação nos leva a uma reflexão acerca do processo de

ensino-aprendizagem e aos ensinamentos de Freire (1987).

O renomado pedagogo deixa clara a diferença entre passar informação e ensinar: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1987, p.47). Assim, nos cabe questionar a proficiência dos “treinamentos” que as empresas de construção civil, entre elas a empresa responsável pela obra em análise nesta pesquisa. Estariam eles favorecendo à instituição de práticas de ensino-aprendizagem que permitem a verdadeira construção de saberes? Práticas responsáveis pela emancipação do indivíduo e pelo autorreconhecimento de si mesmo como parte integrante e agente do processo de ensino? Ou estariam tais práticas relacionadas apenas a questões burocráticas e legais?

Segundo Topázio, “[...] os equipamentos de segurança, eu acho que é o que mais protege a gente, o cinto, uma luva, um óculos, acho que em geral ajuda muito né?”... E complementa se referindo ao cinto de segurança:

[...] no meio (se referindo ao centro do pavimento) parece que a gente fica um pouco mais tranquilo, agora nessas beiradas... aí eles tem de ta de cinto, bem amarrado, que é muito alto, se chegar a cair... igual ele mesmo falou... (se referindo ao acidente de Quartzzo) eu tava pertinho dele...ele caiu lá embaixo...se não fosse um cinto desse aqui ele não tava aqui com nós hoje não... graças a Deus um cinto e uma corda amarrada num pilar no outro, seguiu e salvou a vida dele né? Uma corda e um cinto de segurança né? (Entrevista realizada em julho de 2020).

Em relação a pergunta: você encontra dificuldades no dia a dia para praticar sua segurança? Que desafios? Pode dar exemplo? A esta pergunta, seis dos nove entrevistados disseram que não encontram dificuldades e o que os EPIs não incomodam. Os demais deram respostas variadas como a seguir.

Rubi disse que “o mais difícil é ter medo de altura”. Rubi é um operário da construção civil que tem que vencer o desafio de construir paredes na periferia de pavimentos em prédios. Pírita relatou que às vezes encontra dificuldade: “às vezes até mesmo um local seguro para atracar o cinto, algum obstáculo que a gente encontra, tem que deslocar ele antes de amarrar o cinto...é assim”. Jaspe revelou que “tem hora...tem hora que não tá preparado pra ter segurança...a gente que tem que tá caçando meios”, se referindo ao fato de a obra não possuir segurança.

Apenas dois depoimentos demonstram que os operários têm percepção das condições inseguras na obra, ainda assim, com ressalvas, já que não evidenciam a frequência das condições inseguras, optando pela utilização do modalizador informal “tem hora”, para demarcar o caráter esporádico em que ocorrem condições inseguras no canteiro de obras. Mais uma vez somos levados a refletir sobre a responsabilização do operário pelos acidentes de trabalho.

Segundo a gerência da obra, todos os trabalhadores recebem treinamento de segurança do trabalho, que são ministrados pela técnica de segurança do trabalho, a quem denominamos Ágata. Ela é contratada para prestar serviços de segurança em todas as obras da construtora, e por isso ela visita as obras eventualmente e é responsável pelos treinamentos de segurança tais como uso de EPI, combate a incêndio, primeiros socorros, trabalho em altura e uso de equipamentos perigosos. Segundo Olho de Tigre, os treinamentos são *in loco*, na obra. Em um primeiro momento é realizado um treinamento introdutório, no início do contrato de trabalho e depois, periodicamente, uma vez por mês, são realizados outros treinamentos. Foi enfatizado ainda que o treinamento para trabalho em altura é feito com

todos os funcionários.

Ágata explica que nos treinamentos não é usada nenhuma técnica de dinâmica de grupo. Ao ser perguntada como são os treinamentos, ela responde:

Data show... depende do treinamento.. tem treinamento teórico, tem prático, por exemplo...combate a incêndio, a gente usa extintores, colocam fogo, faz a prática... primeiros socorros também a gente tem a prática...é ...treinamento da NR-35, que é trabalho em altura...então, a gente ministra através de teórico usando o data show, vídeo... Todo o treinamento que eu tenho mesmo no computador e prático (Entrevista realizada em julho de 2020.).

Quando perguntados sobre como são os treinamentos, os operários dizem que são palestras sobre os riscos e como usar o EPI. A esse respeito, cabe destacar a resposta de Granada, que permite inferir que os treinamentos são complementados por um operário mais experiente:

Dos EPI's? O funcionário chega, primeiro dia, a gente pega o cinto, mostra pra ele como ele vai vestir o cinto, que tipo de luva ele vai usar pra tal tipo de serviço, capacete sempre...é...como ele vai ancorar o cinto...geralmente, esse negócio da ancoragem do cinto, a gente explica pra ele, dá uma aulazinha básica pra ele, só que a gente orienta ele a trocar ideia com outro funcionário ...quando for fazer isso, pergunta o fulano como que vai ser...que ele já tá sabendo, tal e explica. Porque talvez só a gente falar aqui embaixo, sem ir no lugar com ele, talvez não fica claro como que vai ser...aí a gente fala com ele, chega lá em cima...se é algum carpinteiro, por exemplo, ou vai trabalhar na carpintaria...a gente fala, conversa com o Reginaldo. O Reginaldo vai te explicar direitinho como que é...aí sempre respeitando isso. E agente orienta o rapaz também, o carpinteiro já mais antigo...no exemplo né? Fala assim: O fulano tá começando agora, da uma orientada nele na questão de segurança (Entrevista realizada em julho de 2020).

A partir do depoimento de Granada, é possível inferir que os saberes construídos na prática profissional, entendida nesta pesquisa como "saberes de prudência", são, além de desenvolvidos, trocados pelos operários. Apesar de não ser mencionada pela técnica em segurança do trabalho, percebe-se na resposta de Granada, como para os operários a troca de experiências é importante, necessária e valorizada pelos pares. Com relação à não menção dos saberes de prudência pela técnica em segurança do trabalho, acredita-se que esteja ligada ao desconhecimento deles. Estando limitada às regras impostas pelas normas, Ágata não percebe o quanto os saberes de prudência se presentificam e se fazem eficientes no espaço do canteiro de obras.

O operário mais antigo, aquele que possui maior experiência, é citado, de forma indireta, como um professor, capaz de, na prática, a partir de sua vivência e de experiências exitosas ao longo de sua carreira, colaborar de forma efetiva e eficaz com o processo de ensino-aprendizagem daqueles que se iniciam ou possuem pouca prática nas atividades da construção civil.

A esse respeito, vale evidenciar que em momento algum os gestores da obra mencionam a existência dessa troca de experiências, saberes de prudência, como parte do processo de construção de saberes na construção civil, desconsiderando assim todos os conhecimentos prévios, bagagem social, cultural, e principalmente profissional dos sujeitos trabalhadores da construção civil. Nesse sentido, realizam um

verdadeiro silenciamento dos saberes de prudência desses operários, a partir da construção de uma realidade por meio de um ponto de vista hegemônico, que implicitamente desconsidera os saberes do trabalhador.

Por meio das respostas dos trabalhadores foi possível perceber que os treinamentos seguem um modelo de ensino tradicional, baseado na simples “transmissão” de saberes, em que um único sujeito detentor do saber único e acabado fala e o outro deve “absorver” todo conhecimento.

Segundo Freire (2013), quase sempre, técnicos de boa vontade, deixam-se levar pela tentação tecnicista e em nome do “não perder tempo”, tentam, verticalmente, substituir os procedimentos empíricos do povo por sua técnica. Segundo Nascimento *et al.* (2010), tradicionalmente as discussões e ações relativas a riscos ocupacionais são realizadas por profissionais especialistas em segurança do trabalho por possuírem os conhecimentos técnicos necessários. Aos trabalhadores, cujo conhecimento não é reconhecido e validado, resta uma participação receptiva às demandas impostas pelas normas de segurança, ao respeito às regras e a utilização de equipamentos individual e coletiva.

Para Takahashi *et al.* (2012) as normas e os procedimentos constituem um modelo insuficiente para garantir a segurança de um sistema, já que é impossível prever, de antemão, todas as eventualidades do trabalho, a multiplicidade das ocorrências e a proliferação de microdetalhes cuja formalização implicaria num enorme e complexo labirinto de modos operatórios possíveis.

Quanto à participação dos operários nos treinamentos, eles dizem ter espaço para falar, mas preferem ficar só ouvindo: “Não gosto muito de falar não” (Quartzo); “Participo, uai...mais ou menos...eu sou mais de escutar.” (Topázio); “a minha participação é tá presente ali né? Escutar né?” (Cromita). Pelas respostas é possível perceber que não há uma interação entre os saberes técnicos e os saberes dos operários durante os treinamentos. Nesse sentido, segundo Takahashi *et al.* (2012), diz ser necessário repensar as práticas educativas que incorporem o saber fazer do operário.

Ao ser perguntada se nos treinamentos são realizadas discussões em grupo, Ágata respondeu que é “muito difícil, muito difícil. Já usei... mas não é frequente não”. Nesse sentido, é possível inferir que o saber do outro, operário, não é valorizado pela equipe gestora da obra. A realização de atividades em grupo possibilitaria alguma interação entre os operários que poderia resultar em discussões acerca de questões relativas ao trabalho.

De acordo com Takahashi *et al.* (2012) é necessária a adoção de novas metodologias e novos conteúdos para a formação de agentes multiplicadores de saúde e segurança na construção civil – dramatizações ou outras propostas didáticas alternativas, como estratégias de formação em saúde e segurança na construção civil e outros ramos de atividades, conforme os saberes dos trabalhadores a quem se destina o aprendizado. Quando questionados os gestores sobre os incentivos à participação do trabalhador durante os treinamentos de prevenção de acidentes, Ágata responde afirmativamente: “Todos têm que participar. Todos!”. Olho de Tigre disse: “Sim, incentiva. É obrigatória a presença”. Segundo Ônix,

a técnica de segurança nossa dá a palestra dela, a aula dela e abre espaço pra eles falarem, pergunta se alguém quer falar...mas geralmente eles não falam, só que aí ela gosta de perguntar...de chamar a atenção da pessoa específica: ‘o fulano e aquele dia...aquilo..’. (Entrevista realizada em julho de 2020.)

Cabe destacar que há distinta interpretação da pergunta pelos operários e a ge-

<sup>3</sup>A abordagem sócio - interacionista concebe a aprendizagem como um fenômeno que se realiza na interação com o outro. A aprendizagem acontece por meio da internalização, a partir de um processo anterior, de troca, que possui uma dimensão coletiva. Segundo Vigotsky, a aprendizagem deflagra vários processos internos de desenvolvimento mental, que tomam corpo somente quando o sujeito interage com objetos e sujeitos em cooperação. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento.

rência. Enquanto os operários entendem que a participação é sobre a interação entre operário e o palestrante (no caso, a técnica de segurança), a gerência entende que a participação é a presença do trabalhador no curso. Ou seja, a responsável por ministrar o treinamento dos trabalhadores da obra, Ágata, desconhece e/ou negligencia os pressupostos básicos que norteiam o processo de ensino da perspectiva sociointeracionista<sup>3</sup>, acabando por fazer uso de métodos de ensino que não preveem a interação e a troca para construção de saberes.

A chamada metodologia tradicional de transferência do conhecimento, na qual o professor e o ato de ensinar são mais importantes do que o aluno e o fato de aprender (FREIRE, 2009), foi observada na obra pesquisada. Segundo Ágata, em seus treinamentos, os trabalhadores são convidados a falar, mas conforme é possível perceber por meio dos relatos, são pouco participativos. Importante destacar que ao agente mediador do processo de ensino-aprendizagem não cabe apenas o papel de transmissor do conhecimento, e sim buscar formas e estratégias que sejam capazes de tornar o processo de ensino algo engajador, que atraia a atenção e permita que os sujeitos tenham oportunidades reais e efetivas de, por meio da e na interação, construir saberes reais, úteis e por isso mesmo, exitosos.

Segundo Nascimento *et al.*, (2010), um modelo metodológico que se pretenda eficaz na prevenção dos riscos ocupacionais, visando a promoção da saúde, deve-se pautar pela incorporação dos trabalhadores como atores desse processo. Ou seja, um treinamento que reconheça a importância da técnica e do conhecimento científico, mas que também valorize a participação efetiva dos trabalhadores, a partir do reconhecimento de seus saberes, de suas experiências e de suas vivências subjetivas.

As autoras dizem também que os estudos que redundaram nos entendimentos acerca dos “saberes de prudência” (CRU, DEJOURS, 1987 *apud* NASCIMENTO *et al.*, 2010) e de “regras de ofício” surgiram a partir de uma pesquisa realizada com trabalhadores da construção civil na França. Os frutos dessa pesquisa demonstraram que os trabalhadores eram capazes de evitar acidentes através da experiência e dos saberes acumulados ao longo dos anos de atividades profissionais, o que também foi evidenciado nas investigações da presente pesquisa.

Citrino, operador de guincho, desenvolveu sua própria técnica de proteção: “[..] igual no guincho, eu fico muito com a cabeça no poço do elevador, sempre tem que usar capacete, eu costumo subir e por uns madeirites tampando um andar acima do que eu tô, faço tipo uma varanda pra evitar ficar caindo as coisas na minha cabeça”. Citrino é o operário com menos tempo de trabalho na construção civil, porém já desenvolveu as suas “técnicas de prudência”.

Em outro relato, Ônix diz ter desenvolvido um tipo de fechamento do poço do elevador para mexer com o carrinho de concreto ou entulho. Cristal, o mestre de obras, dá lição de saberes de prudência quando perguntado como seus conhecimentos e experiência o ajudam a evitar acidentes, ele responde:

Pensando que ele pode acontecer...manter sempre atento né? Primeiro de tudo é atento...não chegar em local de risco ‘desaprevenido’, que eu acho que é o que mais causa o acidente ou a pessoa pensar assim...eu vou lá é só uma vez. Talvez não tem volta. (Entrevista realizada em julho de 2020.)

É urgente e necessário que se tenha ouvidos para ouvir os trabalhadores, as principais vítimas da precariedade do sistema de organização, prevenção e análise dos acidentes do trabalho. Que a participação não seja um simples cumprimento de regras pré-estabelecidas pela legislação.

A defasagem existente entre as normas de segurança e o *savoir-faire* dos trabalhadores demanda

que seja construída uma noção de risco ocupacional integradora. De um lado, que as políticas de prevenção dos riscos ocupacionais sejam elaboradas de modo a incorporar as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras— principais interessados na promoção e preservação da saúde no trabalho — e, de outro lado, que o saber técnico especializado possa servir como ferramenta de auxílio à prevenção, visando à integridade da vida humana (NASCIMENTO *et al.* 2010, p.5).

Fonseca e Lima (2007) afirmam que os acidentes ocorrem não porque os riscos sejam desconhecidos ou os trabalhadores não sejam treinados, mas pela limitação do modelo de formação baseado essencialmente em normas e procedimentos técnicos transmitidos aos trabalhadores via educação formal. E que a aprendizagem acontece antes mesmo do trabalhador chegar ao canteiro, e prossegue na entrada da obra na aquisição de referências espaciais e temporais utilizadas nos momentos de cooperação e de trocas de experiências (de trabalho e de vida) indispensáveis para eficácia das ações técnicas.

O sentimento de solidariedade do grupo é percebido nas ações dos trabalhadores em que a partir de ações de proteção individuais constroem uma relação de cumplicidade, no cuidado com a proteção do coletivo. Às perguntas “você conversa sobre os riscos no trabalho com seus colegas? Se sim, acha que essas conversas te ajudam a evitar acidentes? Como?” Rubi diz que “sempre um chamando a atenção do outro, falando...se ver alguém sem os EPI, falando pra usar.” Topázio afirma que “Converso, ajuda...igual assim...a gente tem muito medo daquele poço do elevador, se chegar a cair ali...é muito alto, eu não sei quantos metros tem não, mas é muito alto.Se chegar cair ali, não sobrevive não...é muito perigoso.”

Já Piritá responde que: “Converso... ajuda porque futuramente pode passar por uma ocasião daquela comentada por um colega de trabalho e a gente lembrar e evitar de cometer os mesmos erros que aquela pessoa cometeu”. A conversa, a troca de experiência, dos saberes de prudência e dos saberes de ofício fazem parte da construção da carreira profissional do operário da construção civil, embora não sejam consideradas pelos gestores. Escutar, valorizar e reconhecer a participação dos trabalhadores nos cursos, valorizar a história de vida de cada um, contextualizar situações de risco a partir da realidade vivenciada nas obras, podem construir autonomia para além do canteiro de obras. Aquele que pratica a arte da comunicação, que se arrisca a falar e deixar de ser somente ouvinte, pode participar melhor da vida em família, do bairro e até mesmo da cidade.

## Consideração Finais

Falar sobre os saberes de prudência é reconhecer o processo de construção de conhecimento que se efetiva na construção civil: cotidianamente o trabalhador interage com o outro, ensina e compartilha saberes. No entanto, os chamados saberes de prudência, constituídos durante a prática laboral, são, grande parte das vezes, silenciados e esquecidos em função dos treinamentos abordarem somente os saberes formais/científicos/normativos que são repassados pelos gestores.

Em um canteiro de obras, a segurança, para além do individual é uma questão coletiva, aprendida entre os pares: um é responsável pela proteção do outro. Nessa relação se constitui o aprendizado, a troca de saberes e experiências entre os trabalhadores. Contudo, falta ao trabalhador o saber institucionalizado/valorizado pelo patrão, e não raro ele acaba achando que a lhe falta, inclusive, a capacidade de aprender, já que muito do que é “transmitido” nas palestras, não é por ele compreendido. Assim, constitui-se como uma ausência no mundo, alguém que implicitamente não se vê como um agente par-

participativo, atuante e emancipador, capaz de refletir e intervir de forma ativa para alterar para melhor o meio em que vive e trabalha.

Os agentes responsáveis pelos processos de ensino-aprendizagem nos canteiros de obras são os gestores. Munidos de potencial gerenciador e meios de execução, cabe a eles não apenas garantir a execução da obra, mas antes de tudo assegurar de maneira exitosa, eficaz e formativa que as ações de segurança se façam presentes. Para tanto, é necessário que haja interação entre gerência e operários para a transformação do ambiente de trabalho, que deve ser norteada pelo reconhecimento dos saberes de prudência dos operários e de seu protagonismo na construção civil. Diante do exposto, é fundamental que as capacitações relativas à segurança do trabalho, propostas no âmbito da construção civil, incorporem o “saber fazer” do trabalhador como fonte de conhecimentos relevantes e eficazes.

O reconhecimento do outro e seus conhecimentos prévios como válidos e eficazes, capazes de colaborar de forma efetiva para a construção de um espaço de trabalho mais seguro e saudável, modifica não só o meio, mas primordialmente a postura, a atuação do sujeito em seu meio, promovendo bases para a emancipação humana em quaisquer locais e tempos, que amplia as perspectivas de desenvolvimento local.

### Referências Bibliográficas

- ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 18 – Condições de segurança e saúde no trabalho na indústria da construção**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2020.
- BORGES, Livia de Oliveira; PEIXOTO, Tamara Palmieri. Ser Operário da Construção Civil é viver a Discriminação Social. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v.11, n. 1, p.21-36. jan-jun 2011
- CARVALHO, Daniela Buba; FREITAS, Maria do Carmo Duarte. **Capacitação a distância em Saúde e Segurança do Trabalho: Fatores críticos identificados em Curitiba e Região Metropolitana**. XIII SEPROSUL Semana de la Ingeniería de Producción Sudamericana Junho de 2013, Gramado – Brasil.
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada, a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho necessário**. v. 3, n. 3, p. 1-20, 2005.
- COSTA, Luciano Rodrigues. **Trabalhadores em Construção, redes sociais e qualificação na construção civil**. Tese de doutorado. Campinas, 2010
- CUNHA, Sebastião F. **Perfil do Mercado de Trabalho Brasileiro e dos Trabalhadores na Construção Civil (capítulo do livro Saúde e Segurança no Trabalho na Construção Civil Brasileira, 2015)**
- DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 20, n. 24, p. 213-225, dez. 2004.
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo *et al.* **Saúde e segurança do trabalho na construção civil**. Aracaju: J. Andrade, 2015. 192 p.
- FONSECA, Eduardo Diniz; LIMA, Francisco de Paula Antunes. **Novas tecnologias construtivas e acidentes na construção civil: o caso da introdução de um novo sistema de escoramento de formas de laje**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, 32 (115): 53-67, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. (39. ed.). São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Paz e Terra, 2013. Recurso digital.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.
- GANEM, Valérie; RODRIGUES, Martha Veras « **Quel est l’impact de la faim et de la lutte pour la survie sur le rapport subjectif au**

**travail ?** », Perspectives interdisciplinaires sur le travail et la santé [En ligne], 18-1 | 2016, mis en ligne le 01 mai 2016, consulté le 30 avril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pistes/4673> ; DOI: 10.4000/pistes.4673.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE Cidades. **Panorama**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bom-despacho/panorama> Acesso em: 24 de maio 2021.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

NASCIMENTO, Elvia Lane Araújo; *et al.* **RISCOS OCUPACIONAIS: DAS METODOLOGIAS TRADICIONAIS À ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO**. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 22 – n. 1, p. 115-126, Jan./Abr. 2010.

OLIVEIRA, João Cândido. **Segurança e saúde no trabalho uma questão mal compreendida**. São Paulo: *Em Perspectiva*, 17(2) 2003.

PARENTI, M. G. F. TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E A EXPERIÊNCIA ESCOLAR: SIGNIFICADOS CONSTRUÍDOS EM UM CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL. **Trabalho & Educação**, [S. l.], v. 6, p. 174–175, 2013.

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9177>. Acesso em: 1 mar. 2021.

TAKAHASHI, Mara Alice Batista Conti; *et al.* **Precarização do Trabalho e Risco de Acidentes na construção civil: um estudo com base na Análise Coletiva do Trabalho (ACT)**. *Saúde Soc.* São Paulo, v.21, n.4, p.976-988, 2012.

TENÓRIO, F.G.; ROZEMBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. In: **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: EBAP/FGV, v.31, n. 4, p. 101-125, jul./ago./1997.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **(Re) Visitando o Conceito de Gestão Social**. **DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO**. Editora Unijuí • ano 3 • n. 5 • jan./jun. • 2005. Pg. 101-124.

TOMASI, A. **A construção social da qualificação dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte: um estudo sobre os mestres-de-obras**. Belo Horizonte: CNPq, 1999. Relatório.

VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia & IGUTI, Aparecida Mari & ALMEIDA, Ildeberto Muniz. **Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes do trabalho**. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 20(2):570-579, mar-abr, 2004.

## **Patrimônio Líquido: Requalificação do Reservatório da Quinta da Boa Vista**

*Water Equity: Requalification of Quinta da Boa Vista Reservoir*

**Equidad: Mejora del embalse de Quinta da Boa Vista**



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v14i2.3415>

**Fanny Pontes de Macedo**

Especialista em Gestão e Restauro do Patrimônio pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/DAU/ESDI.

e-mail: [fannypmacedo@gmail.com](mailto:fannypmacedo@gmail.com)



<https://orcid.org/0000-0001-8210-8426>

**Patrícia Regina Chaves Drach**

Professora do Programa em Pós Graduação Urbanismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

e-mail: [patricia.drach@gmail.com](mailto:patricia.drach@gmail.com)



<https://orcid.org/0000-0002-1548-4592>

Recebido em: 27/10/2021 – Aceito em 15/12/2021

**Resumo:** Há necessidade de proteger o patrimônio cultural para contar a história da paisagem e incentivar a relação da cidade com a gestão ambiental urbana e patrimonial. Sendo a água, elemento essencial para a existência humana, um patrimônio líquido, faz-se necessário valorizar e proteger esse bem. Este trabalho pretende analisar o reservatório da Quinta da Boa Vista, entendendo sua história e importância para a cidade. A partir da coleta de dados, são propostas estratégias de requalificação do reservatório e seu entorno capazes de incorporá-lo à vida da cidade. Para tal, propõe-se a criação de um "Museu da Água da Quinta da Boa Vista", com a retomada de seu uso, a criação de um espaço de apoio e de um percurso de chegada indicando o caminho das águas na cidade. Pretende-se, ainda, conectar o "Museu" ao campus da UERJ contribuindo para ocupação e segurança do lugar e para sua inserção na cidade.

**Palavras-chave:** patrimônio líquido; requalificação; reservatório da Quinta da Boa Vista.

**Abstract:** It seems to be a consensus, at least in theory, the relevance of acting in the protection of cultural heritage, both to tell the story of the landscape and to encourage the relationship of the city with the urban environmental management and heritage. As water is an essential element for human existence, man has developed, over time, infrastructures to transport and store water when it is not available nearby. Being an element of fundamental importance for the continuity of life, a liquid patrimony, it is necessary to value and protect this vital asset. This work intends to analyze the Quinta da Boa Vista reservoir, as a case study, to understand its history and its importance to the city of Rio de Janeiro. After collecting data on its history, use and current situation, we hope to propose strategies for the requalification of the reservoir and its surroundings capable of actively incorporating it into the life of the city. The requalification proposal involves the development of a "Quinta da Boa Vista Water Museum", in which the reservoir will have its use resumed, involves the creation of a support space and, also, the development of an arrival route able to relate the path of the waters in the city of Rio de Janeiro. The action proposes to connect the space of the "Museum" with the campus of Rio de Janeiro State University, contributing to the occupation and safety of the place and to its insertion in the city.

**Keywords:** equity; requalification; Quinta da Boa Vista reservoir.

**Resumen:** Parece ser un consenso, al menos en teoría, la relevancia de actuar en la protección del patrimonio cultural, tanto para contar la historia del paisaje como para fomentar la relación de la ciudad con la gestión ambiental urbana y el patrimonio. Como el agua es un elemento esencial para la existencia humana, a lo largo del tiempo el hombre ha desarrollado infraestructuras para transportar y almacenar el agua cuando no está disponible en las cercanías. Al ser un elemento de importancia fundamental para la continuidad de la vida, un patrimonio líquido, es necesario valorar y proteger este activo vital. Este trabajo pretende analizar el embalse de la Quinta da Boa Vista como estudio de caso para comprender su historia y su importancia para la ciudad de Río de Janeiro. A partir de la recopilación de datos sobre su historia, uso y situación actual esperamos proponer estrategias de recualificación del embalse y su entorno capaces de incorporarlo activamente a la vida de la ciudad. La propuesta de recualificación implica el desarrollo de un "Museo del Agua de la Quinta da Boa Vista", en el que se retomará el uso del embalse, implica la creación de un espacio de apoyo y también el desarrollo de una ruta de llegada capaz de relatar el recorrido de las aguas en la ciudad de Río de Janeiro. La acción propone conectar el espacio del "Museo" con el campus de la Universidad del Estado de Río de Janeiro, contribuyendo a la ocupación y seguridad del lugar y a su inserción en la ciudad.

**Palabras clave:** equidad; recalificación; embalse de Quinta da Boa Vista.

## Introdução

Os reservatórios de água fazem parte não apenas da história da cidade e do estado do Rio de Janeiro, mas também do dia a dia da população, pois eles são elementos de suma importância para o abastecimento de água potável e, além da sua função técnica possuem valor arquitetônico e guardam um potencial natural e cultural aparentemente pouco explorado. Tendo em vista os inúmeros atrativos desses bens, torna-se necessário o incentivo para explorar esses espaços de maneira a aproximar a população de seus bens culturais e disseminar informação através de seus referenciais de cultura e lazer.

Dentre os reservatórios encontrados na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores, o da Quinta da Boa Vista, construído em 1867 na chácara de propriedade João José Duarte e irmãos, chama a atenção pela sua proximidade com o Paço de São Cristóvão. Tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC (Número do processo: E-18/001.542/98), foi construído em 1867 e era também conhecido como Reservatório de São Cristóvão ou do Barro Vermelho (INEPAC, 2013). Dada sua localização no alto do Morro do Barro Vermelho ele possuía uma vista panorâmica da região da Quinta da Boa Vista e do bairro de São Cristóvão. Sua construção, entre as décadas de 1850 e 1880, ocorre no momento da construção de outros reservatórios na cidade do Rio de Janeiro (INEPAC, 2013) como o da Caixa Velha da Tijuca, no Alto da Boa Vista (1850), o do morro do Inglês, no Cosme Velho (1868) e o do morro do Pinto, também no Alto da Boa Vista (1874).

As obras para a construção dos reservatórios a partir da década de 1850, segundo INEPAC (2013), fizeram parte de um conjunto de medidas que visavam não só melhorar, bem como expandir o abastecimento de água na Capital do Império. Surge assim, o reservatório do Barro Vermelho ou da Quinta da Boa Vista, objeto de estudo dessa pesquisa em uma perspectiva de integrar suas ruínas e seus equipamentos adjacentes ao uso da cidade, trazendo, portanto, vida a essa proposta de um "Museu da Água da Quinta da Boa Vista". A requalificação indicada envolve ações diretamente no bem tombado, mas também em seu entorno e acesso e, ainda na comunicação entre o conjunto e a cidade.

## A Cidade do Rio de Janeiro e a Água

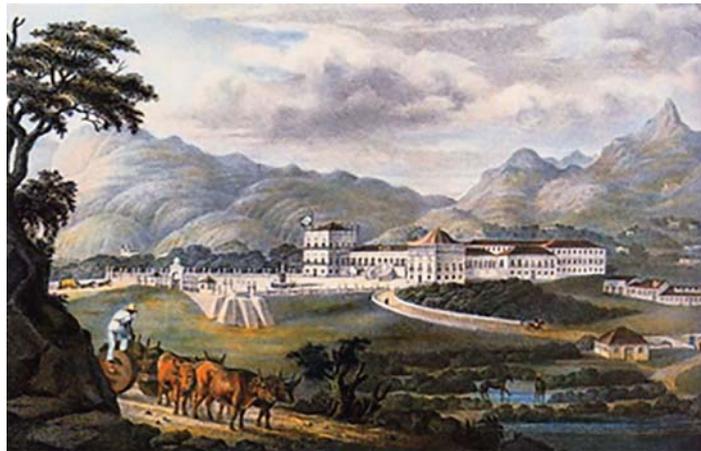
Cercada pela água, a cidade do Rio de Janeiro tem sua criação e desenvolvimento totalmente liga-

dos a esse elemento natural. O mar, os lagos, os rios e mangues são testemunhas das mudanças que ocorreram desde o primeiro núcleo da cidade até a conformação da paisagem como é conhecida atualmente.

Apesar da forte presença de água na região, Abreu (1992) aponta que problemas de abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro existem desde seu núcleo fundacional, uma vez que a cidade estava situada sobre uma região que não oferecia água própria para consumo. A água encontrada no subsolo apresentava uma quantidade de sal além da aceitável para água doce, sendo, portanto, salobra. A presença de pântanos e brejos na região indicavam ainda a existência de água brejosa ou paludosa, também imprópria para o consumo.

O sistema de captação e distribuição de água na cidade fazia uso da mão de obra escrava, com o trabalho dos chamados "escravos aguadeiros" encarregados do transporte diário de barris de água na cabeça, que coletavam a água no "curso no alto curso do rio Carioca" para fazer a distribuição na cidade (ABREU, 1992). Na litografia da Figura 1, de Karl Robert, Barão de Planitz (1835-1840) está o desenho da Quinta da Boavista, tendo um carro de bois no primeiro plano da imagem e ao fundo pode ser observado o pico da Tijuca.

**Figura 1:** Litografia aquarelada do Palácio da Boa Vista



**Fonte:** Planitz, Karl Robert, Barão de, 1835-1840.

A observação da imagem pode sugerir a origem do nome Boa Vista, principalmente se associada a imagens que indicam a presença da enseada de São Cristóvão, trazendo o mar às proximidades do Paço (Figura 2). Na partir da pintura da Figura 2, nota-se à esquerda da imagem e ao alto, o Lazareto, antiga sede da Fazenda dos Jesuítas. Ao fundo está a praia de São Cristóvão, completando a Boa Vista.

**Figura 2:** Vista do Saco do Alferes e de São Cristóvão



**Fonte:** Steinmann, Johann Jakob, 1834.

<sup>1</sup>Fotografia de. Autor: In: Gilberto Ferrez. Iconografia do Rio de Janeiro - Catálogo Analítico 1530-1890 Volumes I e II Edição Casa Jorge Editorial - Rio de Janeiro. <http://historia.jbrj.gov.br/original/foto0012original.jpg>

Mello (2010) aponta as importantes mudanças que a cidade do Rio de Janeiro vivenciou a partir da chegada da Corte portuguesa tantos nos aspectos físicos quanto no comportamento de parte da população. A autora cita a “expansão dos limites geográficos e a atribuição de novas funções a diversos espaços da cidade”. Esse crescimento da cidade, como Capital do Império, promove o aumento da demanda por água e, conseqüentemente, da distância a ser percorrida para obtê-la.

As transformações na cidade aconteceram à medida que o tecido urbano se expandia, e para que tal expansão ocorresse algumas dificuldades foram resolvidas com aterramentos, pois uma das limitações é exatamente a geografia da cidade, situada entre o mar e a montanha. Em consequência do rápido crescimento da população, aumentou a demanda por água, e as obras de ampliação do sistema de abastecimento eram contínuas.

As marcas na paisagem da cidade são formadas por acréscimos e ausências. Inclusive apagando um dos pontos de fundação da própria cidade, marcada pelo desmonte do Morro do Castelo, derrubado para ampliação da região central da cidade, onde hoje sua lembrança se limita basicamente ao nome de seu desaparecimento, Morro do Castelo. Ao passo que outros elementos foram inseridos para suprir a necessidade de água da cidade, como o Aqueduto da Carioca. Obra de infraestrutura mais conhecida atualmente como os Arcos da Lapa, que não apenas resiste ao tempo, mas se transformou em símbolo da cidade do Rio de Janeiro e ampliou o significado dessa arquitetura.

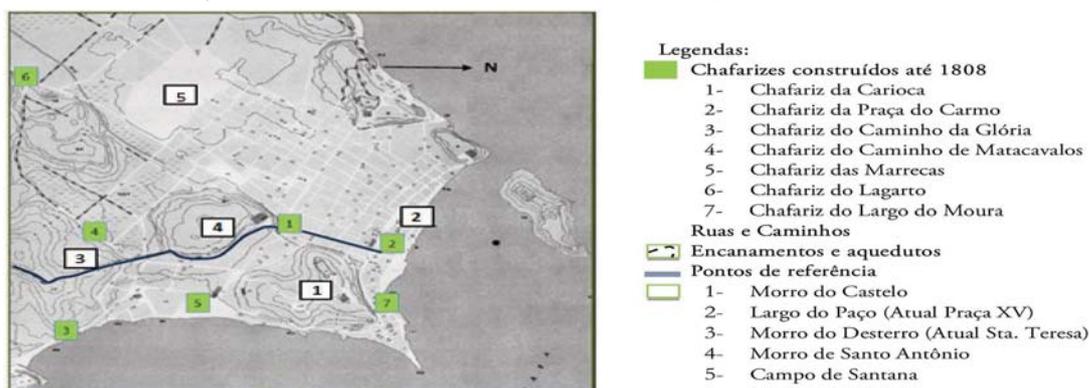
A relação da população do período colonial com esse equipamento era essencialmente de necessidade básica, pois desde os núcleos iniciais havia grande dificuldade em se obter água. À medida que o homem vai buscando na natureza recursos, essas intervenções produzem impactos na paisagem natural. No caso da água, todo o sistema de abastecimento transforma em algum nível essa imagem inicial, desde a captação até sua distribuição. Essa rede de equipamentos (aquedutos, reservatórios, bicas, poços, chafarizes) tenta facilitar o acesso da água nas áreas urbanas centrais da cidade, pois todo esse percurso, desde os mananciais até a população era feito através da mão-de-obra escrava. Esses elementos, a princípio técnicos, também revelam outros aspectos, pois são pontos de interseção entre o ambiente natural e a paisagem cultural. Seu valor para sociedade foi ampliado e reconhecido como patrimônio, no entanto a maioria dessas bicas, reservatórios e aquedutos não contribuem mais para o sistema atual e encontram-se em estado de abandono.

Para compreender a importância tanto no passado como atualmente dessas construções, em destaque os reservatórios, é necessário analisar o contexto socioeconômico do período de criação destas estruturas. Desde a conformação inicial da cidade do Rio de Janeiro o abastecimento de água já era um desafio, conforme apontado por Abreu (1992), à medida que a cidade se expandia essa demanda aumentava, porém os esforços para solucionar o problema não eram suficientes. Fatores como indicadores demográficos incertos, estiagem e desmatamento das matas próximas às nascentes, esse último causado por diversos motivos e mais frequente à medida que a cidade ganhava importância.

O Maciço da Tijuca foi responsável pelo abastecimento de toda a cidade até aproximadamente o final do século XIX, sendo essa uma região onde existia uma variedade de atividades de importância tanto econômica como social, muitas delas incompatíveis, como disse Almeida (2010), com seu propósito mais nobre de fornecer água a toda população. Entretanto, o volume de água disponível ia se reduzindo conforme as plantações de café se estendiam e o produto ganhava relevância, mas não unicamente a terra das florestas era explorada, pois a cidade consumia lenha e pedras retiradas do alto das montanhas. Lá também era refúgio dos escravos que buscavam abrigo nos quilombos. Posteriormente, as fábricas se instalaram na região devido ao acesso fácil a matéria prima para geração de energia.

A primeira tentativa para canalizar as águas do rio Carioca se deu ainda no início do século XVII, no entanto, a construção do Aqueduto da Carioca só foi concluída em 1723, obra entregue com mais de 100 anos após seu início. As águas do rio Carioca agora eram direcionadas para as bicas e chafarizes espalhados pela cidade. Na imagem da Figura 3 é possível observar a distribuição dos chafarizes na cidade do Rio de Janeiro em 1808 e são indicados ainda, para melhor localização, pontos de referência da cidade, dentre eles o Morro do Castelo e o Largo do Paço.

**Figura 3:** Distribuição dos chafarizes na cidade do Rio de Janeiro, em 1808



**Fonte:** Frias, Renato Coimbra, 2013.

Apesar do avanço gerado por esse primeiro sistema de abastecimento, ainda era de difícil acesso, pois a população ainda precisava se deslocar até esses equipamentos, e quanto mais distante das freguesias centrais pior era o deslocamento devido às grandes distâncias percorridas e os obstáculos pelo caminho. As transformações espaciais na cidade que ocorreram no período colonial eram decorrentes de ações pontuais para resolução dos problemas da população, as questões de saneamento básico eram um desafio enorme. O escoamento do esgoto era direcionado para os muitos brejos, mangues, pântanos e valas onde eram transportados por mão-de-obra escrava conhecidos como "tigres". As águas pluviais também causavam transtornos numa cidade em que a elevação em relação ao nível do mar é pouca, ocasionando transbordamentos das valas e por conseguinte, causando alagamentos. Mudanças mais efetivas para resolução de questões ligadas a infraestrutura precária da então colônia se iniciam com a chegada da Corte Portuguesa em terras tropicais.

Ao analisar a Figura 3 é possível identificar a concentração dos pontos de acesso a água captada nas montanhas e direcionada exclusivamente às freguesias centrais. Até 1808 apenas esse núcleo urbano da cidade possuía chafarizes, que eram fontes de fornecimento mais comum de abastecimento d'água, ou seja, as regiões periféricas onde se concentravam a maioria da população de classe pobre e trabalhadora não usufruía desses equipamentos. Este cenário viria sofrer mudanças com o desembarque da realeza, e em pouco tempo a distribuição dos chafarizes se alteraram. Na Figura 4 estão indicados os pontos de coleta de água, os chafarizes existentes até o ano de 1821.

**Figura 4:** Distribuição espacial dos chafarizes na cidade do Rio de Janeiro, até 1821



**Chafarizes construídos até 1821**

- 1- Chafariz da Carioca
- 2- Chafariz da Praça do Carmo
- 3- Chafariz do Caminho da Glória
- 4- Chafariz do Caminho de Matacavalos
- 5- Chafariz das Marrecas
- 6- Chafariz do Lagarto
- 7- Chafariz do Largo do Moura
- 8- Chafariz do Campo de Santana
- 9- Chafariz do Catumbi
- 10- Chafariz do Riachuelo
- 11- Chafariz do Largo do Machado

**Fonte:** Frias, Renato Coimbra, 2013.

Até início do século XIX as regiões que vieram a ser conhecidas, posteriormente, como freguesia de São Cristóvão e do Engenho Velho não possuíam sequer um ponto de acesso a essa água canalizada através do sistema de captação do Rio Carioca. O percurso até os pontos públicos de coleta de água era distante por terra e bastante dificultoso quando feito pelo mar através de canoas pelo Saco de São Diogo, também chamado de Enseada de São Cristóvão. Inicialmente a freguesia de São Cristóvão não possuía chafariz, sendo necessário ir até as freguesias centrais para abastecer (Figura 2). O aterramento do Saco de São Diogo em meados séc. XIX facilitou o acesso da freguesia de São Cristóvão às “freguesias urbanas”.

## O Abastecimento de Água na Cidade e o Reservatório da Quinta da Boa Vista

O sistema de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX era composto de bicas, chafarizes, reservatórios e poços que faziam parte desse arranjo onde o objetivo era levar a água da nascente até as áreas urbanas para consumo da população. Mas a escassez de água é um problema crônico que começou a ser analisado mais atentamente com a chegada de D. João VI. Com o aumento da demanda por água, os reservatórios e outras estruturas que fazem parte do sistema de abastecimento foram sendo construídos ao longo dos séculos.

A chegada da Família Real em 1808 foi de fundamental importância para uma radical transformação urbana da cidade. Além da importância econômica que o Rio de Janeiro conquistou, a capital da colônia passou a ser morada da nobreza. E para acomodar os novos residentes seria necessária uma revolução de múltiplas frentes para transformar aquela cidade de imagem precária, que refletisse a responsabilidade de ser a sede do império português.

Seria necessária uma mudança estrutural, o modelo de regime colonial é substituído e novas posturas políticas, econômicas e sociais são adotadas. O impacto da transferência da corte para o Rio de Janeiro impulsionou o aumento dos limites da cidade com a criação de novas freguesias e facilitou a conexão ao centro urbano de freguesias como a de São Cristóvão e Engenho Velho que anteriormente se limitavam a atividades agrárias. Os 15.000 novos habitantes da cidade foram residir em grande parte nas freguesias urbanas da região central, já a família real se instalaria na freguesia de São Cristóvão.

A transferência para São Cristóvão se deu por meio de doação da propriedade de Elias Antônio Lopes, comerciante da cidade que possuía uma das maiores residências. Mas o antigo proprietário não saiu de mãos vazias, recebeu uma indenização de quantia considerável pelo gesto, o qual alguns autores julgam de caráter político. Anteriormente, a região era uma fazenda administrada pelos Jesuítas e, posteriormente, confiscada pelo governo depois da expulsão. A área foi dividida em parcelas menores e vendidas. A Quinta da Boa Vista passou então a ser residência de D. João e sua família a partir de 1808,

iniciando um processo de transformação não só da propriedade para melhor acomodar os novos moradores, como de toda a região.

O ritmo das mudanças na cidade se tornou mais acelerado, pois seria necessário executar melhorias em diversos setores para corresponder às necessidades da realeza. Para solucionar um dos problemas da antiga colônia, a Intendência Geral de Polícia, que também era responsável pelas ações de infraestrutura urbana, iniciou enfim as obras de caráter emergencial de abastecimento d'água. O plano de ampliar a captação de novas fontes não era inédito, já havia sido pensado em 1788 por Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, porém apenas no final de 1808 se iniciou a canalização do Rio Comprido, sua nascente pertencente à vertente da Tijuca.

O novo sistema de abastecimento que estava sendo criado iria beneficiar as localidades dos arredores da cidade, nas Figuras 4 e 6 é possível identificar o Chafariz do Campo de Santana, construído em 1809, que atendia a população residente da Gamboa, Saco do Alferes, Cidade Nova e Valongo. Nesse mesmo ano também foram inaugurados o Chafariz do Catumbi, além das obras de canalização do Rio Comprido e do Rio Andarahy ("velho Maracanã"), em 1817 foi construído o Chafariz do Riachuelo e a Fonte de Matacavalos, em 1818 a Fonte da Lagoa da Sentinela e em 1821 foi construído o Chafariz do Largo do Machado.

É possível notar o crescente número de novos pontos de acesso à água potável que a chegada da Família Real proporcionou, no entanto, essa rapidez teve um custo. Grande parte dessas obras realizadas no sistema de abastecimento d'água do Rio de Janeiro nesse período entre 1808 e 1821 foram respostas emergenciais ao enorme desabastecimento da cidade, logo os sistemas e materiais construtivos foram executados de forma provisória. Resultando em um sistema deficiente, pois nos períodos de escassez ainda faltava água para consumo e nos períodos de fortes chuvas as tempestades causavam extravasamento das valas e movimentavam as calhas, conforme desenvolveu Frias (2013). Nas imagens das Figuras 5 e 6, podem ser observados o Chafariz da Carioca e o Chafariz do Campo de Santana, respectivamente.

**Figura 5:** Chafariz da Carioca



**Fonte:** WAGNER, Robert. Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender (1817-1818). Petrópolis, Kapa, 2000.

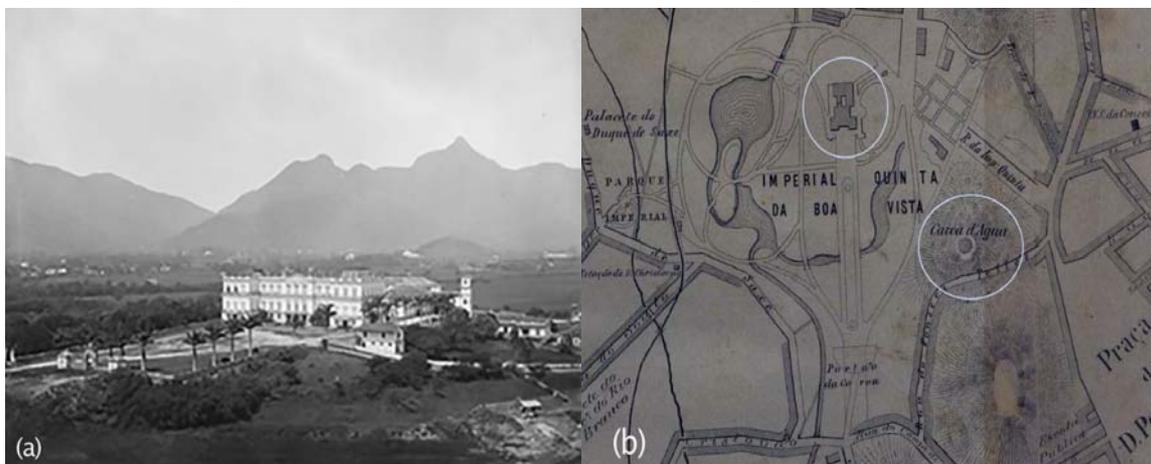
Figura 6:



Fonte: Theremin, Karl Wilhelm Von, 1835.

Em 1860 foi criado um ministério responsável pelas obras públicas, órgão esse encarregado por captar e distribuir água. Tal iniciativa, dentre outras, muito estão relacionadas com uma grave seca que ocorreu entre 1859 e 1860 causando desabastecimentos recorrentes na cidade. A partir desse período foram realizadas uma série de construções de infra estrutura, dentre elas os reservatórios de água da cidade que fazem parte do sistema de abastecimento. A busca intensa para levar água a população fez que o número de equipamentos do sistema saltasse, até o final do século XVIII ainda não havia sido construído nenhum reservatório e a partir da metade do XIX foram edificadas 14 reservatórios nessa ampliação do fornecimento de água para população. O reservatório da Quinta da Boa Vista está localizado no bairro de São Cristóvão, nos arredores do Paço Imperial, atual Museu Nacional. Está situado na Rua Mineira, nº 81, vizinho ao campus de tecnologia da UERJ. As Figuras 7a e 7b mostram o Paço de São Cristóvão (a) e a localização do Paço em relação ao Reservatório da Quinta da Boa Vista, as imagens são datadas próximo ao período de construção do reservatório.

Figura 7: Paço Imperial, na Quinta da Boa Vista (a) e mapa indicando sua localização (b)



Fonte: FERREZ, Marc, 1879-1884 (a) e GARRIGA, Major Bacharel Antônio José Fausto, 1875 (b).

O reservatório da Quinta da Boa Vista foi construído em 1867 na chácara de propriedade João José Duarte e irmãos, localizada na então Travessa do Barro Vermelho nº13, no morro de mesmo nome, qual seja Morro Vermelho. João José Duarte e irmão, receberam em contrapartida à concessão do espaço para

o reservatório, uma pena d'água sem encargos em sua propriedade (INEPAC, 2013). As imagens da Figura 8, permitem observar a vista aérea do reservatório da Quinta da Boa Vista no alto do Morro Vermelho e de seus arredores.

**Figura 8:** Reservatório da Quinta da Boa Vista, vista aérea do conjunto e detalhe.



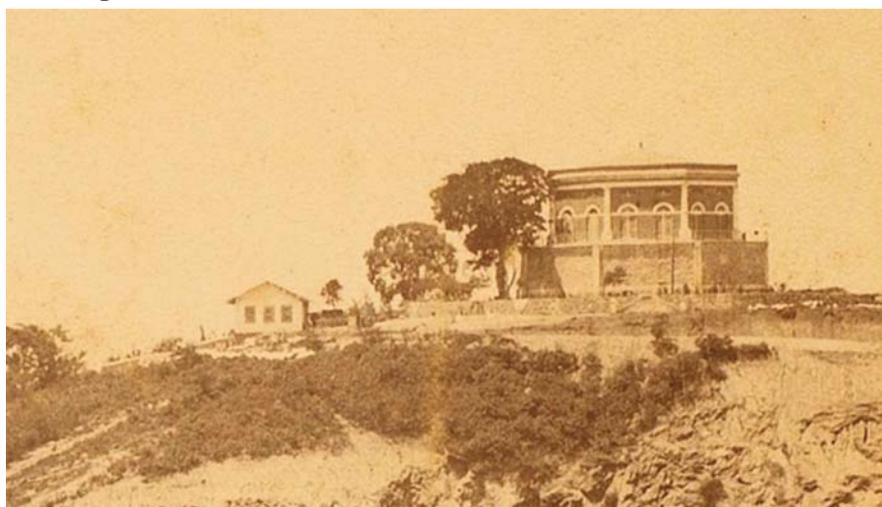
**Fonte:** Google Maps.

Não foram encontradas outras imagens ou pinturas da época, retratando o reservatório. Essa ausência de imagens poderia ser atribuída ao fato do reservatório estar localizado no melhor ponto de vista da região. As imagens e pinturas que retratam a Quinta da Boa Vista podem ter sido feitas a partir desse ponto. O reservatório possui capacidade de armazenar  $630\text{m}^3$  de água e, de acordo com o INEPAC (2013), "as cotas relativas ao nível da água e ao fundo são respectivamente 211,37m e 207,75m", porém se encontra em estado de abandono e seu funcionamento desassistido e sem controle da CEDAE.

### **Análise estilística**

Trata-se de uma construção com características neoclássicas da metade do século XIX, como simetria e clareza construtiva, formas geométricas e elevação através de escadas. O reservatório da Quinta da Boa Vista, como pode ser observado no detalhe da Figura 9, possui elementos que evidenciam a inspiração na arquitetura clássica, dentre eles, alguns podem ser observados na imagem como o uso da proporção e da simetria e, ainda, sua planta geométrica.

**Figura 9:** Detalhe do reservatório da Quinta da Boa Vista

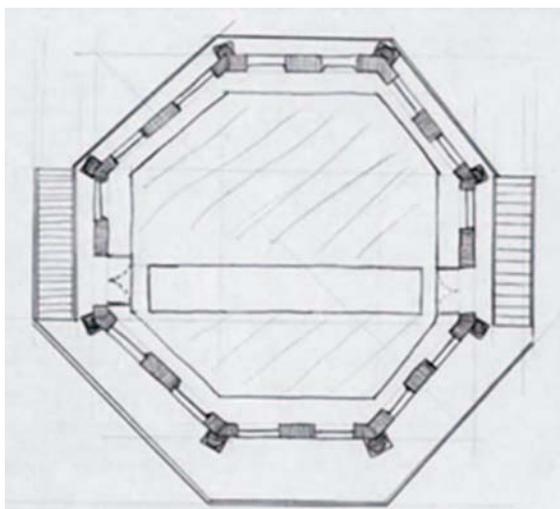


**Fonte:** Pacheco, Joaquim Insley, 1830-1912.

A partir da imagem da Figura 9 é possível notar, como indica o INEPAC (2013), que o conjunto que compõe a área do reservatório conta também com jardim, caixas d'água e residências. Também se pode observar que originalmente a edificação possuía uma cobertura, que foi perdida e não há registro de sua estrutura original. O Inventário de Identificação dos Reservatórios da CEDAE (INEPAC, 2013) descreve de forma detalhada, inclusive o interior do reservatório.

A forma octogonal e os detalhes de acabamento fazem a beleza deste reservatório construído em alvenaria de tijolos e assentado sobre patamar também octogonal, formado por paredes duplas de blocos de pedra. O acesso a este patamar é feito por duas escadas em pontos simétricos que chegam até às varandas que circundam o reservatório. Duas portas em lados opostos dão acesso ao interior da edificação que abriga as caixas d'água. Uma grossa parede divide o reservatório em duas bacias e serve também de passagem entre os dois extremos. Esta passagem é pavimentada com peças de mármore branco e preto assentadas diagonalmente. (INEPAC, 2013). Na planta baixa do reservatório, apresentada na Figura 10, é possível observar as duas escadas que dão acesso à varanda superior que circunda o octógono. A passarela de inspeção também pode ser observada ligando as duas portas da construção.

**Figura 10:** Planta baixa do reservatório da Quinta da Boa Vista



Fonte: INEPAC, 2013.

As fotografias (INEPAC, 2013) do interior reservatório da Quinta da Boa Vista (Figuras 11a e 11b) possibilitam a visualização do ritmo e da repetição dos elementos no interior do espaço. Outros elementos característicos do movimento neoclássico também podem ser notados, como por exemplo, o uso de materiais nobres como o mármore preto e branco na passarela sobre a água no interior do espaço.

]

**Figura 11:** Vista interna do reservatório da Quinta da Boa Vista



Fonte: INEPAC, 2013.

O ritmo e a repetição são marcantes e a presença da passarela revestida com mármore branco e preto marca a divisão das duas bacias que compõem o conjunto. A partir da análise do conjunto de todos os elementos observados anteriormente uma clara leitura dessa arquitetura em estilo neoclássico, onde se pode compreender através da imagem na Figura 12.

**Figura 12:** Vista aérea do reservatório



Fonte: O Globo, 2016.

### **Resultados e Discussões: Proposta de Intervenção**

A proposta prevê a retomada do uso original do patrimônio com a devida assistência e manutenção da concessionária de abastecimento, pois é importante que essa atividade original seja parte da dinâmica de conscientização ambiental e patrimonial da população. Além da reabilitação do bem para

reativação, faz parte da proposta adequar o espaço para inserção de um novo uso, como um ambiente de lazer e cultura que incentive a visitação do bem e a permanência no local.

Para complementação desse projeto de requalificação será previsto uma exposição permanente nos jardins e um espaço de apoio aos visitantes com a proposta de um café e sanitários. O objetivo do projeto é reativar o patrimônio e integrar o espaço através da acessibilidade, criação de novos acessos e incentivo de atividades que atraiam tanto a população local como visitantes, assim disseminando conhecimento e informação sobre a importância de temas como sustentabilidade e patrimônio cultural através desse ambiente único e encantador.

### **Conceituação Teórica**

Para direcionar o projeto de restauro foi feita uma análise socioeconômica e política, pois, segundo Brandi (2008), essa atividade é um exercício de três tempos, passado presente e futuro. A partir disso a proposta de um novo uso adequado já se constitui uma intervenção, como observou Boito ainda no início do século XIX. No entanto, conceitualmente os novos elementos criados se aproximam mais das teorias do restauro crítico, a partir da abordagem brandiana, onde os acréscimos (no terreno) propostos terão tanto em forma como materialidade os conceitos de distinguibilidade e reversibilidade. Já no que diz respeito à intervenção no bem em si, a proposta seguirá de modo a consolidar a matéria, recompor algumas partes como argamassa de revestimento externo, mas não se propõe a refazer elementos perdidos como a cobertura e esquadrias.

O conceito dessa proposta é possibilitar de alguma maneira um tipo de encontro onde o passado acompanhe a vida cotidiana, e que diga a respeito do presente diretamente, assim como apresentou Lina Bo Bardi (1992) sua ideia de presente histórico. Esse entendimento temporal da autora é definido da seguinte forma:

É preciso se liberar das “amarras”, não jogar fora simplesmente o passado e toda a sua história; o que é preciso é considerar o passado como presente histórico. O passado, visto como presente histórico, é ainda vivo, é um presente que ajuda a evitar as arapucas... Frente ao presente histórico, nossa tarefa é forjar outro presente, “verdadeiro”, e para isso não é necessário um conhecimento profundo de especialista, mas uma capacidade de entender historicamente o passado, saber distinguir o que irá servir para novas situações de hoje que se apresentam a vocês e tudo isso não se aprende somente nos livros. [...] Na prática, não existe o passado, o que existe é o presente histórico. (BARDI, 1992, p. 61-62).

Dentre os resultados apresentados nesse trabalho podem ser apontadas 4 vertentes distintas: a primeira delas trata do Museu do Reservatório da Quinta da Boa Vista com a proposta de ação de restauro e gestão do sítio, a criação de um espaço de apoio envolvendo um café, uma lojinha e sanitários. A abertura de uma entrada diretamente conectada ao campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ representa uma forma de agregar a sensação de pertencimento e um uso maior do espaço, contribuindo para a manutenção de um Museu Vivo.

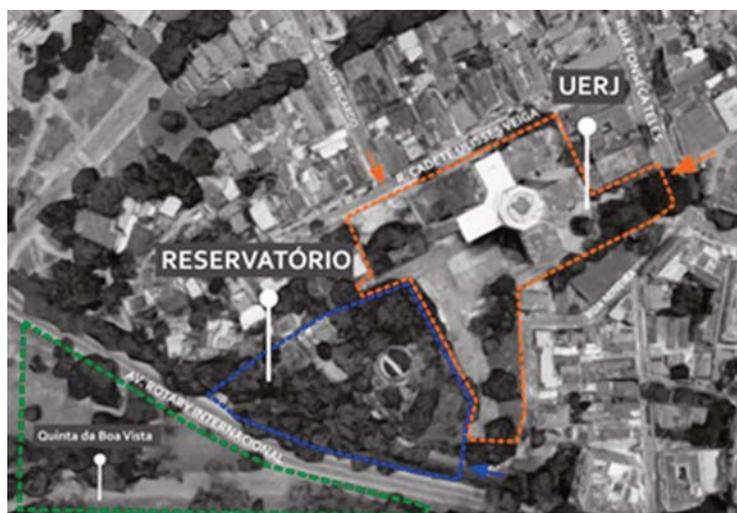
Existe ainda uma ação específica voltada para as caixas da água que compõem o reservatório. A proposta é fornecer uma cobertura transparente para o elemento água para prevenção de contaminação, uma vez que o projeto não envolve a reconstrução de uma cobertura nos moldes daquele existente para o reservatório. A proposta é que um painel transparente seja sobreposto a própria passarela que divide as caixas d'água e que permita a visibilidade tanto da água quanto da passarela. Esta ação permite uma

integração maior dos usuários com o conjunto. A partir do envolvimento da CEDAE e tratamento da água além da reativação do chafariz que fazia parte do conjunto.

A terceira intervenção envolve o percurso que será desenvolvido a partir da entrada pela Av. Rotary Internacional. Este será acompanhado de painéis que contêm a história do caminho das águas na cidade do Rio de Janeiro, passando pelos “escravos aguadeiros” e chegando até o reservatório. Para isso conta-se com os jardins existentes que ainda permanecem arborizados, inclusive com espécies arbóreas de porte médio, o que permite contar com um sombreamento e a instalação de bancos e de espaços agradáveis ao longo da subida. A quarta ação remete à criação de Guia com os caminhos das águas na cidade do Rio de Janeiro inspirado nos painéis do percurso do Museu da Água da Quinta da Boa Vista. Desta forma é apresentada a proposta volumétrica para o conjunto com suas diretrizes iniciais.

Atualmente o Reservatório da Quinta da Boa Vista possui apenas um acesso através da Rua Mineira, conforme identificado na Figura 13, sendo o último endereço tendo em vista que é uma rua sem saída. Essa mesma entrada é extremamente restrita pois um trecho da rua foi fechado pelos moradores tornando assim o acesso que seria em via pública, em uma entrada particular visto que é necessário o uso de chaves para passar pelo portão da Rua Mineira. Tendo em vista as dificuldades de se adentrar no terreno de propriedade da CEDAE o reservatório se encontra totalmente isolado.

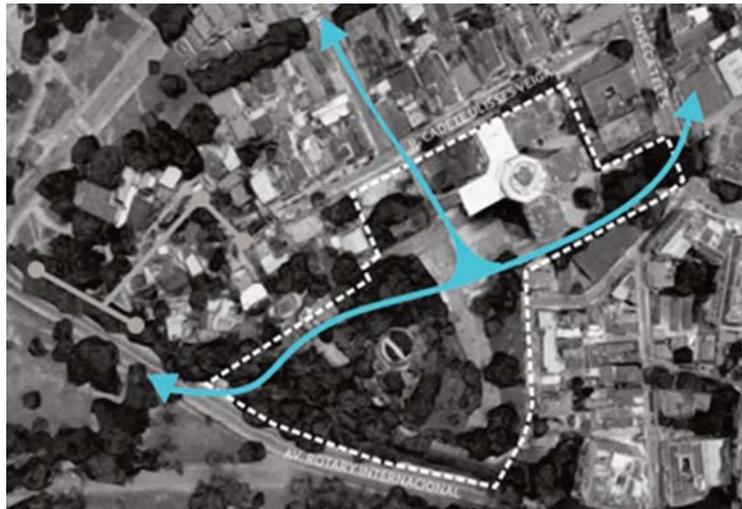
**Figura 13:** Terrenos da UERJ e do Reservatório



**Fonte:** autora, 2021 – adaptado de Google Maps.

A UERJ possui um campus que faz divisa com a edificação analisada, e dispõe de duas entradas, o acesso principal pela Rua Fonseca Téles e uma entrada secundária que se dá pela Rua Cadete Ulisses Veiga como observado na Figura 13. Para melhorar os problemas de acesso e isolamento do reservatório se propõe a integração dos terrenos da UERJ e do futuro museu. A Figura 14 demonstra os novos fluxos que serão criados e fortalecidos. Essa incorporação trará benefícios para ambas as instituições e seus frequentadores. Além dos novos acessos a proposta irá incluir e melhorar os caminhos alternativos criados pelos moradores do entorno, que liga a Av. Rotary Internacional a R. Cadete Ulisses Veiga.

**Figura 14:** Proposta de integração



Fonte: Autora, 2021 – adaptado de Google Maps.

No projeto o acesso principal foi desenhado seguindo uma parte dos caminhos que já existe, essa continuidade trará familiaridade a população local e atrairá os visitantes. A proximidade com um dos portões de entrada da Quinta da Boa vista é estratégica, logo a entrada pela Av. Rotary Interacional é o endereço ideal para conduzir por um percurso por entre as árvores até o alto do morro.

Ao longo do caminho até o reservatório serão instaladas três estruturas de apoio ao visitante, esse dispositivo terá um painel que servirá para contar a história do abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro. Esse módulo possui cobertura e banco para oferecer mais conforto aos usuários, e na Figura 15 fica claro como esse circuito facilitará a conexão do Museu da Água da Quinta da Boa Vista ao seu entorno.

**Figura 8:** Planta de situação do projeto



Fonte: Autora, 2021.

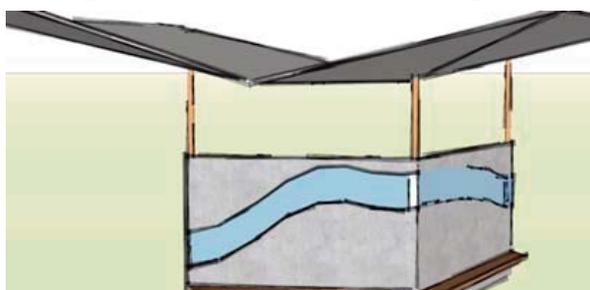
As edificações existentes no terreno, observadas em vermelho na Figura 15, receberão uma remodelação para abrigar o programa técnico, como salas de administração, almoxarifado e sanitários. A princípio esses espaços serão suficientes tendo em vista que a exposição aconteça na área externa, ao redor

do reservatório, aproveitando toda sua extensão arborizada e jardins com a instalação dos módulos espalhados pelo terreno.

A partir de um módulo base é possível a criação de diferentes estruturas, que atenderão as necessidades dos visitantes, como bancos (Figuras 16 e 17) e mesas, e uma cafeteria e uma pequena loja de souvenirs. Esse café será um ponto de encontro tendo em vista que um campus universitário gera um grande fluxo de alunos, professores e funcionários, esse público será um dos principais ativadores e responsáveis para que o museu vivo faça parte da rotina seja uma extensão da universidade.

O estudo da forma inicial para os módulos de acréscimos foi pensado a partir de elementos geométricos que remontam ao reservatório pelas linhas geométricas, mas com a utilização de materiais como a madeira, vidro e o concreto aparente, compondo um objeto evidentemente distinto do existente.

**Figura 16:** Módulo de banco e painel



Fonte: autora, 2021.

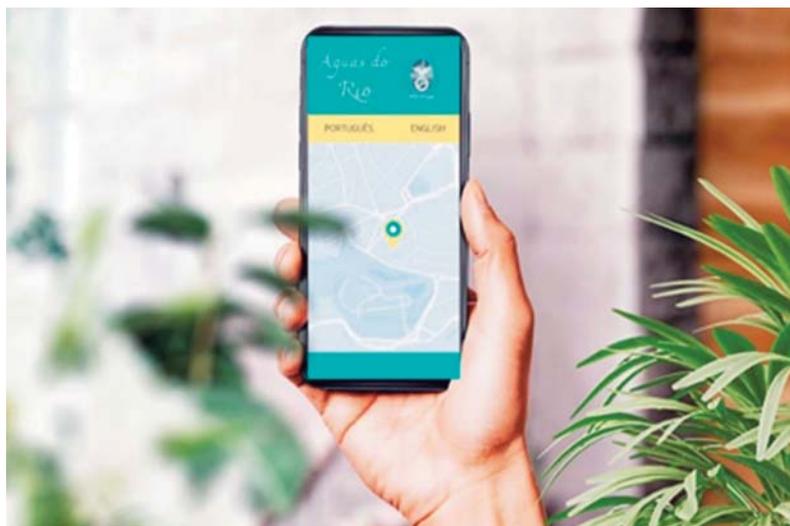
**Figura 17:** Vista do início do percurso



Fonte: autora, 2021.

Além da estrutura física, os visitantes do Museu da Água da Quinta da Boa Vista contarão com um aplicativo (Figura 18) que contém todos os *check points* do passeio, como o café e o mirante, o mapa com a localização e a respectiva história de cada reservatório tombado. O aplicativo desenvolvido para guiar os usuários permite uma experiência mais participativa e única.

**Figura 18:** Guia Virtual



Fonte: autora, 2021.

A proposta para o edifício do reservatório prevê a consolidação das alvenarias, vãos das esquadrias e os guardas corpos da varanda. O projeto não prevê a construção de uma nova cobertura, mas sim de um piso de vidro que cobrirá todo o interior da edificação. Essa estrutura fará a proteção da água das bacias e do piso original em mármore, e ainda possibilita a ampliação do espaço transitável pois permitirá a circulação dos visitantes sem perder a conexão com a água presente ali, pois essa cobertura será em vidro transparente apoiado em um sistema de aço corten como demonstra a Figura 19. Essa ação de cobertura das bacias é imprescindível para retomada do uso da edificação como reservatório, dessa forma com a água livre de possíveis contaminantes externos e a concessionária responsável pelo equipamento é encarregada de manter a manutenção e o funcionamento do sistema.

**Figura 19:** Vista interna do piso de vidro do Reservatório



Fonte: autora, 2021.

## Consideração Finais

A importância de se preservar os equipamentos de infraestrutura, que um dia foram essenciais pois carregam a água potável para população, sendo ainda hoje necessários também representam toda a história do sistema de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. O panorama geral da evolução da forma de captação e distribuição, visto desde o início de século XVIII até meados do século XIX, foi imprescindível para o entendimento acerca do tema.

Após desse panorama geral constatamos que a lentidão de se responder as demandas da população por água potável era devido aos muitos conflitos entre os setores públicos e privados. Os avanços eram executados sem o devido planejamento, ocasionando obras frequentemente com caráter "provisório" tendo em vista a urgência de atender as demandas de água na cidade que expandia em uma velocidade maior que o sistema suportava, ocasionando frequentes períodos de desabastecimento.

Preservar essas estruturas históricas é também manter viva essa história, que através do ponto de vista da busca pelo elemento vital foi crucial para a transformação e desenvolvimento da cidade. A análise histórica foi fundamental para propor medidas de conservação desse relevante patrimônio cultural da cidade, ainda desconhecido pela população.

Uma maneira de conectar parte dessa memória é integrar o patrimônio histórico ao cotidiano da população e uma das formas de promover a conexão desse projeto foi a abertura de novos acessos ao Reservatório da Quinta da Boa Vista. Os novos caminhos unem o objeto de estudo ao campus da UERJ em São Cristóvão, o café criado é um atrativo a mais incorporando ao cotidiano dos estudantes da instituição um novo ponto de encontro, o ambiente expandido da universidade.

A partir do Inventário de Identificação do Reservatório de São Cristóvão, realizado pelo INEPAC, foi possível elaborar a partir do estado de conservação da edificação através das fotografias e elencar as principais patologias, para assim recomendar, em teoria, ações de proteção ao bem. Novas informações e dados encontrados sobre o objeto de estudo do presente trabalho também poderão ser incluídos na ficha de identificação elaborada pelo órgão de proteção estadual.

Para que o reservatório recupere seu uso original foi desenvolvido uma proposta de intervenção no edifício que além de viabilizar suas funções técnicas de armazenagem da água nas bacias, possibilita a associação ao novo uso do espaço. A cobertura transparente amplia a experiência dos visitantes permitindo a aproximação visual da água. Os novos elementos projetados auxiliam na estrutura, esses módulos criados servem de tela para contar a história dos caminhos que a água percorre, de maneira a promover o movimento das pessoas em um fluxo contínuo através dos expositores posicionados por todo terreno. Esses percursos podem ser integrados aos circuitos existentes desenvolvidos por iniciativas dos demais patrimônios existentes na região, ampliando o alcance e fortalecendo a educação patrimonial do bairro. É possível a continuidade deste estudo tendo em vista que existem, para além do objeto analisado, os demais reservatórios que constam no Inventário de Identificação dos Reservatórios da CEDAE.

Será disponibilizado aos visitantes do museu, diversos materiais personalizados de apoio tanto virtual quanto físico para aumentar a qualidade da experiência de imersão ao conteúdo do tour. Nos principais pontos de acesso ao Museu da Água da Quinta da Boa Vista serão oferecidos aos visitantes guias contendo o circuito dos reservatórios e suas histórias. Além disso a população poderá realizar um tour virtual através de aplicativo desenvolvido exclusivamente para orientar e informar acerca do conteúdo, despertando ainda mais o interesse pela história das águas, suas origens e a importância da preservação.

A água, patrimônio líquido, foi o elo que possibilitou o desenvolvimento do presente trabalho ao unir o passado e o presente através de ações de intervenção com a intenção de sua distribuição, que im-

pactaram diretamente a história da população da cidade do Rio de Janeiro. Tais ações resultaram em um sistema de abastecimento composto de diversos equipamentos, obras como aquedutos, reservatórios e chafarizes, essenciais para o acesso a água, esse elemento vital da existência do ser humano.

### Referência Bibliográfica

- ABREU, Maurício. *A cidade, a montanha e a floresta*. In: Abreu, M. de A. A. (Org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- ALMEIDA, Gilmar. *A Domesticação da água: os acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 a 1889*. 207f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- BARDI, Lina. Uma aula de arquitetura. Projeto, n. 149, p. 60-62, jan./fev. 1992
- BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Tradução de Beatriz MugayarKühl. Cotia - Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2008.
- FRIAS, Renato. *Abastecimento de água no Rio de Janeiro joanino: uma Geografia do passado*. 76p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- INEPAC, 2013 - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural Secretaria de Estado de Cultura – RJ. *Inventário de Identificação dos Reservatórios da CEDAE: Reservatório da Quinta da Boa Vista ou de São Cristóvão ou do Barro Vermelho*. Disponível em: [http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/6\\_ficha\\_quintadaboavista.pdf](http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/6_ficha_quintadaboavista.pdf). Acesso em: 05 mai. 2021.
- MELLO, Juliana. O abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro durante o período Joanino. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n.4, p.159-16, 2010.

## Pausa para Entrevista: Os Motoristas da Uber têm o que Falar Interview Break: Uber Drivers Have Things to Talk About



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v14i2.3361>

*Madalena Barbosa de Oliveira Cezário.*

Graduada em Direito (PUC-MG, 2007), especialista em Direito do Trabalho (PUC-MG, 2015). Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Una.

E-mail: [madalenacezario@gmail.com](mailto:madalenacezario@gmail.com)



<https://orcid.org/0000-0003-0761-4438>

*Wânia Maria de Araújo.*

Professora do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário Una (Belo Horizonte/MG) e professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (Escola de Design/ Belo Horizonte).

E-mail: [wania.maria@yahoo.com.br](mailto:wania.maria@yahoo.com.br)



<https://orcid.org/0000-0002-7773-8690>

Recebido em: 27/10/2021 – Aceito em 15/12/2021

**Resumo:** Esta pesquisa objetivou analisar os relatos dos motoristas da Uber de Belo Horizonte e região acerca da geração de renda dessa atividade, em detrimento das condições da relação de trabalho sem garantias trabalhistas. A fundamentação teórica foi baseada em autores que discorrem sobre a temática precarização das relações do trabalho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa. O cenário de estudo foi Belo Horizonte e região/Minas Gerais. Os sujeitos da pesquisa foram motoristas por aplicativo que utilizam a plataforma da Uber, indicados por meio da “Bola de Neve” e que consentiram em participar. A coleta de dados foi por meio de entrevista semiestruturada com quatorze motoristas e com roteiro composto por vinte e sete perguntas, que aconteceram de modo remoto em razão da pandemia COVID-19. A análise qualitativa foi feita por transcrição e análise de conteúdo. Os dados indicaram trabalho em jornadas extenuantes, às vezes sem intervalo, sem férias e com rebaixamento da remuneração a partir de 2016. O sentimento de insegurança foi outra constatação majoritária entre os entrevistados. Apesar da ausência de proteção trabalhista da atividade, percebeu-se que ela é revestida de alta relevância por atender às necessidades imediatas dos trabalhadores que, em sua maioria, a encaram como ‘bico’.

**Palavras-chave:** Motoristas da Uber. Geração de renda. Trabalho precário

**Abstract:** This research aimed to analyze the reports of Uber drivers in Belo Horizonte and region about the generation of income from this activity, to the detriment of the conditions of the employment relationship without labor guarantees. The theoretical foundation was based on authors who discuss the issue of precariousness of labor relations. This is a qualitative research. The study setting was Belo Horizonte and region/Minas Gerais. The research subjects were drivers per application using the Uber platform, indicated through the “Snowball” and who consented to participate. Data collection was through semi-structured interviews with fourteen drivers and a script consisting of twenty-seven questions, which took place remotely due to the COVID-19 pandemic. Qualitative analysis was performed by transcription and content analysis. The data indicated work in strenuous hours, sometimes without breaks, without vacations and with lower wages from 2016 onwards. The feeling of insecurity was another main finding among the interviewees. Despite the lack of labor protection in the activity, it was noticed that it is highly relevant as it meets the immediate needs of workers who, in most cases, see it as a ‘beak’.

**Key words:** Uber drivers. Income generation. Precarious work.

## Introdução

A justificativa para este artigo tem algo em comum com o lema das pessoas com deficiência: “Nada sobre nós sem nós”, ao reafirmarem a necessidade de envolver os indivíduos nas causas que lhes dizem respeito. Nesse sentido, entendemos que uma das formas adequadas para abordar o presente tema inclui os relatos dos motoristas da Uber, obtidos por meio da participação deles nas entrevistas semiestruturadas em profundidade. A apresentação e análise das informações dali extraídas objetiva conhecer suas narrativas como uma possibilidade de compreensão dos variados fatores que permeiam a relação laboral desses trabalhadores, atualmente recusados pela legislação trabalhista pátria, com o fim de elaborar sugestão de fortalecimento coletivo para essa categoria de trabalhadores, que contemple a necessidade evidenciada nas entrevistas.

## Metodologia e coleta dos dados

Esta pesquisa teve abordagem qualitativa, com a utilização de pesquisa bibliográfica para dar aporte teórico ao exame das informações obtidas por meios das entrevistas que buscaram conhecer o que dizem os motoristas da Uber de Belo Horizonte e região sobre gerarem renda por meio dessa atividade que não possui garantias trabalhistas.

A abordagem qualitativa é adequada quando, ainda que haja alguma quantificação na apresentação dos resultados, o objetivo recai sobre a extração de informações que extrapolem a medição estatística, tais como conhecer culturas, vivências, pontos de vista dos indivíduos, sendo que tais fenômenos são melhor compreendidos dentro da realidade sob a qual eles se desenvolvem como um todo, segundo Godoy (1995), o que torna insuficiente, ainda quando seja possível, a abordagem quantitativa.

Na condução de um trabalho científico é imperativo observar o comportamento adotado por outros pesquisadores que já percorreram esse caminho, seja para se guiar por eles ou para discordar. Sem desprezar a utilização de outras fontes de conhecimento, a pesquisa bibliográfica desempenha primordial importância, segundo afirma Luna (1999 *apud* BONI; QUARESMA 2005, p. 71):

Em linhas gerais a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Ela abrange: publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet etc. Esse levantamento é importante tanto nos estudos baseados em dados originais, colhidos numa pesquisa de campo, bem como aqueles inteiramente baseados em documentos.

Consultar e estudar diversos materiais auxilia no desempenho da pesquisa, existindo ainda, nessa interação, a contínua possibilidade de descobertas que podem contribuir com o aprimoramento científico.

## Instrumento de coleta das informações

O instrumento utilizado para a coleta das informações aqui apresentadas foi a entrevista semiestruturada com os motoristas da Uber de Belo Horizonte e região. Tal opção é tida como adequada para se obter conhecimento em profundidade acerca dos fenômenos e de seus significados

Boni e Quaresma (2005, p. 75) afirmam que “As entrevistas semiestruturadas combinam pergun-

tas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto". Essa estruturação apresentou-se como conveniente no presente trabalho em razão da natureza das informações que se pretendia coletar, que combinavam dados estatísticos (perguntas fechadas) com informações de viés subjetivo (perguntas abertas que possibilitavam interação com o investigado), respectivamente chamadas por Luna (1997, p. 13) de "factuais" as informações relativas a "sexo, idade, estado civil, série que cursa, empresa em que trabalha, renda, religião que pratica, etc." e "opinativas" aquelas que exprimem a concepção de um indivíduo a respeito de si mesmo, de uma situação ou de outrem, envolvendo suas crenças, sentimentos, valores, opiniões, etc."

Durante a entrevista é relevante a postura do entrevistador, a fim de contribuir com o êxito desta etapa. Quando a entrevista é gravada, como no presente estudo, a conduta do entrevistador é uma tarefa que requer ainda mais cuidado, pois pode parecer irrelevante atentar para a narrativa do entrevistado uma vez que a gravação dará conta do relato integral. Ocorre que, a todo tempo, o entrevistado espera uma aprovação, uma manifestação do entrevistador, às vezes pela preocupação de saber se está dando a resposta "certa", ou ainda, terminando frases com expressões como: "sabe?" "você entendeu?", recorrentes durante as entrevistas realizadas para este trabalho, que em razão de terem sido de modo remoto, havia ainda requisições do tipo: "você está me ouvindo?", e súbitas interrupções: "alô! pensei que a ligação tinha caído".

Apesar de relatos sobre a possibilidade de o entrevistado apresentar conduta embaraçada ou querer representar um "personagem" em razão da presença do gravador (BONI; QUARESMA 2005), com a gravação remota não ficou evidenciada nenhuma das citadas atitudes que pudesse ser atribuída ao fato da conversa ser gravada, ao contrário, percebeu-se desenvoltura, como se sentissem "protegidos" por não "mostrarem o rosto".

Porém, houve suspeita dessas atitudes de "representação de um papel" em razão de um dos entrevistados parecer ter receio de que a entrevistadora fosse da parte da Uber, e sendo assim, eventuais avaliações negativas sobre o trabalho poderiam resultar em punições da empresa sobre o motorista, sendo o banimento da plataforma a mais temida. Essa suspeita foi reforçada quando, durante outra entrevista, ao perceber a recorrência da situação, a entrevistadora decidiu ressaltar a desconfiança percebida em um outro participante, dizendo "tem gente que acha que eu sou da Uber, quando estou fazendo a entrevista", ao que o entrevistado deu uma pausa e respondeu "no caso, qual seria o intuito dessa entrevista mesmo?" As falas que se seguiram destoaram das anteriores, contendo avaliações críticas à empresa, em contradição com declarações de elogios acabadas de acontecer. Talvez a escolha de "falsificar" o depoimento, com avaliações positivas e com nota máxima em todos os quesitos apresentados e destoantes da quase totalidades dos participantes encontra amparo em outra informação também obtida dos motoristas que é a prática da empresa de colocar empregados "à paisana", como dizem, para realizar viagens durante as quais fazem proposta de pagamento "por fora", principalmente em deslocamentos com valores mais atrativos, como as corridas para o aeroporto de Confins<sup>1</sup>, com a finalidade de fiscalizar e punir essa prática, de modo que o motorista está sempre desconfiado de que a realidade que se apresenta possa ser uma "isca" da qual precisa se desvencilhar.

Como dito, as entrevistas foram realizadas com motoristas do aplicativo Uber que trabalhavam e/ou residiam em Belo Horizonte e região. O critério adotado para inclusão e exclusão dos participantes da pesquisa foi motivado por aspectos geográficos e culturais em comum entre a pesquisadora e os entrevistados, tendo em vista que reside na região metropolitana de Belo Horizonte, acreditando que essa opção levaria a uma melhor com-

<sup>1</sup>O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte-Confins - Tancredo Neves (IATA: CNF, ICAO: SBCF) é um aeroporto internacional no município de Confins, em Minas Gerais. É o principal aeroporto do estado de Minas Gerais. Distante 40 Km do centro de Belo Horizonte.

preensão para conduzir as entrevistas, bem como para interpretar os dados levantados (BONI; QUARESMA, 2005), ou seja, conhecer as cidades, bairros e comunidades onde os entrevistados exercem a atividade e, ainda, os regionalismos e outros aspectos culturais podem contribuir positivamente para o percurso e resultado da pesquisa.

### Processo de coleta de dados

Em razão da pesquisadora ter contato com apenas um potencial entrevistado, os motoristas participantes da pesquisa foram selecionados a partir de uma amostragem não probabilística empregada em estudos sociais conhecida como Bola de Neve, que é o estabelecimento de uma rede, onde o primeiro contato indica outro, que indica um outro, até atingir a saturação das respostas, que é quando, por se tornarem repetitivas, deixam de apresentar informações novas. Sobre essa abordagem, Vinuto (2014, p. 204) resume assim a técnica metodológica da Bola de Neve:

Em suma, a amostragem em bola de neve mostra-se como um processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador com um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, sendo que o processo pode ser finalizado a partir do critério de ponto de saturação.

Para Fontanella, Ricas e Turato (2008, p. 23) “diferentes tipos de informações e objetivos específicos terão diferentes momentos de saturação”. Afirmam ainda que nas pesquisas qualitativas o número de participantes é menor do que nas quantitativas, e que a relevância desse tipo de abordagem está na profundidade da análise e não na quantidade. Por isso, não é possível estipular o momento em que o ponto de saturação irá ocorrer. Portanto, [...] “por ser uma ferramenta inerentemente influenciada por fenômenos cognitivos e afetivos da dupla pesquisador-pesquisados, na prática da pesquisa qualitativa o encontro desse ponto de saturação está sujeito a imprecisões”. (FONTANELLA *et al.*, 2008, p. 26).

Para o presente trabalho, foram realizadas quatorze entrevistas, o que foi considerado satisfatório, atribuído ao fato de a amostra ser bastante homogênea em aspectos como gênero, sendo apenas uma participante do gênero feminino. Essa proporção por gênero, inclusive, confirma os dados que apontam uma taxa de 6%<sup>2</sup> de motoristas do sexo feminino entre o total de motoristas cadastrados na plataforma da Uber. Faixa etária também consideravelmente homogênea, sendo todos os participantes adultos, dentre eles, três com menos de trinta anos e apenas um idoso. As significações culturais similares são atribuídas ao fato de os entrevistados exercerem a mesma atividade de trabalho e localização geográfica, que era critério de inclusão delimitado pela pesquisa. Essas similitudes coadunam com a afirmação de Fontanella *et al.* (2008, p. 23) de que as amostras também contribuem com o momento em que a saturação irá ocorrer, sendo que “a maior ou menor homogeneidade da amostra no que diz respeito à cultura, tradição, gênero, faixa etária, experiência vivida etc., também influenciará o momento de saturação”. O entendimento da investigadora, alicerçado na constatação dessas semelhanças, foi de que as informações extraídas nas quatorze entrevistas eram capazes de atender aos objetivos da pesquisa, que neste caso foi a captação daquilo que desvelava as percepções do grupo estudado. Minayo (2017) adverte que o apego burocrático à quantidade de participantes não deve condicionar o encerramento da coleta dos dados.

### Aspectos éticos

A realização das entrevistas, no total de quatorze participantes, ocorreu entre os

<sup>2</sup>Disponível em:  
<https://gizmodo.uol.com.br/uber-motoristas-mulheres-transportar-passageiras/#:~:text=Segundo%20a%20Uber,%20at%C3%A9%20,%20C3%A9%20preciso%20para%20se%20cadastr.>

dias 29 de outubro e 26 novembro de 2020, por meio remoto, após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Una, obedecendo aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS.

### **Roteiro das entrevistas**

O roteiro das entrevistas foi composto por vinte e sete perguntas, formuladas previamente em consonância com o referencial teórico, com o objetivo de conhecer os relatos dos entrevistados sobre o desempenho da atividade de motorista que exercem diante da necessidade de prover a subsistência, sem garantias trabalhistas.

### **Meio de realização das entrevistas – adequação decorrente da COVID-19**

Devido ao distanciamento social, por causa da pandemia da COVID-19, as entrevistas que integram este trabalho foram realizadas por meio do aplicativo *Anchor*, voltado para a criação de *podcast*, que possibilita uma chamada telefônica onde a conversa é gravada automaticamente, gravação esta que é ativada por meio da aceitação do *link* enviado ao entrevistado por mensagem, *Twitter*, *Facebook*, *WhatsApp*, *e-mail* etc. No presente caso o envio foi por *WhatsApp*. Tão logo o receptor entra no *link* e informa nome e *e-mail*, a conexão é completada e o gravador é ativado, desativando ao término da chamada. Imediatamente o aplicativo salva o áudio numa interface de nome Biblioteca. Cada conversa é salva com a data, duração do áudio e o nome do participante, informado anteriormente no *link* recebido, o que possibilita a identificação posterior.

A etapa seguinte foi a transcrição integral dos áudios das entrevistas para texto, que apesar de existir na internet vários instrumentos tecnológicos que, a princípio, facilitariam essa tarefa, inclusive aplicativos de transcrição automática de áudios para texto, nenhum dos testados entregaram resultado satisfatório, sempre havendo troca de enorme quantidade de palavras por outras com sonorização semelhante, o que comprometia o significado e, conseqüentemente, o trabalho. Em razão disso, essa etapa foi realizada pelo modo tradicional, em que se reproduz o áudio enquanto digita cada fala gravada. Cabe registrar que o tempo necessário para digitar cada entrevista foi na razão de três vezes à respectiva duração do áudio. Assim, para transcrever uma entrevista com duração de quarenta minutos, por exemplo, que é a média de duração das entrevistas desta pesquisa, foram necessárias duas horas de trabalho.

Os entrevistados, resguardado o anonimato, foram identificados pela letra E, seguida do número que indica a seqüência em que a entrevista foi realizada. Assim, o primeiro entrevistado foi identificado como E1.

### **Método de análise das informações**

A interpretação dos relatos foi realizada por meio da análise de conteúdo (BARDIN 2011, *apud* SANTOS, 2012).

Para Bardin (2011, *apud* SANTOS, 2012), o momento da análise é quando o conhecimento prévio do investigador o possibilita criticar os dados coletados, atento à complexidade em que essa fase se estabelece.

De acordo com Teixeira (2003), os dados gerados pela pesquisa precisam ser organizados e compreendidos, requerendo assim um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado. Esse processo é complexo, não linear e implica um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados que se inicia já na fase exploratória e acompanha todo o ciclo da investigação, tendo como desfecho a apresentação dos resultados.

Assim, o relatório da pesquisa constitui-se no produto de um processo de condensação dos dados

sob reflexão, aperfeiçoamento, revisão e validação, resultando no contingente de informações julgadas competentes para responder às questões de investigação propostas.

Bardin (2011, *apud* SANTOS, 2012) enumera as fases da etapa de análise da pesquisa, sendo a pré-análise a primeira delas. Nesse momento é feita a leitura crítica das informações para definir o *corpus* de análise. É nessa ocasião também que deve ser feita a transcrição das entrevistas gravadas, quando for o caso e o agrupamento do material que contenha as informações a serem analisadas.

A segunda etapa é o período dedicado à codificação, classificando do material, por exemplo em unidades de registro, sinalizando os dados descritivos, que dispensam a interpretação do investigador, e unidades de contexto, que classifica o material, bem como as informações dele extraídas, podendo separar por semelhanças, com marcações que possibilitem agrupamentos correspondentes.

Na terceira fase são definidas as categorias para a análise do *corpus* de informações, momento esse que requer reflexão, constante revisão e manejo, com o fim de aprimorar as respostas às perguntas da pesquisa. Dessa etapa depende a essência do trabalho final, o tratamento dos resultados, propriamente dito. Uma tabulação equivocada, certamente, comprometerá os resultados.

O tratamento das informações é quando o pesquisador aplica ao conteúdo obtido as validações que o tornam produto científico. Essa apreciação crítica decorre da análise, da busca por significados, por relações interpretativas, relação com o quadro teórico e outras correlações pertinentes sob a ótica do investigador. É o material para alimentar as considerações finais.

## Definição das categorias de análise

Para atender aos objetivos da pesquisa, em atenção ao referencial teórico, foram criadas algumas categorias para análise das informações. Para agrupar as informações existentes nas entrevistas foram criadas as categorias 'precarização' e 'percepção sobre direitos trabalhistas'. A categoria 'precarização' foi dividida nas subcategorias: 'intensificação do trabalho', 'trabalho flexível', 'insegurança', 'perda da identidade coletiva' e 'relação precária'. A subcategoria insegurança deu origem às subcategorias 'física' e 'financeira'.

Em ato contínuo, foram também codificadas e relacionadas as fontes bibliográficas, contendo o referencial teórico, com as categorias já cadastradas.

## Resultados e análise

### Caracterização dos participantes

De início, cabe anotar que o *corpus* de dados desta pesquisa é constituído por entrevistas semiestruturadas, realizadas com os motoristas da empresa Uber em Belo Horizonte e região e, conforme já mencionado, será analisado sob o enfoque da análise de conteúdo de Bardin (2011). Segundo esse método, a definição dos dados que irão compor o *corpus* de análise deve ser feita na etapa imediata à coleta.

A pesquisa foi composta por treze homens e uma mulher, com a média de idade dos participantes de 42 anos, sendo 25 a menor idade e 62 a maior. Quatro afirmaram trabalhar também com pelo menos um outro aplicativo, além da Uber. Oito possuem ensino médio, um está cursando ensino superior, cinco declararam possuir graduação, entre os quais um possui pós-graduação, além de segunda graduação em fase de conclusão. O tempo médio de trabalho no aplicativo foi de dois anos e seis meses, sendo o mais recente com um mês de atividade e o mais antigo com quatro anos e seis meses.

### Informações sobre renda e despesas

Dentro do universo pesquisado, três motoristas disseram ter renda máxima de dois mil reais por mês, dois afirmam que seus ganhos oscilam entre dois e três mil reais mensais e nove informaram receber acima de três mil reais por mês. No período em que as entrevistas foram realizadas (out./nov. 2020) o salário-mínimo vigente no País era de R\$ 1.049,00 (mil e quarenta e nove reais). As informações obtidas relativas à renda familiar e despesas serão abordadas de modo simplificado, apenas fazendo correlação com o salário-mínimo, dada as dificuldades de acesso e complexidade de análise de informações dessa natureza, além de não ser objetivo do presente trabalho realizar esse aprofundamento. Em referência às despesas mensais, sete dos entrevistados informaram ter despesas superiores a três mil reais por mês, três gastam por mês entre dois e três mil reais, dois afirmaram ter despesas entre mil e dois mil reais mensais e até mil reais foi a despesa informada também por dois participantes.

Sobre despesas com moradia, apenas dois entrevistados têm tais desembolsos com aluguel e um deles paga financiamento. Entre os demais, dez possuem moradia quitada e um ocupa moradia cedida.

### Intensificação do trabalho

Uma das subcategorias da precarização, analisadas no presente estudo, é a intensificação do trabalho. O recorte teve como objetivo verificar a existência de condições que demonstram essa subcategoria na atividade dos motoristas da Uber. Kurz (1999) é um intenso crítico da prática capitalista de superexploração velada do trabalho:

As relações informais de trabalho, antes associadas ao trabalho improdutivo, caminham cada vez mais para o núcleo dos processos de produção, sob a aparência de relação de compra e venda de mercadorias (troca entre iguais/equivalentes) entre unidades de produção descentralizadas. A extração de mais-valia ocorre de forma velada através da exploração do trabalho alheio, sob condições mais vantajosas para o capital que, de maneira geral, implica redução de custos com a mão de obra (KURZ, 1999, s/p).

Ao analisar as entrevistas, foi verificado que oito entrevistados informaram ter jornada diária de trabalho de doze horas, três responderam trabalhar diariamente por oito horas e três também foram os motoristas que responderam trabalhar seis horas por dia.

Inicialmente, destaca-se que a intensificação do trabalho, bem como outros elementos da precarização das relações de trabalho foram evidenciados em medida potencialmente superior pela motorista E7, única mulher participante da pesquisa, quando comparado com os colegas do sexo masculino. A título de exemplo, registra-se que E7 foi a única a relatar problema de saúde pela dificuldade de acesso à toalete, a única vítima de roubo do veículo, a única vítima de assédio sexual e moral durante a jornada de trabalho de doze horas diárias. Percebe-se a existência de maiores reflexos da precarização sobre essas trabalhadoras, por questões que afetam mais especificamente este público, questões que foram intensificadas durante a pandemia da COVID-19:

Infelizmente é muito perigoso. Eu já passei por assalto. Já ficaram seis dias com meu carro. **Eu passo algumas situações de assédio diariamente. Essa questão machista ela é muito classificada porque, às vezes, as pessoas, elas não veem a mulher como competente no volante.** Então são os desafios que, pra nós que somos mulheres, eles são mais difíceis e,

há três semanas, eu fiquei sem trabalhar porque tive umas crises de cólica renal. **Como tem alguns estabelecimentos fechados eu não tinha onde fazer xixi, e a gente está necessitando tomar muita água para hidratação por causa do calor. E eu fui segurando, segurando, segurando, até ter uma complicação maior. Dores muito fortes. Eu não conseguia. Eu tinha que ir, tipo cinco vezes em menos de uma hora no banheiro. Shoppings com horário reduzido, algumas lojas que a gente usava mesmo para ir ao banheiro, como Subway e McDonald's, estavam fechadas para o público (por causa da pandemia da COVID-19).** Então, assim, eu realmente passei muito mal. Tive que ir para o médico, tomar medicação. Infelizmente não estou cem por cento bem, ainda, mas eu tive que voltar. Eu não tive nenhum tipo de auxílio. A Uber é um sistema muito unilateral, entendeu? Então é muito complicado a gente ter algum tipo de assessoria dela para o motorista (E7, grifo nosso).

A cooperação forçada é um dos modos de precarização do trabalho, em razão de obrigar o trabalhador a atender aos interesses da empresa, com a exigência de desempenho em quantidade e qualidade, sob ameaça de serem demitidos, ou, na adaptação do algoritmo, desativados, como ocorre com os motoristas que não atendam aos interesses do aplicativo com tempo à disposição e qualidade da 'produção', avaliada pelos passageiros. Druck (1999, p. 127) registra que "Há uma tendência dos trabalhadores de procurarem "mostrar serviço e dedicação" para garantir a sua permanência na empresa – é a cooperação forçada – obtida sob a ameaça de serem demitidos ou terceirizados".

O entrevistado E14 é um dos que desempenhavam o trabalho na plataforma da Uber em excesso de jornada diária. Aos 46 anos de idade, com quatro anos e seis meses dedicados à atividade de motorista, fica à disposição do aplicativo doze horas por dia: "como você ganha por produção de trabalho, tem que trabalhar muito e trabalhar todos os dias, principalmente porque a demanda do aplicativo é maior nos fins de semana. E aí você não tem descanso no sábado e domingo, como no setor privado".

E1 tem 50 anos de idade, entre os entrevistados, é um dos mais antigos na plataforma da Uber. Assim como E14, está há quatro anos e seis meses trabalhando no aplicativo e afirma dirigir dozes horas por dia. E6 trabalha no aplicativo há três anos e, também, realiza jornada diária de dozes horas para conseguir cumprir as metas: "Porque se não fizer meta, você não vê resultados. Tem que ter metas". E4, que concluiu o ensino médio e está com 39 anos, tem longa dedicação para cumprir metas: jornada de doze horas por dia, não realiza pausa durante o dia de trabalho e não tira férias, apesar dos mais de dois anos contínuos de trabalho na Uber: "Trabalha-se muito, porque até então, se não trabalhar não consegue manter um certo padrão de vida". E12 também afirmou que não realiza pausa diária nas doze horas cotidianas de trabalho.

O entrevistado E13, um advogado recém-formado, tem 28 anos, e apesar de estar há três no aplicativo, nunca tirou férias nesse período, além de ter apenas uma folga semanal. Ele afirma que "a disponibilidade de tempo com a família é que foi reduzida por causa de trabalho, porque querendo ou não, a remuneração maior é nos finais de semana".

A única entrevistada do sexo feminino, como acima afirmado, E7 acumula vários aspectos da intensificação do trabalho. Com 37 anos de idade, exerce a atividade de motorista há quatro anos e três meses, sem férias, em jornada noturna, com duração de doze horas diárias. Ela resume a sua insatisfação com as seguintes palavras:

(Trabalhar no aplicativo) É uma oportunidade diante do mercado. Para o meu caso, eu consigo conciliar o horário com minha família, da minha filha. Mas em questão de valor, as coisas mudaram muito de 2016 para 2020. Então esses anos foram decaindo muito. Estou bem chateada. Não estou uma motorista feliz e satisfeita com os meus ganhos. Antigamente eu sabia que em seis, oito horas de trabalho eu ia ter X. Hoje preciso fazer dozes para poder ter o mesmo valor. Então, eu estou descontente no momento. Essa acentuada dedicação de tempo praticada pelos motoristas da Uber alinha-se ao processo de precarização das relações do trabalho, assim dito por André, Silva e Nascimento (2019, p. 8):

[...] as relações de trabalho sob a égide do capitalismo são marcadas pelo esforço permanente do capital em ampliar suas formas de extração da mais-valia, seja por meio da intensificação do trabalho, com o emprego de técnicas de gestão que visam o aumento da produtividade e alcance de metas progressivamente mais altas, seja pela transferência de custos de produção para o próprio trabalhador e o pagamento de salários cada vez menores.

A exigência de tempo mínimo à disposição é um dos critérios de avaliação do motorista pelo aplicativo.

Para cumprir metas e obter avaliação exigida pelo aplicativo, dois entrevistados responderam não realizar pausa semanal do trabalho. Cinco disseram possuir um dia de descanso por semana, enquanto quatro param por dois dias semanais.

Relativamente às pausas diárias, um entrevistado afirmou não realizar, apesar de trabalhar doze horas por dia. Os demais disseram que interrompem o trabalho “só para comer mesmo”.

Quando perguntados se tiram férias, apenas quatro motoristas responderam positivamente. Entre os motoristas que negaram a fruição desse benefício, dois reagiram com extensa risada, como se a menção a tirar férias fosse equivalente a ouvir uma piada, reforçando a total impossibilidade de interromper a atividade durante todo o ano.

Em relação ao cumprimento de metas, onze afirmaram cumprir metas de trabalho, parte desses aderem às metas estipuladas pelo aplicativo e os outros traçam metas pessoais, estabelecendo valor mínimo diário que deverá ser atingido, ou até em razão de algum compromisso financeiro imediato, pendente de quitação. O motorista E11 informou que estabelece a meta visando o acesso às categorias superiores (Platina, Ouro e Diamante). Os requisitos de ascensão e permanência nas categorias são: a exigência de tempo mínimo à disposição, percentual máximo de recusa de viagens e taxa máxima de cancelamento de chamadas, sendo que a avaliação do preenchimento desses requisitos é trimestral:

Tento manter pelo menos o nível Platina. Eu consigo ficar na classificação Diamante pelo número de horas que fico à disposição ou quantidades de corridas que faço no período de três meses. Não me preocupo com meta financeira. Cada categoria te dá certos privilégios. As chamadas são direcionadas prioritariamente para motoristas de categorias superiores, em relação aos que estejam na mesma localização.

As entrevistas confirmam a constatação de Padilha (2009), quando ela afirma que, no processo de precarização das relações de trabalho, a exploração da mão de obra é intensificada, associada ao maior

tempo à disposição do serviço e sob constante ameaça de 'descarte' e perda da remuneração.

Apesar da constatação da prática de extensas jornadas, os limites de horas de trabalho foram estabelecidos em 1943, na CLT – Decreto-Lei nº 5.452/43 – sendo que a mesma norma foi inserida no art. 7º da Constituição/88: Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...] XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

Embora a atividade de motorista por aplicativo, com atuação idêntica à de taxista, não seja reconhecida como profissão, ressalta-se que a Lei 12.468/11 reconheceu a profissão de taxista, assim definida: "Art. 2º É atividade privativa dos profissionais taxistas a utilização de veículo automotor, próprio ou de terceiros, para o transporte público individual remunerado de passageiros, cuja capacidade será de, no máximo, 7 (sete) passageiros.

Já a Lei nº 11.185/19, do Município de Belo Horizonte, regulamentou o transporte por plataforma digital com a extensa e complexa definição:

Art. 2º - Para os fins desta lei, considera-se serviço de transporte individual privado remunerado o serviço prestado por pessoa jurídica, mediante autorização, por meio de plataformas digitais, com a finalidade de receber demanda de serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros solicitado por usuários e de distribuir entre os prestadores do serviço.

Inobstante a Lei 11.185/19 apenas repetir o discurso das empresas detentoras dos aplicativos, de que o motorista é usuário da plataforma e não o seu empregado, a realidade dos fatos<sup>3</sup>, um dos princípios que regem o direito do trabalho, evidencia elementos em comum nas duas atividades, o que justificaria estender aos motoristas por aplicativo os direitos já garantidos aos taxistas profissionais.

Desse modo, conclui-se que as respostas das entrevistas, relativas a horas de trabalho por dia, pausas durante a jornada, férias e cumprimento de metas, apontam para a intensificação do trabalho dos motoristas da Uber.

### **Trabalho flexível – exploração sob medida**

Os motoristas participantes das entrevistas foram unânimes na afirmação de considerar o trabalho flexível como a maior vantagem decorrente do trabalho em plataformas digitais.

Um exemplo de que as plataformas não deixam frestas em suas atuações é o caso<sup>4</sup> noticiado pelo jornal Estado de Minas, da tentativa dos motoristas da Uber, de criar um sindicato em Seattle, EUA. Tão logo a Justiça deferiu a criação, a Uber começou a enviar áudios e textos para os aplicativos dos motoristas numa série de *podcasts*. Para dar ares de legitimidade às mensagens, os executivos da empresa entrevistavam supostos motoristas contrários à iniciativa de sindicalização, afirmando que o sindicato tiraria a liberdade individual e criaria horário rígido de trabalho, o que foi negado pelo líder sindical. Além disso, as mensagens eram de reprodução obrigatória, de modo que o motorista só conseguia receber chamadas de passageiros após a reprodução. Não bastasse, a Uber também passou a apoiar medidas judiciais que contestavam a criação

<sup>3</sup>Princípio da Primazia da Realidade: a prevalência dos fatos sobre as formas (jusbrasil.com.br).

<sup>4</sup>[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/03/12/interna\\_internacional,853648/uber-e-motoristas-travam-disputa-por-sindicalizacao-em-seattle.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/03/12/interna_internacional,853648/uber-e-motoristas-travam-disputa-por-sindicalizacao-em-seattle.shtml).

dessa lei e ameaçou deixar a cidade, caso o sindicato se efetivasse. Por último, para fechar de vez o cerco, a Uber encomendou vigilância a pessoas ligadas à CIA para ficar no encalço de um deputado que intercedia pelos motoristas na Casa Legislativa.

Os registros a seguir referem-se às respostas dos motoristas sobre as vantagens de se trabalhar no aplicativo:

Bom, eu tenho mais flexibilidade para levar minha filha para escola, nos compromissos dela, a gente sair, levar ela no médico. Enfim ter um contato maior com ela dentro do horário comercial (E7, grifo nosso).

Liberdade de produção e dar apoio à família (E1, grifo nosso).

Liberdade de horários. É um trabalho muito interessante do ponto de vista das relações humanas, conhecimento de novos lugares todos os dias, uma boa dose de adrenalina pelas madrugadas afora e diria até mesmo crescimento cultural (E2, grifo nosso).

É, para mim só tem uma vantagem, um ponto positivo, você faz seu horário (E3, grifo nosso).

E4 disse nunca ter tirado férias e trabalhar doze horas por dia e sem intervalo diário, revelando que a renda mensal é entre dois e três mil reais. Sendo um dos quatro motoristas entrevistados que pagam aluguel, perguntado sobre as vantagens do aplicativo, foi enfático:

Pra mim significa liberdade, né. Eu tenho liberdade de horário e de dia. Posso ficar mais tempo com minha família. Se eu quiser viajar, posso viajar. Se eu quiser tirar férias, posso tirar férias. Então, pra mim é liberdade (E4, grifo nosso).

Então, a vantagem é isso que eu estou falando, é questão de você poder fazer um bom salário e sem ter horário para trabalhar, sem ter patrão para poder mandar você fazer as coisas [...] (E5, grifo nosso).

Vantagem você é que coloca sua meta. É você que cumpre para você ter um resultado (E6, grifo nosso).

E8, aos 62 anos e trabalhando doze horas por dia afirma:

Vantagem é que te falei, é lucrativo. A gente mesmo que faz o próprio salário. A gente que é o próprio patrão (E8, grifo nosso).

A vantagem seria uma forma extra de ganhar alguma coisa (E9).

E10, que descansa um dia por semana respondeu:

Olha, principalmente a vantagem é que você pode folgar o dia que você quiser. Você não tem alguém para te dar ordem, essa coisa (E10, grifo nosso).

A vantagem principal, mais uma vez vou dizer, é a questão de flexibilidade de horário que tem me ajudado muito com relação a dedicação para estudar e terminar o meu curso (E11, grifo nosso).

E12, único que revelou que o carro é alugado, sobre as vantagens do trabalho para a Uber, respondeu:

A vantagem é que, querendo ou não, todo dia você sempre tá com dinheirinho no bolso, seja ele pouco ou muito, mas você sempre tá com algum dinheiro (E12, grifo nosso).

Liberdade de horário (E13, grifo nosso).

E14, que trabalha doze horas diárias e sete dias por semana, à pergunta sobre a vantagem de ser motorista de aplicativo, respondeu:

Vantagem é isso, eu tenho controle do meu ganho e do meu tempo (E14, grifo nosso).

Infelizmente os trabalhadores, diante de uma aparente liberdade de horário, são prisioneiros das necessidades de obtenção de renda, o que parece não ser percebido por todos eles.

Nesse sentido, o resultado do presente trabalho evidenciou que a Uber é uma iniciativa bem-sucedida no seu objetivo, principalmente no aspecto de implementar medidas de precarização da força de trabalho que se superam diariamente.

### **Insegurança financeira – rebaixamento de salário e transferência do risco**

Também foram analisadas as entrevistas em referência à insegurança financeira, que, segundo Padilha (2009/2010, p. 550), é instalada quando o trabalhador é atingido com a diminuição da renda. Ela assegura a existência do que chama de “rotatividade estratégica” que tem como finalidade minguar a remuneração do trabalhador.

Os motoristas relataram que em anos anteriores o percentual cobrado pela Uber sobre as corridas era fixo, 25% e 30%, para corrida na categoria *UberX* e *UberBlack*, respectivamente. Porém, atualmente o percentual cobrado varia entre 0% e 40%. Além disso, reclamam, os valores das corridas, de controle da plataforma, estão sem reajuste há quatro anos e as taxas são flexíveis, não sabendo o critério utilizado pela Uber para estipular o percentual que ela cobra dos motoristas por viagem: “a Uber, até 2018, cobrava 25% de cada corrida. Então, a gente já sabia o valor que ia receber. Hoje, eles têm a margem de 0 a 40% da corrida. Então a gente mal sabe o que vai ser cobrado. Isso é uma desvantagem muito grande” (E7). Alguns reclamam que é um pouco abaixo do esperado” (E4). “Cada vez mais reduz a lucratividade do motorista. Nesses três anos nunca foi maravilhoso, e a cada dia vai ficando mais difícil você conseguir ter lucro. Combustível só sobe e as corridas cada vez com retorno menor” (E11). As perdas decorrentes de terem que assumir as despesas do negócio é um dentre os vários pontos elencados por E3:

E outra coisa, também, o motorista de aplicativo não tem aquela proteção, aquela coisa assim que a empresa pode te proporcionar. Poderia ser diferente, entendeu? Segurança, um salário mais certo, a corrida é muito barata, quem ganha mesmo é só o aplicativo. Você ganha aquilo que dá para ressarcir a sua despesa do dia a dia. Mas a gente poderia ganhar muito mais. A corrida de Uber é muito barata para o motorista, entendeu? (E3)

Assim, revela-se que os motoristas sofreram rebaixamento da remuneração, como amplamente constatado entre os participantes.

Outro aspecto analisado nas entrevistas foi a transferência do risco do negócio para o trabalhador, como elemento configurador da precarização. Santana (2013) afirma que o processo de precarização das relações de trabalho é minimamente delineado pelos donos do capital que, perseguindo sua lógica de

exploração, visa sempre romper com os limites que possam obstaculizar sua expansão:

O sentido da proliferação das relações informais nos mercados de trabalho desregulamentados está na formação de uma imensa rede de produtores de mais- -valia absoluta: indivíduos submetidos a longas jornadas de trabalho, à insegurança e ao retorno de formas arcaicas de remuneração, como o salário por peça. Dessa forma, o capital segue sua lógica de intensificação da exploração da força de trabalho e de precarização do estatuto reprodutivo do trabalho, que é possível graças à expansão do exército industrial de reserva, com as características de longa duração que a crise contemporânea do capitalismo vem produzindo. Essa massa de desempregados, além de colocar à disposição do capital sua força de trabalho, funciona como fator depreciador dos salários (SANTANA, 2013, p. 122).

Os relatos a seguir apresentam as falas dos entrevistados sobre a assunção dos riscos da atividade: “você tem o desgaste do carro. A Uber tem a maior frota do mundo sem gastar um centavo com manutenção e combustível, fica tudo por conta do motorista” (E14). “É tudo por nossa conta e risco. A gente é que paga o INSS e, para aposentar, é tudo por nossa conta” (E14). “Ocorre a transferência do risco financeiro da empresa para o motorista” (E13).

A galera acha que é muito dinheiro que se ganha, mas se juntar as contas certinho dá mal para ter o que comer. Por exemplo, eu só consigo me manter porque a minha mãe está me ajudando muito na manutenção do carro. Se eu morasse sozinho, e dependesse só do dinheiro da Uber, eu não conseguiria, entendeu? Por exemplo, na chuva, entrou água da enchente dentro do carro e a placa soltou. Tive todo o prejuízo do dia. Agora mesmo estou no Detran pra comprar outra placa e não tenho nenhum auxílio da Uber (E10) Não tem férias, 13º, não tem FGTS, você não tem ajuda de custo nenhuma e vantagem você é que coloca sua meta. É você que cumpre para você ter um resultado. Você poupa ali como se fosse um acerto seu depois. Os valores são muito baixos que a gente recebe (E6).

E2 confirma a transferência do risco do negócio para os motoristas, revelando que fica sem remuneração durante o tempo de manutenção do veículo, além de arcar com as despesas do reparo. E7 também sente o impacto de arcar sozinha com os custos da atividade, inclusive em momentos em que foi obrigada a ficar afastada:

Eu parei quando eu fui assaltada e ficaram com o meu carro durante seis dias. Eu parei para fazer manutenção no meu carro várias vezes. E parei por causa de doença, já tive Pneumonia. Uma vez foi decorrente de ar condicionado ligado por exigência de passageiro. E agora, infelizmente, esse problema renal que eu tive. Desestabilizou tudo. Minhas contas venceram, não paguei. Depois tive que pagar juros e que eles (Uber) são fechados. Não existe um canal de comunicação. Não é uma empresa humanista. É um sistema. Aí eu tive que me virar. Muitas vezes o aplicativo liga e desliga durante uma corrida, a gente fica no prejuízo por não ter como cobrar do passageiro. Então não consegue cobrar da Uber.

E E11 revela as próprias constatações:

O dinheiro que gente faz te traz uma sensação de lucratividade, mas na verdade não é lucro real, porque você vai desgastar a ferramenta que você tem e vai chegar num ponto que vou ter que substituir o carro e nesse momento não vou ter feito reserva financeira nenhuma para fazer a substituição do veículo. Aí que cai a ficha que o negócio não dá dinheiro. Eu fiz cirurgia nos dois olhos. Estou até hoje sem trabalhar, sem ter renda nenhuma, sem ter ajuda de lugar nenhum. Não recolho INSS (E11).

Os relatos confirmam a observação de André, Silva e Nascimento (2019), que qualificam o trabalho com relações precárias como aquele em que se verifica um processo permeado por elementos de desvalorização da mão de obra, sujeição do indivíduo e alienação total do tempo, insegurança (física e da renda) etc.

Outro elemento que resulta no rebaixamento da renda é a falta de transparência por parte da Uber em relação aos motoristas: “muitos motoristas foram excluídos da plataforma da Uber sem ser informado o motivo” (E11). “Uai, a Uber não tem sistema claro. A gente fala que que têm algumas pegadinhas. Como faço em uma situação de roubo? Como recorrer? Entendeu? A gente vai sanando as dúvidas no grupo” (E7)

### **Insegurança física – alvo de criminosos**

A insegurança do trabalhador é apontada por Franco e Druck (2009 *apud* DRUCK, 2011) como elemento precarizador da relação de trabalho. A falta de proteção sujeita o indivíduo à riscos como violência física e acidentes durante a jornada ou percurso. Leite (2008, p. 9) afirma que a “deterioração das condições de trabalho” é um dos indícios da precarização. A exposição aos riscos é a materialização dessa degradação.

Nesse sentido, destaca-se os resultados das entrevistas dos motoristas da Uber que evidenciam a vulnerabilidade física a que são expostos. Quando perguntados sobre quais eram as desvantagens do trabalho no aplicativo, o medo da exposição e a própria experiência com a violência física foram apontados por alguns motoristas:

Como lado negativo é a falta de segurança que a gente tem. Infelizmente a gente não tem segurança nenhuma. A gente fica à mercê de criminosos, de vândalos o tempo todo e infelizmente a gente acaba não tendo muito apoio da polícia (E12).

Outros entrevistados responderam na mesma linha: “A desvantagem (do trabalho) realmente é a violência” (E4). E7, do sexo feminino, experimentou o alto grau dessa violência, decorrente da falta de segurança dos motoristas, e relatou que é vítima de outras formas de violência diariamente:

Infelizmente é muito perigoso. Eu já passei por assalto. Já ficaram seis dias com meu carro. Eu passo alguma situação de assédio diariamente. Essa questão do machismo, ela é muito classificada porque às vezes eles não veem a mulher como competente no volante (E7). Pontos negativos têm vários: você desgasta seu carro, a pessoa entra no seu carro, acha que o carro é dele, **você não sabe quem você vai carregar no seu carro. Então, isso tudo é**

**desvantagem. Você não sabe se vai voltar pra casa.** Então isso tudo eu acho que é desvantagem. Isso tudo eu acho que é ponto negativo (E3, grifo nosso).

Em razão das lacunas da atuação da segurança pública, os motoristas realizam o monitoramento colaborativo com o objetivo de minimizar os efeitos da exposição inerente à atividade. Instalam programas no celular que possibilitam monitorar, em tempo real, a localização dos colegas e a emissão de alerta, sinalizando atuação sob perigo ou deslocamento para áreas que eles consideram de risco: “Esse grupo resolveu se unir para enfrentar essas questões de violência, e também um acompanha o outro em tempo real” (E14). “A gente coloca a localização para ver se um parceiro vê onde que o outra tá. E vai ajudando, vai acompanhando a viagem, coloca ícone de alerta” (E7).

O desamparo relativo à segurança é destacado por E13 no relato que demonstra que o perigo pode ser decorrente de alguém que está nas ruas, mas também dos próprios passageiros:

É muito mais comum a insegurança dos motoristas no atendimento do passageiro em área de risco. Tem o aplicativo (Zenly), a localização 24 horas e a gente sempre pede alguém para acompanhar, quando alguém não conhece a área. Compartilhamos experiências e informações aos colegas nossos que estiverem em área de risco ou precisarem de alguma coisa importante na plataforma. No trabalho de Uber o único companheiro que nós temos é o motorista que está próximo. Temos uma boa convivência. Se depender da plataforma, ela não te dá um respaldo e uma resposta satisfatória ou que vá lhe suprir pela situação de risco causada pelo passageiro.

## Considerações Finais

O estudo em tela abordou a presença de elementos considerados por estudiosos (COSTA, 2003); (OITAVEN, CARELLI E CASAGRANDE, 2018); (ANTUNES, 2015); (SLEE 2017); (PADILHA (2009); (STANDING, 2013); (DRUCK; 1999); (EÇA; SOARES; SOARES, 2018) como denunciantes de uma relação precária de trabalho, além das circunstâncias e dos modos em que essas relações são mais constantemente verificadas.

Foi evidenciado pelos relatos que a atividade no aplicativo decorre da falta de opção de outras formas de trabalho, conjugada com a necessidade de obtenção imediata de renda para sobrevivência.

A ideia de empreendedorismo, recorrente entre os motoristas entrevistados, tem o objetivo de justificar a ausência de vinculação trabalhista desses sujeitos com a Uber. Há por parte da empresa, segundo relatos, incentivo para que o motorista realize a inscrição como microempreendedor. Essa atitude esconde a intenção de, a todo custo, dificultar ao trabalhador uma possível reivindicação de relação de emprego.

Apesar das condições de trabalho e do elevado número de motoristas que hoje já estão cadastrados nessa plataforma, como visto, não existe movimento reivindicativo de melhorias efetivas da relação de trabalho, referente aos valores auferidos, à transparência das regras, à transferência das despesas do negócio, à exclusão dos direitos trabalhistas, à insegurança latente e tantas outras.

Outra questão que também pode explicar essa conduta de desinteresse dos motoristas é o caráter, em princípio transitório, do exercício da atividade. Em razão disso, o trabalhador não estabelece laços com seus colegas, não se identifica com o trabalho, encarando-o como ‘bico’. E nisso está contido o com-

portamento individualista, como se o desejo de deixar de ser motorista de aplicativo, o que nem sempre se concretiza no tempo esperado, fosse a solução do problema, ignorando os outros milhares de trabalhadores que possuem nesse trabalho sua única fonte de renda.

### Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Vanessa *et. al.* Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações práticas e desafios. *Rev. Enf. Ref.*, Coimbra (PT), v. serIV, n.14, set. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-02832017000300016](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832017000300016). Acesso em: 28 jan. 2021
- AEROPORTO Internacional de Belo Horizonte-Confins. *Wikipedia* 2017. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Aeroporto\\_Internacional\\_de\\_Belo\\_Horizonte-Confins](https://pt.wikipedia.org/wiki/Aeroporto_Internacional_de_Belo_Horizonte-Confins). Acesso em: 28 jan. 2021
- AGANETTE, Elisângela; ALVARENGA, Lídia; SOUZA, Renato Rocha. Elementos Constitutivos do Conceito de Taxonomia. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.20, n.3, p. 77-93, set./dez. 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/14352>. Acesso em: 29 jan. 2021.
- ANCHOR. Seu app para criar *podcast*. Disponível em: [https://play.google.com/store/apps/details?id=fm.anchor.android&hl=pt\\_BR&gl=US](https://play.google.com/store/apps/details?id=fm.anchor.android&hl=pt_BR&gl=US). Acesso em: 05 jan. 2021.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO DE 1988. Disponível em: Constituição (planalto.gov.br). Acesso em: 13 fev. 2021.
- BRASIL. LEI Nº 12.468, DE 26 DE AGOSTO DE 2011. Regulamenta a profissão de taxista. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12468.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12468.htm). Acesso em: 11 fev. 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. LEI Nº 11.185, DE 13 DE AGOSTO DE 2019. Dispõe sobre o uso do sistema viário urbano do Município para a prestação de serviços de transporte individual privado remunerado de passageiros Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1215794#:-:text=LEI%20N%C2%BA%2011.185,%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE,representantes,%20decreta%20e%20eu%20sanciono%20a%20seguinte%20Lei.> Acesso em: 11 fev. 2021.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *EM TESE*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan.-jul./2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em 15 dez. 2020.
- CARMO, Roberto Coelho do. A instabilidade social reposta pela flexibilidade do trabalho. *Revista Ciências do Trabalho*. São Paulo, n. 6, jun., p. 85-103, 2016. Disponível em: <http://www.dntemdebate.com.br/a-instabilidade-social-reposta-pela-flexibilidade-do-trabalho/>. Acesso em: 16 fev. 2020.
- COSTA, Márcia da Silva. Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no brasil. *RAE-eletrônica*, São Paulo, v. 2, n. 2, jul-dez/2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rael/v2n2/v2n2a10.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- DRUCK, Graça. Terceirização: (des)fordizando a fábrica. São Paulo: Boitempo, 1999.
- EÇA, Vitor Salino de Moura; SOARES, Saulo Cerqueira de Aguiar; SOARES, Ivna Maria Mello. Ciência trabalhista em transformação. Curitiba: CRV, 2018.
- FARIA, José Henrique de. A REALIDADE E SEU CONCEITO: COMENTÁRIOS SOBRE A CRÍTICA AO “SEQUESTRO DA SUBJETIVIDADE”. *REAd*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 269-282, jan./abr., 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-23112019000100269](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112019000100269). Acesso em: 20 fev. 2021.
- FERNANDES, Alice. Munz.; BRUCHÊZ, Adriane.; D'ÁVILA, Alfonso Augusto Fróes; CASTILHOS, Nádia Cristina; OLEA, Pelayo Munhos. Metodologia de Pesquisa de Dissertações sobre Inovação: Análise Bibliométrica. *Desafio Online*, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 141-159, jan./abr. 2018 Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deson/article/view/3539/4259>. Acesso em: 31 jul. 2020.
- FONSECA, Lincoln Saldanha Fernandez da. Fronteiras da precarização do trabalho: uberização e o trabalho on-demand. In: Congresso ALAS, XXXI, 2017, Uruguai. *Anais [...]* p. 1-22. Disponível em: [https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/4083\\_lincoln\\_fernandez.pdf](https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/4083_lincoln_fernandez.pdf). Acesso em 17 maio 2020

- FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2021.
- FRANCO, Tânia., DRUCK, Graça, SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Rev Bras Saúde Ocup*, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572010000200006%20&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572010000200006%20&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 14 fev. 2021.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v.35, n.2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- KURZ, R. Descartável e degradado. *Folha de São Paulo*, Caderno MAIS! p. 7-11, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs11079905.htm>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- LEITE, Marcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: Conceitos e realidades. 32º. *Encontro Anual da ANPOCS*. GT: Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea. Caxambu, 2008. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt40-2/2713-marcialeite-o-trabalho/file>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- LEOCÁDIO, Thaís. Belo Horizonte tem pelo menos três vezes mais motoristas de aplicativo do que taxistas. *G1*, Minas Gerais, online, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/11/06/belo-horizonte-tem-pelo-menos-tres-vezes-mais-motoristas-de-aplicativo-do-que-taxistas.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- LUNA, Sergio Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: Educ, 1º Reimp, p. 1-26, 1997. Disponível em <http://www.franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/MetodologiadPesquisa/luna%20sv%20planejamento%20de%20pesquisa.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo, v. 5, n. 7, p. 01-12, abril., 2017.
- RAISSA, Tamiris. Princípio da Primazia da Realidade: a prevalência dos fatos sobre as formas. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://tamirisraissa.jusbrasil.com.br/artigos/406283049/principio-da-primazia-da-realidade-a-prevalencia-dos-fatos-sobre-as-formas>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- ROCHA, Renata. “Nada sobre nós sem nós”: o lema das pessoas com deficiência. *SignumWeb*. Disponível em: <https://blog.signumweb.com.br/curiosidades/nada-sobre-nos-sem-nos/>. Acesso em 15 dez. 2020.
- SANTANA, Pedro Marques de. *Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Brasília: Ipea, p. 130, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5499/1/Depend%C3%Aancia%20e%20superexplora%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho%20no%20capitalismo%20contempor%C3%A2neo.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] *Revista Eletrônica de Educação*. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, n. 1, p.383-387, maio 2012. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291/156>. Acesso em: 31 jul. 2020.
- SLEE, T. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- SOUZA, COSTA, & MOREIRA. Questionamento no Processo de Análise de Dados Qualitativos com apoio do software webQDA. *EDUSER: revista de educação*. Bragança (PT), vol. 3, n.1, p. 19-30. 2011. Disponível em <https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/28/31>. Acesso em: 29 jan. 2021.
- WEBQDA – Software de Análise Qualitativa de Dados. Disponível em: <https://www.webqda.net/>. Acesso em: 31 jan. 2021.